

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
SIL-LENA RIBEIRO CALDERARO OLIVEIRA

**ANTES QUE O TEMPO PASSE TUDO A RASO: Tambores
matriarcais do grupo de Carimbó Sereia do Mar da Vila Silva em
Marapanim, no Pará**

FLORIANÓPOLIS
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

SIL-LENA RIBEIRO CALDERARO OLIVEIRA

**ANTES QUE O TEMPO PASSE TUDO A RASO: Tambores
matriarcais do grupo de Carimbó Sereias do Mar da Vila Silva em
Marapanim, no Pará**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha História e Sociologia da Educação, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra.

Orientador: Prof. Dr. Elison Antonio Paim

FLORIANÓPOLIS
2018

SIL-LENA RIBEIRO CALDERARO OLIVEIRA

**ANTES QUE O TEMPO PASSE TUDO A RASO:
Tambores matriarcais do grupo de Carimbó Sereias do
Mar da Vila Silva em Marapanim, no Pará**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do título de “Mestra”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSC.

Florianópolis, 04 de julho de 2018.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Elison Antonio Paim – Coordenador do Curso e Orientador

Profa. Dra. Marizete Fonseca da Silva – Coorientadora UNIFESSPA

Profa. Dra. Cyntia Simioni França – UNOPAR

Profa. Dra. Joana Vieira Borges – MEN/CEDUFSC

Profa. Dra. Claricia Otto - Suplente PPGE/UFSC

Profa. Dra. Maria de Fátima Guimarães – Suplente USF

DEDICATÓRIA

*Dedico essa ciranda-texto a todas
nós cirandeiras deste mundo,
principalmente as que abriram a
roda e permitiram que
dançássemos nossa história: Dona
Mimi, dona Bigica, dona Creuza,
dona Cleonilda, dona Claudete,
dona Maria Cristina, dona Maria
Raimunda, dona Martinha, dona
Maria Feliz e dona Francisca (em
memória).*



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2018. Crédito: Marcia Gomes.

AGRADECIMENTOS

Gratidão.

Novamente ao grupo de carimbó Sereias do Mar, sem elas essa ciranda não acontecia e não dançaríamos nossa história. Agradecida à dona Mimi, Bigica, Creuza, Maria Cristina, Maria Raimunda, Martinha, Maria Feliz, Cleo e Claudete que abriram a roda.

Aos meus queridos pais que sempre acreditaram em mim, em especial à minha mãe que me inspirou a olhar para a vida buscando a arte nas várias linguagens que se mostra. Às irmãs Alice, Cinthia e o irmão Junior.

Aos meus dois rebentos, Mateus e João, que me ensinam a ser uma pessoa melhor. Ao companheiro e amigo Emerson que me acompanha há quinze anos nessa ciranda-vida.

Às cirandeiras amigas: Tatiana, que me encorajou a realizar este sonho de cirandar em terras do sul e suas crias Ita, Italo e Benício que me ajudaram com o João nos primeiros meses de estranheza e adaptação na cidade de Florianópolis. À Marizete, minha coorientadora nos papos sobre feminismos e “culpada” por não conseguir deixar mais de cirandar, a rua é nossa também, né mana? Agradecer à amiga Marcia, professora e fotógrafa, pelas belas imagens compartilhadas que dizem também sobre as mulheres do grupo de Carimbó Sereias do Mar.

Ao queridíssimo amigo, professor, orientador Elison Antonio Paim que sempre nos encoraja a alimentar esperanças e lutas por uma educação intercultural, libertadora e transformadora. Nas rodas do grupo de estudo nos chamou para uma decolonialidade do saber, no exercício de desamarar os nós opressores da colonização, e lembrando sempre a importância de falar do lugar de onde se vem, das experiências que

trazemos. Por isso, o carimbó do Sereia do Mar ecoou lindamente porque foi escutado, valorizado.

Às professoras desta banca, Cíntia, Joana, Fátima e Clarícia pela leitura, soma e a disponibilidade para esta ciranda-texto.

À querida amiga e professora Tatiana Pacheco que foi leitora e incentivadora dos meus primeiros escritos para a qualificação.

Às colegas, que hoje são manas: Giovanna, Josi, Paty, Ana, Jessica, Cecília; aos manos Pedro, Guilherme Big, Guilherme, Vavá, Odair. Vocês descortinaram muito meu olhar com discussões que vou levando para a sala de aula no Pará.

À mana Ezra que me acolheu com suas três filhas no seu coração nos últimos meses de UFSC, uma doutoranda em Linguística que sempre me chamava para os encontros acadêmicos e da vida. Hoje está de volta à Maputo, sua cidade natal onde é professora universitária. Fizemos trocas de saberes culinários, eu levando o tempero de Belém e ela de Moçambique. Durante nossos encontros muitas Áfricas foram apresentadas por ela, muitos estereótipos quebrados por mim. Fizemos uma palestra para a turma de nossas crias que estudavam juntas na escola municipal “Beatriz” sobre o continente africano, uma experiência muito cara. Um dos momentos mais marcantes nessa memória soa até agora em nós, quando finalizamos nossa fala à turma, uma menina se aproximou e baixinho, como quem não quer que a professora escute e nos questionou: “por que que ensinam tudo errado pra nós?”; levamos isso para nossa vida de educadoras para que não esqueçamos o nosso postura política em sala de aula. Ganhamos uma amizade para sempre.

Agradecida também estou à espiritualidade que construo na fé em Cristo Jesus, um amigo que acredito acompanhar-me nessa

caminhada que é a vida, ensinando-me a amar sem discriminações, dando-me coragem, ânimo para ser feliz- porque Ele quer que tenhamos vida em abundância e busquemos a justiça social, a solidariedade e o amor, este, seja ele como for e com quem for.

Grata à vida, aos afetos!

PREÂMBULO

Meu cortejo verbal pede licença para esta ciranda-texto que meu corpo, neste tempo de cirandar em terras do Sul, se encontra e se apresenta. Venho com mulheres do Norte, crescidas com pés no chão e um canto que quer driblar a morte que o silêncio golpeia, porque todas têm voz e entendimento deste mundo. Todas narram. Reconheço a escrita acadêmica e a respeito como outras escritas que me atravessam e me inspiram. E estando nesta academia fui apresentada, pelo professor e orientador Elison Antonio Paim, ao filósofo berlinense Walter Benjamin e sua escrita criativa, as mônadas. Uma escrita com uma capacidade de construir histórias em fragmentos que, paradoxalmente, tornam-se um todo de entendimento, tecidas em narrativas para dizer de si e do mundo que o impactava. Uma narrativa que carrega a cristalização das tensões, das práticas socioculturais em imagens monadológicas para narrar experiências FRANÇA (2015), aqui neste texto, em diálogo com as memórias das mulheres do grupo de carimbó Sereia do Mar. Logo percebi, como leitora principiante da obra de Benjamin, mas em espanto e deleite, que estava diante de uma literatura que me inspirava e me encorajava para experimentar uma construção em mônadas das transcrições das narrativas orais das mulheres do carimbó e do meu memorial. Tentando também, nessa escrita, uma forma não linear, não cronológica para o dizer.

As mulheres do carimbó têm a língua aprendida do/no chão, da terra de solo fértil, forte como a mandioca que produz a farinha – produto da cultura alimentar das amazônidas, tão variada na sua espécie como no preparo dos alimentos, assim são os falares e sotaques que

ecoam em cidades, rios e matas, produzindo narrativas orais que produzem histórias e enriquecem memórias dos muitos falares.

O Carimbó é da cultura oral. Esse texto pretende chegar, também, até às leitoras desse Carimbó, às turmas do ensino fundamental, médio e quem sabe algumas turmas da EJA para falar de memórias, experiências e de carimbós – porque minha prática docente precisa ser libertadora e democrática no trato com a língua materna e suas variantes. Oportunizar “a autoestima linguística dos alunos e das alunas, dizer-lhes que eles/elas sabem português e que a escola vai ajudar a desenvolver ainda mais esse saber” (BAGNO, 2013, p. 177); e lembrar que a língua não é simplesmente um meio de comunicação, mas “é um poderoso instrumento de controle social, de manutenção ou ruptura dos vínculos sociais, de preservação ou destroçamento das identidades individuais, de promoção ou de humilhação, de inclusão ou de exclusão.” (BAGNO, 2013, p. 176-177).

Portanto, essa dissertação, em língua brasileira, deseja chegar a todas as gramáticas, a todas as sintaxes - sejam elas da universidade, da escola e da Vila Silva, no Pará. Escolhi escrever um texto híbrido: uma variação estilística ora com grau maior ora com grau menor de monitoramento; com poemas meus e das outras, com as letras dos tantos carimbós criados pelo grupo Sereia do Mar; ficcionando meu memorial, usando o pronome na terceira pessoa para uma escrita reflexiva, narrando experiências ancoradas no presente trazendo-me como personagem Ela.

Almejo que essa pesquisa não seja como a serpente, circulante, que engole a si própria, mas um texto alado. Voar e pousar em mãos que possam se reconhecer nele. Por que silenciar depois do dito e a-

provado? O desafio é escrever com elas, as mestras do carimbó, dizendo sobre seus saberes tecidos a partir do lugar e do tempo delas. Oportunizar que expressem um passado que lateja no presente das memórias construídas e inscritas no corpo que narra e que produz experiências. E se a banca avaliadora encontrar muitos erros e defeitos nesse texto é porque é antessala da escrita. Antes, essa escrita sobre o carimbó e suas mestras quis ser poesia. Carimbó é música que é irmã da poesia...

RESUMO

Este estudo foi desenvolvido no mestrado acadêmico em Educação da UFSC sobre as mulheres do carimbó matriarcal do grupo Sereias do Mar, do município de Marapanim, região da Água Doce, no Pará. Analisa, por meio das narrativas orais, as rememorações das nove mulheres/mestras que compõem o grupo seus diferentes saberes, fazeres, ensinamentos e experiências, identificando como se constituem as identidades, resistências e suas culturas no contexto do carimbó – que é uma manifestação do brincar e do trabalhar. Ouvir as narrativas orais a partir do universo que as abrigam, suas particularidades de serem mulheres, agricultoras e carimbozeiras amazônidas, bem como sua singularidade por serem de um grupo de carimbó formado por mulheres que compõem, tocam e cantam – num universo que, histórica e culturalmente, foi constituído como expressão artística eminentemente masculina, deixando para as mulheres o papel de dançarinas. Este é um estudo de natureza qualitativa desenvolvida, principalmente, pelo emprego da construção e análise de fontes orais, bibliográficas, documentais e das letras autorais das músicas do grupo de carimbó em questão, sendo fundamental o diálogo com as memórias e experiências com o vivido das mulheres. Nomeio de ciranda meu percurso que faço para a escuta, o sentir e o pensar das narrativas orais das mulheres que, como eu, somos todas cirandeiras porque tentamos buscar, na coletividade, um caráter pedagógico brincante vivencial. Este texto está organizado em quatro momentos: na introdução, além do que se precisa esclarecer sobre o processo da pesquisa, tem-se meu memorial para o/a leitor/a saber a trajetória de vida de quem pesquisa e o que a provoca; no capítulo um, fazemos uma reflexão sobre os conceitos de história maior e história menor, segundo o professor historiador Nilton Pereira (2017) para falar sobre hegemonia e eurocentrismo, contextualizando historicamente o carimbo, suas proibições e perseguições com as narrativas de Vicente Salles (1969; 2017) e Augusto Leal (2011); no capítulo dois, trazemos as narrativas de Lorena Alves (2015) para partilhar sobre o processo de Patrimonialização do carimbo, pontuando algumas tensões que ocorreram durante os caminhos percorrido pelo IPHAN na construção do dossiê, e para ajudar a entender esse contexto Michel Pollak (1989), Stuart Hall (2006) no intuito de compreender as práticas culturais e a tensão permanente com a cultura hegemônica, além de Catherine Walsh (2009) para perceber/entender interculturalidade como mundos que se somam; no capítulo três, elas se apresentam, contam e cantam para falar sobre o carimbó delas, irmanada com o pensamento feminista de María Lugones (2014) enxergando o sentido de experiência e memória em Walter Benjamin (2012). Desta forma, as narrativas dessas mulheres carimbozeiras são vistas como reveladoras das compreensões e concepções sobre o que se pretende discorrer durante os diálogos com as/os teóricas/os que evidenciam o contexto social, cultural e histórico visando, assim, somar para a construção e escuta de outras memórias.

Palavras-chave: Carimbó feminino; memórias; narrativas orais; experiência, Educação;

ABSTRACT

This study presents the research under development in the academic Masters in Education at UFSC that investigates the matriarchal carimbó (Amazonian musical rhythm) of the group Sereia do Mar, in Marapanim, State of Pará. The main objective is to analyse, through oral narratives, the remembrances of the nine women/teachers who make up the group's different knowledges, actions, teachings and experiences, identifying how identities, resistances and their cultures are constituted in the context of the carimbó - a manifest of play and work. Listening to the oral narratives from the universe that shelters them, their particularities of being Amazonian women, farmers and carimbó artists, as well as their singularity for being of a group of carimbó formed by women who compose, touch and sing - in a universe that, historical and culturally, was constituted as a masculine artistic expression, leaving to the women the role of dancers. This is a qualitative study developed mainly by the use of the construction and analysis of oral, bibliographical, documentary and the lyrics sources of the group's songs, being fundamental the dialogue with the memories and experiences with the women's lives. I gave the name "Ciranda" (circle that is formed to dance the carimbó) to my path. I listen, feel and think the oral narratives of women who, like me, are all "cirandeiras" because we try to search collectively for a experiential pedagogical character. This text is organized in four moments: in the introduction, in addition to what needs to be clarified about the research process, I have my memorial for the reader to know the life trajectory of the researcher and what causes it; in chapter one, we make a reflection on the concepts of major history and minor history, according to the historian professor Nilton Pereira (2017) to talk about hegemony and Eurocentrism, contextualizing historically the carimbó, its prohibitions and persecutions with the narratives of Vicente Salles (1969; 2017) and Augusto Leal (2011); in chapter two, we bring the narratives of Lorena Alves (2015) to share about the patrimonialisation process of the carimbó, highlighting some of the tensions that occurred during IPHAN's construction of the dossier, and to help understand this context Michel Pollak (1989) , Stuart Hall (2006) in order to understand cultural practices and permanent tension with the hegemonic culture, in addition to Catherine Walsh (2009) to perceive/understand interculturality as worlds that add up; in chapter three, they present themselves, tell and sing to talk about their carimbó, in keeping with the feminist thinking of María Lugones (2014), seeing the sense of experience and memory in Walter Benjamin (2012). In this way, the narratives of these women are seen as revealing the understandings and conceptions about what is intended to be discussed during the dialogues with the theorists that highlight the social, cultural and historical context, aiming, therefore, to add to the construction and listening to other memories.

Keywords: feminine carimbó; memories; oral narratives; experience; Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO - NOSSA CIRANDA.....	13
--	-----------

CAPÍTULO I - POR MAIS HISTÓRIAS MENORES: NARRATIVAS QUE DESCONSTROEM HEGEMONIAS E RECONSTROEM PERTENCIMENTOS.....	40
--	-----------

CAPÍTULO II - PATRIMONIALIZAÇÃO: NARRATIVAS EM DISPUTAS.....	57
---	-----------

CAPÍTULO III - ELAS SE APRESENTAM, CONTAM E CANTAM.....	67
--	-----------

CONSIDERAÇÕES.....	95
---------------------------	-----------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	97
--	-----------

ANEXOS.....	101
--------------------	------------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional

MEC – Ministério da Educação

OAB – Organização dos Advogados do Brasil

PAMEDUC – Grupo de pesquisa Patrimônio, memória e educação

PPGE – Programa de Pós-graduação em Educação

SHE – Sociologia e História da Educação

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFPA – Universidade Federal do Pará

INTRODUÇÃO

NOSSA CIRANDA

*Dance sua história, saia da estagnação e
retorne para o alegre fluxo
criativo da vida. (Ida Mara)*

Dançávamos nossas histórias

Um feminino que se quer transgressor, cirandeiro e contador de histórias, querendo superar os silenciamentos. Foi assim, desde o primeiro encontro, a metamorfose sempre acontecia. Não logo, mas em poucas horas no calor do desejo de cirandar, de mexer o corpo, as articulações sentindo o vento na cara, colocando asas nos pés. Pois bem, íamos nos envolvendo, preparando-nos para a grande fogueira. Não, não para sermos novamente queimadas entre risos sádicos e macabros dos homens que não suportavam nossas vivências místicas e míticas. Mas na fogueira da ancestralidade, um fogo que aquecia nossa intersubjetividade, nossa coletividade. Era nossa dança coletiva, nossa história, nosso cirandar por/entre luas, fortalecendo o eu afirmado, cheio de si cultivando a amizade pela outra. Uma sororidade tão cara, a nós mulheres, em tempos de tantas vidas ceifadas, interrompidas pela misoginia, pelo machismo que mata. As últimas estatísticas mostram que uma mulher é assassinada a cada duas horas no Brasil; a cada duas horas uma mulher é interrompida na sua caminhada de suas experiências vividas; interrompida no seu direito de viver.

O feminicídio é a instância última de controle da mulher pelo homem: o controle da vida e da morte. Ele se expressa como afirmação irrestrita de posse, igualando a mulher a um objeto, quando cometido por parceiro ou ex-parceiro; como subjugação da intimidade e da sexualidade da mulher, por meio da violência sexual associada ao assassinato; como destruição da identidade da mulher, pela mutilação ou desfiguração de seu corpo; como aviltamento da dignidade da mulher, submetendo-a a tortura ou a tratamento cruel ou degradante. (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher - Relatório Final, CPMI-VCM, 2013, p. 23)

Sim, cultivar o amor pela que está ao lado, sem a sombra-chumbo do patriarcalismo – do amor hétero, o legítimo, segundo o que os homens ditavam, ditam e escrevem. Uma mulher amar outra mulher no mundo deles é estranhamento, até beira o absurdo.

A amizade sempre foi mais cultivada, mais desenhada como modelo nas experiências do tecer masculino. Uma fala que ainda ressoa, vinda da cozinha numa manhã nebulosa em Salvador, e que está me incomodando muito, é: "por isso que não gosto de tá onde só tem mulher", ou algo parecido desse dizer. Misoginia?! Dizer, esse, vindo de um coração feminino, pelo menos é o que meus olhos e ouvidos me diziam. Um corpo vestido de mulher, mas tendo como nudez o corpo masculino. Ou ao contrário? Talvez a alma também... Ecoa, ainda, essa voz masculina que mostrou desejar mais cultivar a amizade entre homens e não entre mulheres cirandeiras. Queria acreditar que estaria, eu, lunática na hora dessa fala. Nós, cirandeiras, como nossas ancestrais amigas, exercitamos durante os encontros a coletividade, o ajuntamento, a partilha, a cumplicidade, a Resistência. A construção da amizade entre nós é quase uma questão de sobrevivência, de redes. Não foi tão fácil

essa amizade em cirandas, é verdade. Tivemos que pular vários obstáculos, tirar algumas pedras do caminho, umas maiores, outras nem tanto. Umas com mais facilidade, outras não. Mas, no final, lá estávamos juntas, manas, para mais uma metamorfose a desobedecer, subverter o patriarcado. Crisálida tornando-se borboleta. Voar, voar, voar...até nos momentos de choque voávamos, lindamente, porque conseguíamos borboletar sem perder o voo da amizade, da esperança – da nossa direção de cirandeiras. Cirandávamos em momentos de puro deleite, agora, sem o fantasma do patriarcalismo. Despidas do colonialismo, dançávamos nossas histórias, escrevíamos palavras com o corpo, um corpo a céu aberto porque criativamente e utopicamente vivíamos os tempos de cirandar¹.

O convite para cirandar

Tive a felicidade de ser convidada a participar das vivências da pesquisa- ação da tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará para obtenção do título de doutora em educação da cirandeira e mana Marizete Silva, em 2013. Uma experiência que trago para esta roda como rememoração de um aprendizado que cultivo até hoje, tanto para sala de aula da Educação Básica, como para a vida de cirandeira e professora que estou sendo.

¹ Texto autoral escrito para a tese de SILVA, Marizete Fonseca da. **Histórias do feminino - Cirandeiras Lunáticas**: um exercício de autoria, autoralidade, autorização em educação. Tese defendida no Programa de Educação, UFCE, 2013.

Uma ciranda composta por histórias dos nossos femininos, um exercício de autoria, autorização e autoralidade em Educação. Fluía criatividade artística porque tínhamos liberdade para re-criar nosso cotidiano em dias de ciranda, de encontro. Fizemos literaturas, fotografia, cinema, comidas, teatro de rua, contação de história, fantoches, *fanzine*; plantamos mudas pelo caminho e muitas rodas de carimbó, de cirandas – cada cirandeira trazia do seu lugar a ciranda que queria partilhar. Dançamos ciranda das Minas Gerais, de Fortaleza, de Belém, de Marabá, e cada uma das seis cirandeiras trazia também seus saberes para abrir a roda do entendimento da/para vida que nos ensinava, nesses encontros cirandeiros, a reexistir, resistir a uma educação eurocentrada e patriarcal que marcavam nosso corpo. Uma lógica em que o tempo nos violenta, contrai nosso útero, fragmenta nosso tempo, diminui nossa criatividade. Nos dias de cirandar, vivíamos nosso feminino quase pleno.

E o aprendido, para mim, nessa pesquisa-ação é ampliar cada vez mais nossa vivência cirandeira nos nossos espaços de formação, querendo sempre achar, nas rodas dançantes, o ritmo do coletivo para alargar as experiências, construir nossas narrativas de ciranda das vivas. Portanto, cirandar para mim hoje é minha forma de resistência, de grito nessa multidão que a modernidade moldou ensurdecendo e cegando as gentes, dificultando as brechas a serem vistas e ou abertas, mesmo que seja na marra. Esse grito de rebeldia vem de um dizer que me inspira e encoraja, de Catherine Walsh, (2014, p. 18): “Mi grito es producto y reflejo de la acumulación de um sentir. De unos sentires sentidos y vividos”. Mas onde estiver a opressão, lá também estará a resistência, porque:

Esse é um sopro de nossa voz neste tempo. Um texto de pesquisa-formação onde fomos instigadas. Chamo de Pesquisa-formação essa certeza de que quando nos reunimos intencionalmente para pesquisar nos vamos formando simultaneamente, uma vez que essa interação produz, provoca, incita, questiona, assusta, assunta, e coloca-nos a (re)fazer nosso caminho. (SILVA, 2013, p. 32)

E nesse aprendizado, de caráter pedagógico brincante vivencial, é que fui cirandar lá para as bandas do município de Marapanim, conhecida como a cidade do carimbo, que tem seu festival Zimbarimbó promovido pelos grupos e associações de carimbó do município. Festejam o dia 5 de dezembro como dia Municipal do carimbó, desde 2009. Região do nordeste do Pará, da Amazônia atlântica, a 120 quilômetros de Belém. Bati o curimbó e requebrei até minhas ancas pedirem andiroba² com as nove mulheres/mestras do grupo de carimbó Sereia do Mar, da comunidade rural da Vila Silva, região da Água Doce, que diferencia da região salgada, mais perto do mar. Uma vivência cirandeira partilhada na e pela roda de carimbó delas e com elas.

² Da andirobeira, grande árvore da Amazônia que cresce até 40 metros, de suas sementes se extrai o óleo medicinal para várias enfermidades, um excelente anti-inflamatório.



FIGURA 1- Localização de Marapanim-PA. Fonte: google.com/ acesso em 18 jun. 2018

Nos demos as mãos e juntas estamos nessa ciranda-pesquisa aprendendo mais sobre essa manifestação identitária da cultura paraense e patrimônio cultural brasileiro. Uma outra ciranda, lugar de vivências e experiências que tem muito o que ensinar/aprender nas encruzilhadas “dessa arte/ciência e inventar caminhos próprios e coletivos para esse acontecer”, como bem pensou a educadora Marizete Silva (2013, p. 26).

De como a ciranda se fez ou a(s) metodologia(s)

*No caminho giro e roda...
No caminho giro e roda...
Despraticar universais é
botar o cortejo na rua!*

*Existir ???
 Resta pasmar a
 lógica
 Tirar a botina das
 regras
 Pô-las a pisar no
 chão
 No caminho giro e
 roda
 O que sei de tudo
 isso?!
 Marizete
 Silva*

E como cirandeira, festeira dessa vida que gira, brincante de carimbó, quero chamar esta pesquisa, desse meu caminhar metodológico, de ciranda, porque ela continua, o cortejo segue. Então, vamos cirandar com o carimbó do grupo Sereias do Mar, escutar/ler as narrativas orais a partir do universo que as abrigam, suas particularidades em serem mulheres, mães e algumas avós e bisavós; conhecedoras da lida com a terra, carimbozeiras amazônidas em resistências.

Me re-descobrir mais escutadora que contadora de história, gostar de ouvir. Para o contar há de ter uma escuta, não é? Então, tanto um como outro, a narrativa tece os dois, transpassando memórias do ouvir e do contar. Riqueza de fios do tecido feito pelas lembranças ditas, enlaçando/entrelaçando os dois: boca e ouvido, quem narra e quem escuta.

A primeira tentativa de abrir a roda para a escuta e registro das narrativas das mulheres de suas histórias sobre o carimbó foi em fevereiro de 2017, mas por motivo de saúde da matriarca Júlia Freire, a

dona Mimi, contadora de história e carimbozeira; tocadora de curimbó quando as forças das mãos eram firmes para tirar do tambor tantos carimbós, compositora de 92 anos, mãe de duas das integrantes, dona Bigica e dona Creuza, foi cancelado nosso encontro para as entrevistas. Esse seria o terceiro encontro, pois já havíamos feito laços de amizade em encontros informais. Nesse sentido, vale destacar o mais significativo e criativo encontro de dezembro de 2016, antes das entrevistas, quando organizamos com uma oficina de artesanato e sessão de cinema um evento destinado à comunidade da Vila Silva. Nele, pude apresentar a proposta de pesquisa e convidá-las para entrar nessa roda, agora no caminho do carimbó e as tendo como protagonistas dessa ciranda-pesquisa. Liguei antes para acertar direitinho com a mestra dona Bigica, vocalista e uma das fundadoras e produtora cultural do grupo. Hoje, neste ano de 2018, dona Claudete é que assume a coordenação do grupo após reunião com as integrantes.

Acertado tudo, fui com o companheiro Emerson e a Lene, amiga artesã e também cirandeira, que ficou encarregada de fazer uma oficina de mandalas com fios para as mulheres da comunidade; foi um sucesso. Assistimos ao vídeo-documentário “Pau e Corda” com a comunidade, feito em 2012, pela TV Cultura do Pará, um projeto que teve apoio da Campanha Carimbó Patrimônio Cultural Brasileiro, movimento importante para a construção do dossiê do IPHAN que será esclarecido no primeiro capítulo. O documentário foi feito em Belém (grupo Sancari) e três cidades da região do Salgado paraense, Santarém Novo (grupo Os Quentes da Madrugada), Curuça (grupo Sabiá) e Marapanim (grupo O Uirapuru); sempre com seus respectivos grupos de carimbó que, segundo a equipe do documentário, são locais onde a força

da tradição do carimbó se mantém viva apresentando os processos de criação e suas condições de vida. Durante a exibição do vídeo algumas moradoras e as próprias carimbozeiras reconheciam os mestres do carimbó nas filmagens, não escondendo a alegria de verem seus contrerrôneos e parceiros de batuque de Marapanim no telão improvisado que fizemos no pátio da casa de dona Bigica.

Mas que pena que os homens da equipe do documentário, que foram até Marapanim, tão perto, não chegaram até à Vila Silva, lugar também de tradição viva do carimbó. Lá, encontrariam de certo um carimbó matriarcal, uma raridade nas rodas de carimbó, ainda bem marcada pela presença masculina. Mas essa roda já tem se alargado, e as saias não mais ficam só animando, colorindo, rodopiando no meio da roda. Elas tocam e dizem muito delas nas letras cantadas por vozes e mãos fortes de mulheres agricultoras que se juntam para fazer travessuras criativas de vivências e experiências, já há vinte e dois anos na região da Água Doce.

Se a equipe da TV Cultura fosse avisada que na Vila Silva existiam sereias com pés no chão e mãos nos curimbós, que encantam com suas maracas, reco-recos, milheiros e pandeiros, o documentário teria um importante diferencial, mostraria a resistência concretizada nos corpos dessas carimbozeiras que resistem ao patriarcado e constroem um carimbó feminino. Finalizamos este encontro com a exposição das mandalas construídas por algumas mulheres da vila e uma roda de conversa sobre o documentário acompanhado por um lanche coletivo e com a certeza de que a roda se abria para a pesquisa. A ciranda começara de fato. Voltei para a Universidade Federal de Santa Catarina

(UFSC) feliz, certa que ganhara a confiança da comunidade, das mulheres do carimbó Sereia do Mar.

Pois bem; retornei ao Pará, em julho de 2017 para o terceiro encontro para colher as narrativas orais como quem dança entre flores, mas dancei com elas uma ciranda não tão feliz. Faltavam mãos nessa ciranda das Sereias do Mar. Os curimbós estavam em silêncio. A Vila Silva estava de luto: dona Francisca, tocadora do segundo curimbó, tornou-se encantada deixando suas parceiras do grupo Sereia do Mar saudosas. Mas era preciso ouvir suas histórias, entender suas memórias, e elas queriam contá-las mesmo vivendo as dores de uma perda, de um luto tão repentino.



FIGURA 2 - Fonte: acervo da pesquisadora. Caminhada pela vila Silva com dona Bigica para fazer as entrevistas agendadas por ela.

Quando cheguei à vila, dona Bigica havia feito uma agenda de visitas às suas companheiras para acompanhar-me na escuta. Algumas seriam feitas mesmo na sua casa. Passei quatro dias na vila, um tempo de rememoração também para mim, porque minhas memórias de

infância foram aguçadas pela cultura alimentar dessas mulheres que tentam resistir aos alimentos transgênicos e aos industrializados. Foram entrevistas regadas a cafezinhos com tapiquinhas e beijos de farinha produzidos na casa de farinha³ por dona Creuza. Peixes frescos e frutas colhidas dos quintais, nos almoços feitos com carinho por dona Bigica que me hospedara em sua acolhedora casa.



FIGURA 3 - Fonte: acervo da pesquisadora - Casa de farinha

Dormia num quarto onde ficam dois grandes curimbós – palavra, esta, conhecida pela formação por dois vocábulos da língua Tupi: curi que significa pau ôco e m'bó que é escavado, que é o pau que conduz som e que se denominou carimbó. São mais ou menos de um

³ Lugar onde se trabalha com a mandioca, ganhando dela vários tipos de farinha, a extração do tucupi, a goma e a farinha de tapioca, todos da cultura alimentar da Amazônia paraense e principal produto de subsistência de muitas famílias rurais de Marapanim.

metro de comprimento e trinta centímetros de diâmetro, sendo uma das aberturas coberta por um couro de bicho bem entesado e sobre ele senta-se para tocar com as mãos e com bastante força. Olhava para eles e parecia que também queriam contar suas histórias de quando chegaram trazidos pelos africanos escravizados que junto com “a música negra pulsante, de rítmica sincopada, própria para a dança e para os ritos africanos” (SALLES, 2016, p. 4) construíram um dos mais marcantes processos identitários e culturais do Pará.

Dormia imaginando as primeiras rodas de carimbó ecoando pelos tantos caminhos que a população negra trilhou em dores e cantos de resistências que a barbárie da escravidão causou. Mas vale ressaltar aqui sobre a origem de curimbó/carimbo. Nos estudos de Vicente Salles (2016, p. 36-37) ele afirma que o

Carimbó e gambá designam o mesmo tipo de tambor (...) E por extensão designam também duas modalidades de expressão do folclore paraense. No Pará, nos últimos tempos, alguns comunicadores insistem na desinformação da origem indígena do carimbó, como derivado de curimbó, contrariando as lições mais antigas, quase como reivindicação de “branqueamento” da dança de terreiro. (...) É verdade que além dos negros, os tapuias adotaram vastamente o carimbó e seu assemelhado gambá, sendo esta denominação imitativa da maneira da gambá, transportar o filhote sobre seu dorso, um tanto semelhante á maneira do tocador enganchar-se sobre o dorso do tambor.

Essa discussão sobre a matriz africana do carimbó veremos no primeiro capítulo.

Amanhecia e já o calor amazônico convidava para um banho de igarapé, um curso de águas geladas no meio da mata fechada com

enormes raízes submersas e cortinas de cipós, um cenário amazônico que me deixava bem à vontade, praticamente em casa. O banho refrigerava até a alma. Um tempo largo de viver. Lembranças das paisagens de minha infância em Óbidos, interior paraense do médio Amazonas.

Dona Bigica me acompanhou em quase todas as entrevistas, em uma fui só. Sempre que chegava à casa de uma delas sentia a tristeza no ar; dona Francisca fazia muita falta, mas estava muito presente nas narrativas de todas elas. Quase todas foram bem econômicas nas palavras, o peso do luto não abria muito para o contar. Respeitei.

[...] Há toda uma caminhada, que nos chama para frente (no velho latim se diria: provo-cat). Amigos africanos me asseguraram que, em muitos idiomas nativos da África, há um montão de termos para “caminho” e “caminhar”, com incríveis nuances. Caminhar com uma criança, se fala de um modo. Caminhar com os pais, já se fala de outra maneira. Caminhar com amigos, se diz de um jeito. Com uma pessoa amada, ainda de outro. Mas- segundo me disseram esses amigos da África – apesar de tantas palavras para “caminhar”, nas línguas deles não existe nenhuma palavra para “caminhar sozinho”. (Tradução livre da Ida Mara, “A Course in Miracles”)

E junto a esse caminhar com elas vem o escutar/ falar priorizando o falar com e não o falar sobre elas, como bem nos orienta Paulo Freire na sua “Pedagogia da Autonomia” e que é um desafio e um exercício constante para romper com uma herança colonial eurocêntrica do saber hierarquizado:

Se, na verdade, o sonho que nos anima é democrático e solidário, não é falando aos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a aferir com eles. Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele. (FREIRE, 2011, p. 110)

Nessa perspectiva de romper com o colonialismo do saber, do ser e do poder traremos para essa ciranda-texto, no capítulo um, o pensamento decolonial que nos coloca diante do espelho eurocêntrico para percebermos nossos colonialismos e fortalecer, assim, nossas resistências diante da falácia da modernidade capitalista que alimenta o individualismo e o esfacelamento do ser, silenciando culturas. E o carimbó feminino do grupo Sereia do Mar chama para a importância de entender e escutar as histórias umas das outras para começar a aprender sobre as outras que resistem, parafraseando María Lugones (2014), que discute a resistência à colonialidade de gênero, que será dialogado no quarto capítulo com as narrativas transcritas das mestras do carimbó.



FIGURA 4 – Fonte: Revista Amazônia Viva ed. 48 /agosto de 2015. Da direita para a esquerda, primeiro plano, no curimbó mestra Francisca (*in memorian*), no segundo curimbó mestra Creuza, vocal mestra Bigica, na maraca mestra Maria Cristina, no reco-reco mestra Maria Feliz, hoje a mestra Cleonilda está no segundo curimbó, no milheiro mestra Martinha, no ficheiro a mestra Maria Raimunda e na outra maraca está a mestra Claudete.

As primeiras narrativas orais colhidas foram da dona Júlia Freire de 92 anos, a dona Mimi, a matriarca da vila Silva que não está mais no grupo por questão de saúde, mas que ainda faz letra de carimbó e motiva as outras mulheres a continuar no grupo Sereia do Mar, depois veio dona Bigica cujo nome registrado é Raimunda Vieira Freire de Carvalho, 56 anos vocalista e uma das fundadoras do grupo Sereia do Mar, depois vieram: dona Maria Cristina Ramos Monteiro, 67 anos, das maracas conhecida como guardiã das sementes, compositora e poeta e também fundadora do grupo; dona Creuza Vieira Freire, 48 anos, batedora de curimbó e fundadora também do grupo; dona Maria Feliz da Silva Freire, 60 anos, canta e toca reco-reco; dona Cleonilda Modesto Gonçalves, 39 anos, batedora do outro grande curimbó, dona Martinha

Freire de Carvalho, 65 anos, toca o milheiro; dona Maria Raimunda da Silva, 68 anos, é do ficheiro; e dona Claudete Freire Barroso, 54 anos, toca as maracas. O filho de dona Francisca Silva Miranda, Max Rildo da Silva Miranda, 44 anos, foi entrevistado para colher a memória que tinha da mãe carimbozeira, registrando as vivências e experiências que a mãe teve no grupo Sereia do Mar, mas priorizamos as memórias delas em relação à dona Francisca, como veremos no terceiro capítulo.

O roteiro pensado foi seduzido pela cultura de conversa, deixando fluir as memórias sem tantas perguntas. Narravam o que elas achavam interessante para uma escuta sensível e ética no que estava na roda; praticamente o roteiro girou em torno das seguintes temáticas: carimbó feminino, processos educativos, memórias de infância, pertencimentos, resistências, experiências.

E assim essas mulheres da Vila Silva dividem o tempo entre o trabalho na roça e os batuques do carimbó ensaiado e apresentado tanto nas localidades de Marapanim como na capital Belém e em outros municípios paraenses, esticando até Salvador, na Bahia, levando seu cotidiano cantado e batucado nos curimbós batidos com a força dos tambores matriarcais.

Sobre a escolha de transcrever as narrativas orais no formato de mônadas, inspiradas na escrita de Walter Benjamin, como esclareci no preâmbulo desse texto, vale dar mais explicações sobre essa “edição” concisa de textos narrativos. Duas estudiosas de Benjamim ajudaram-me nesse entendimento: a professora e pesquisadora Cyntia França (2015) e a professora Maria Carolina Bovério Galzerani (2009) e a professora e pesquisadora na área dos Estudos Culturais, Tatiana Oliveira (2017),

que experimentou também, na sua dissertação de mestrado, a estrutura das mônadas benjaminianas nas narrativas femininas Guajajara.

Para Benjamin (2007), o entendimento sobre a mônada é que nela, em diálogo com o filósofo e cientista alemão Leibniz:

[...] segundo Leibniz, em seu Discurso sobre a Metafísica, de 1686, em cada mônada estão indistintamente presente todas as demais. A ideia é mônada, nela reside, preestabelecida, a representação dos fenômenos, como sua interpretação objetiva. (...) A ideia é mônada, isto significa, em suma, que cada ideia contém a imagem do mundo. A representação da ideia impõe como tarefa, portanto, nada menos que a descrição dessa imagem abreviada do mundo (BENJAMIN, 2007, p. 69)

Alargando a interpretação para entender mônada, Cyntia Simioni França (2015) diz que: “a mônada é concebida como a cristalização das tensões nas quais se inscrevem práticas socioculturais, plurais, contraditórias” (2015, p. 105), e que “a mônada é um fragmento que salta do desenrolar do tempo linear” (p. 106); assim tem-se as imagens monadológicas em narrativas que se possa atentar às potências das experiências partilhadas pelas mulheres do Sereia do Mar, rememoradas/contadas num tempo não linear da narração. Todas as mônadas produzidas aqui têm título, e de cada uma foi tirado uma frase, uma expressão que carregasse já uma potencialidade do vivido para servir de título para a mônada, com o entendimento/interpretação de quem as ler também. Na leitura de Tatiana Oliveira (2017), ao ler as mônadas, mais precisamente na “Infância em Berlim”, observa-se que “Nessas pequenas narrativas que remetem à infância de Benjamin, é

possível vislumbrar a articulação entre o vivido individual do autor e as esferas sociais mais amplas, valorizando as experiências do passado infantil e ressignificando-as a partir do olhar adulto. (OLIVEIRA, 2017, p. 27).

Essa possibilidade da articulação do que é vivido (individual) de quem narra com o contexto social, na qual a mônada é terreno fértil, proporciona “significados coletivos e particulares mais substanciais”, (GALZERANI, 2009)⁴.

Partindo de uma aula-passeio

Para a construção dessa pesquisa tomo como referência lembranças vivas de quando criança, crescendo ouvindo os tambores que ecoavam nas ruas estreitas da minha cidade natal Óbidos, município paraense, povoada pelos personagens das ricas lendas amazônicas da cobra-grande, da Matinta Perera, do boto sedutor das moças ribeirinhas, dos cordões de pássaro, do carnaval do mascarado fobó, das visagens (fantasmas) – narrativas orais que alimentavam o imaginário de quem foi criada às margens do Amazonas, o grande rio-mar. Meus primeiros processos de aprendizagens e identidades, que me marcam profundamente como práticas de letramentos (SOARES, 1998), que estão para muito além da escrita, pois envolvem também imagens e signos visuais e sonoros.

⁴ A fala da profa. Galzerani de onde tirei essa frase é da transcrição da sua palestra “Memória e História em Walter Benjamin”, que pode ser vista a partir do link <https://www.youtube.com/watch?v=RfmXD6gMkK8>. Acesso em 22/09/2017.

Partindo de uma aula-passeio, como professora e coordenadora do projeto de letramento Carimboletrando, com a parceria do professor de Arte, Ary Neymer, e a colaboração no dia do passeio da professora de Geografia Neide, chegamos até Marapanim com a turma do 1º ano do Ensino Médio. Este projeto estava sendo desenvolvido na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Palmira Gabriel, localizada na periferia de Belém, capital do Pará, e com verba do programa do Ministério da Educação, pelo EMI (Ensino Médio Inovador⁵) chegamos até a cidade do carimbó. Segundo o site oficial do portal do MEC,

o objetivo do EMI é apoiar e fortalecer os Sistemas de Ensino Estaduais e Distrital no desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de Ensino Médio, disponibilizando apoio técnico e financeiro, consoante à disseminação da cultura de um currículo dinâmico, flexível, que atenda às expectativas e necessidades dos estudantes e às demandas da sociedade atual.⁶

O Carimboletrando foi um projeto de encontros e trocas de saberes, construído para e com alunos/as que muito têm a dizer de si, de seus sonhos, dos seus saberes e, principalmente, de se reconhecerem pertencentes à cultura do Carimbó, após o termino das atividades do projeto. Nessa experiência refletimos sobre educação a partir de um

⁵ O programa Ensino Médio Inovador – EMI foi instituído pela Portaria nº 971, de 9 de outubro de 2009, no contexto da implementação das ações voltadas ao Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. A edição atual do Programa está alinhada às diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação 2014-2024 e à reforma do Ensino Médio proposta pela Medida Provisória 746/2016 e é regulamentada pela Resolução FNDE nº 4 de 25 de outubro de 2016.

⁶ MEC (website oficial): Link: <http://portal.mec.gov.br/ensino-medio-inovador/apresentacao>. Acesso em 22/01/17.

pensamento de Brandão (2002), quando diz que educar é antes de tudo fazer a auto formação, deixar-se reeducar e sempre formar-se num eterno vir a ser – criando cenários, cenas e situações em que entre eles e elas e comunidades estejam contribuindo com símbolos sociais e significados da vida e do destino às quais são criados, recriados, negociados.



FIGURA 5 - Fonte: acervo da pesquisadora, 2011- Momento da oficina de percussão para a construção do grupo de carimbó da escola com os/as estudantes do 1º ano do ensino médio, participantes do projeto Carimboletrando.

Um dos objetivos do projeto, além de formar o grupo de carimbó da escola de percussão e dança, era conhecer/entender os caminhos dos batuques dos mestres que produzem ritmos e coreografias das/nas letras das músicas do carimbó, em Marapanim. Fomos no dia 5 de dezembro, dia municipal do carimbo, que a cidade toda festeja com rodas de carimbó e o tradicional cortejo do Mastro de São Benedito, o santo preto, padroeiro da cidade que percorre as ruas até a orla onde é recebido com muitos fogos de artifício e batuques.

Tivemos a felicidade de carregar junto com a comunidade o mastro, os/as estudantes relataram com emoção esse momento que até então não conheciam, como também experimentavam o sentimento de pertencimento à cultura do carimbó, uma prática identitária paraense. Para o enriquecimento e surpresa também do nosso passeio, ficamos sabendo da existência do grupo de Carimbó Sereia do Mar que era composto por nove mulheres agricultoras e fazedoras de carimbó feminino da pequena Vila Silva, do município visitado. Infelizmente não conseguimos ir até à vila porque precisaríamos voltar na hora marcada com as famílias dos estudantes. Nossa viagem de retorno à Belém foi de quase três horas. Mas meu desejo de conhecer o grupo só aguçou.

Voltamos dessa aula-passeio, desse encontro com o carimbó de raiz, com a certeza que nos aproximávamos do fazer educação por outro viés, diferente do representado nos currículos oficiais onde o conhecimento é produzido somente em sala de aula, sendo o professor o representante de um saber diferenciado das realidades vivenciadas pelos estudantes, pela comunidade. Neste agora, rememorando, benjaminianamente, reflito as palavras ditas pela professora Carolina Bovério Galzerani (2009), na palestra já citada, em que ela nos instiga a responder se a escola produz vivências ou experiências. Questiono também, a partir das reflexões de Galzerani, se estamos ressignificando as nossas vivências transformando-as em experiência vivida enquanto educadoras/es e ou pesquisadoras/es. Hoje, percebo e avalio esse projeto como um produtor de experiência para quem participou dele, tanto os/as alunos/as, como nós professoras/es porque, de fato, produzimos narrativas ouvindo outras, intercambiamos saberes.

Seria até uma resistência, em tempos de pobreza de experiência, onde a modernidade insiste em automatizar a vida, retirando o potencial de um/a narrador/a que é o narrar de suas experiências “quando abandonamos uma a uma todas as peças do patrimônio humano” (BENJAMIN, 2012, p. 128). Mas sigamos achando as brechas para a ciranda do narrar.

Fazíamos, então, nesse momento de troca de saberes, uma forma intuitiva de educação patrimonial visto que disseminávamos valores culturais a partir de outros saberes (CASCO, 2006). Exercitávamos nossa auto-formação, ali, vivenciando e experienciando e, principalmente, dando sentido ao fazer educação a partir da cultura do Carimbó. Saliento que, infelizmente, essa prática de educar através do patrimônio cultural é quase inexistente nas escolas paraenses, ou mesmo no Brasil. Dessa maneira, nos vem a reflexão de que o carimbó ainda ecoa tímido nos corredores das escolas paraenses, patrimônio cultural que resiste e reexiste ao tempo e à cultura hegemônica.

Esses foram, portanto, os motivos que chamamos o carimbó para dentro da escola e com ele o grupo feminino de carimbó Sereia do Mar, o qual costuma compor canções que retratam a condição feminina e o trabalho na roça. Seus saberes, tecidos no cotidiano da Vila Silva, local de práticas sociais alternativas destacavam-se diante de tanta desagregação e homogeneização social.

Dessa forma, reconhecer, afirmar, valorizar e estimular a produção do carimbó é contribuir com o fortalecimento das comunidades tradicionais amazônicas, da Amazônia Atlântica, e tudo que a identifica. Isso gera outros sentidos, reconhecimento e,

consequentemente, o respeito ao carimbó, aos seus diversos praticantes e às mestras e mestres que não cessam de animar e abrir a roda.

O carimbó é modo de viver, fazer e resistir

*O carimbó não morreu
Está de volta outra vez
O carimbó nunca morre
Quem canta o carimbó sou eu!
(Mestre Verequete
)⁷*

Abre-se a roda, colorida por saias longas e floridas que giram anti-horário em corpo individual ou em pares, em coreografias ou em gestos ritualísticos ou em passos livres: o corpo se permite entrar nos requebros ao som do curimbó, alma sonora do carimbó. O corpo é suado, é livre, é feliz.

Na ciranda dos corpos em requebros, o carimbó vem resistindo e se firmando em vários chãos, sejam eles de areia, piçarra (brita) ou asfalto, mas construindo narrativas tecidas e repassadas por gerações de brincantes que, entre o sagrado e o profano, alimentam memórias de carimbó de matriz africana e, criativamente, encharcado de culturas também amazônidas, como a indígena. São muitos os carimbós, como o que aparece, por exemplo, na história contada pela cirandeira Maria Esperança:

⁷ O Mestre que se dedicou na produção do carimbó tradicional, chamado de “Pau e Corda” ou “Carimbó de Raiz” foi um grande difusor da cultura do carimbó no Brasil. Para conhecer mais tem o documentário “Chama Verequete”, disponível no YouTube. A parte um está em <https://www.youtube.com/watch?v=qV4a4JJNZPw>. Acesso em 22/01/17.

Tia Zazá e Tio Fabico, em Marapanim, terra do Grande Mestre Lucindo e cidade de maior referência deste gênero, me contaram, em setembro de 2002, que mulheres negras, originárias do Maranhão, iniciaram a Festa de Carimbó em louvor a São Benedito, na vila-comunidade rural de “Maranhãozinho”, em tempos do Brasil Colônia – “Estado do Grão Pará e Maranhão” (estado criado pelo Marquês de Pombal na gestão imperial portuguesa de Dom José I, que no seu auge, ia da Amazônia Ocidental – região do atual estado do Amazonas, à região Nordeste Ocidental, incluindo regiões dos atuais estados do Piauí e Ceará). (Maria Esperança)⁸

O carimbó é feito de narrativas construídas com o corpo e toda a sinestesia que produz. Esse corpo que se quer livre, solto, sensual nos requebros, levado pelos batuques e cantorias de lazer e de trabalho – que aos olhos da polícia, no final do século XIX, era reprimido porque atentava contra a ordem de um capitalismo pós-colonial representado por uma elite branca, cristã e europeizada da Belém do Pará da *Belle Époque* amazônica. Época esta, aliás, em que Belém, como outras capitais brasileiras, passava por um processo higienizador e disciplinador de sua população.

Nesse contexto, o carimbó foi proibido em espaços públicos e privados através da Lei municipal de Belém nº 1.028, de 5 de maio de 1880, presente no código de Posturas (COSTA, 2011). Hoje, sua prática é reconhecida como Patrimônio Cultural Brasileiro, inscrito no Livro de

⁸ Maria Esperança Alves é *co-criadora* do MANA-MANI ponto de cultura, roda-viva de ensino-aprendizagem, interações estéticas, comunicação e cultura transdisciplinar-holística com danças circulares dos povos e corporalidades poéticas amazônica-brasileiras. Disponível em: <<https://blogmanamani.wordpress.com>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

Registro das Formas de Expressão pelo IPHAN e em setembro de 2014 recebendo o título de Patrimônio. E como bem diz Walter Benjamin (2012, p. 13) em uma de suas teses sobre o conceito de história, “não há documento de cultura que não seja também documento de barbárie”. Falaremos mais sobre essa barbárie no primeiro capítulo.

Para o reconhecimento do carimbó como patrimônio cultural brasileiro, houve toda uma mobilização dos grupos de carimbó do Estado do Pará, que construíram um movimento intitulado “Campanha do Carimbó Patrimônio Cultural”, entidade esta que entrou em conflito e negociação com o IPHAN e a equipe de pesquisa responsável pela execução do processo de registro das práticas do carimbó em alguns municípios paraenses, com seus e suas respectivos/as mestres e mestras. Esse tema será abordado no segundo capítulo.

De acordo com a pesquisadora Lorena Alves Mendes (2015), existem inúmeras conceituações oriundas de diferentes áreas acerca do carimbó, sendo uma delas a do folclorista potiguar Luís da Câmara Cascudo (1980), que em seu “Dicionário do Folclore Brasileiro” descreve o carimbó enquanto dança de roda, típica dos folguedos caboclos, encontrada na ilha de Marajó e arredores de Belém, no Pará, com acompanhamento de percussão (curimbó, pandeiros, reco-reco e, ocasionalmente, instrumentos de corda). Só que o carimbó é isso e muito mais. Na visão e nas vivências das carimbozeiras do grupo Sereia do Mar, a partir das suas narrativas orais, o carimbó tem uma matriz que é africana, contradizendo alguns pesquisadores que alegam que o carimbó é a representação das três raças: índio, negro e branco (europeu), inviabilizando e ou diminuindo a cultura africana. Traremos

essa discussão também no capítulo dois, a partir da perspectiva das narrativas das mulheres do grupo Sereia do Mar.

O carimbó, que de acordo com Bógea (2014), envolve modos de viver (manifestação cultural e movimento social) e modos de fazer (expressão artística e cadeia produtiva), resistiu e resiste à cultura hegemônica capitalista; lógica que tende a homogeneizar a cultura, fazendo com que os indivíduos, que lutam pela sobrevivência, percam cada vez mais o vínculo com seu patrimônio cultural e empobrecam suas transmissões de experiências (BENJAMIN, 2012). Essa pobreza da experiência tem como sintoma uma mudança na linguagem moderna que privilegia a informação, quantitativa e acabada, ao invés do tecer das narrativas em colaboração.

Entretanto, somos constituídos por representações e, portanto, precisamos compreender o mundo por outro viés, treinar o olhar para desvelar o que está dado como único fato, única forma. As mudanças acontecem, as culturas se misturam e as certezas são incertas, e todo esse movimento alimenta os processos identitários (HALL, 2004).

Levantamentos iniciais sobre as pesquisas acadêmicas com a temática do Carimbó nos mostraram a ênfase na origem, na compreensão da relação dos grupos de carimbó com seu meio ambiente, que os constituem como produtores e propagadores da cultura tradicional paraense; seu reconhecimento como Patrimônio Cultural Brasileiro, sua estética e características étnicas, geográficas e históricas. Discussões sobre valorização, urbanização e comercialização do carimbó são outros recortes feitos a partir de 1970, nas pesquisas de Guerreiro do Amaral (2003) e Costa (2008), ambas utilizadas como fontes bibliográficas entregues à Fundação Nacional de Artes em 2011

através do relatório de pesquisa “Carimbó, expressão da Cultura Tradicional Paraense”.

No entanto, não foram encontradas pesquisas sobre carimbó feminino dito de raiz, tradicional, o conhecido “pau e corda”, pois, como dito, o carimbó é feito predominantemente por homens, cantado e tocado – ficando para as mulheres o dançar.

Portanto, pesquisar o carimbó matriarcal, que identifica o grupo de carimbó Sereia do Mar, é uma forma de resistência nessa cultura propagada, até então, pelos mestres. É uma forma de ir ao encontro com o carimbó feminino, de trocas mútuas que não estão explícitas somente em palavras, mas nos versos, nas rodas, na dança e em outras expressões possíveis de sabedoria feminina, criando “espaço vincular”, que seriam as indagações sobre questões sensíveis (SILVA, 2013). Dessa forma, de acordo com um levantamento bibliográfico sobre a temática do carimbó feminino, foi verificado que não há pesquisa acadêmica na Universidade Federal do Pará e nem na Universidade Estadual do Pará, em Belém, sobre o carimbó de raiz feito, cantado e tocado por mulheres.

Mais mãos para ciranda

Para compor essa ciranda, trouxe para o diálogo alguns teóricos e teóricas que me foram apresentados durante as leituras nos encontros do grupo de estudos, nas disciplinas, palestras e seminários, que muito descortinaram meu olhar para as questões dos estudos culturais e sobre o pensamento pós-colonial, como de Stuart Hall (2013), para compreender a cultura popular como constituída por tradições e práticas culturais populares e pela forma como esses se processam em tensão permanente com a cultura hegemônica. Walter Benjamin (2012), abrindo outras

possibilidades de entender sobre experiência e memória das carimbozeiras; as teóricas decoloniais Maria Lugones (2014) para desvelar melhor o projeto europeu de civilização, que desumanizou/desumaniza homens e mulheres, bem como a resistência à colonialidade de gênero no espaço específico da América Latina; e Catherine Walsh (2009), sobre a interculturalidade no exercício de aprender a importância de intercambiar saberes e perceber um bem viver na/da comunidade da Vila Silva, lugar de construção de práticas identitárias, de resistências, de ensinamentos, de troca de saberes e solidariedades.

Outros também entraram e somaram para essa ciranda que se quer no ritmo etnográfico, histórico, irmanada com fontes orais e bibliográficas, e pretende analisar, eticamente, as experiências e memórias do carimbó matriarcal do grupo Sereia do Mar, suas culturas identitárias e seus pertencimentos antes que o tempo passe tudo a raso. Ou seja, essas narrativas foram um mergulho nas memórias de vida ricas em experiências dessas mulheres amazônidas, porque são narradoras tendo a oralidade como linguagem predominante da comunidade de Vila Silva, lugar de contadoras de histórias. Este lugar é encharcado pela *cultura de conversa*, tão presente no cotidiano de populações rurais e ribeirinhas. A cultura de conversa é compreendida como,

uma forma cultural de base predominantemente oral, sendo a oralidade a forma típica das populações rurais-ribeirinhas expressarem suas vivências, transmitirem seus saberes, valores e hábitos das gerações mais antigas às gerações mais antigas e às gerações mais novas. (OLIVEIRA; MOTA NETO 2004, p. 61 *apud* OLIVEIRA e SANTOS, p. 34, 2007).

Assim, o mergulho nas histórias rememoradas das carimbozeiras do grupo Sereia do mar precisa ser, antes, de profundo respeito às suas narrativas que trazem um vivido com experiência e também certa resistência, desse narrar, em tempos de empobrecimento das relações construídas face-a-face. Não tem como ser *a raso* essa ciranda de narrativas delas, plantadas e germinadas em solo fértil de experiências, como das granes várzeas que a Amazônia nos presenteia - ricas em mitos, lendas, alegorias que estão nas matas e rios que alimentam o imaginário das populações e, portanto, re-criam realidades amazônicas, constroem conhecimentos. As memórias não cabem em rios rasos. As rememorações das nove mulheres precisam ser contadas, escutadas. O tempo dessas narrativas não será passado a raso.

Dos seus atravessamentos: das oralidades às escritas

As histórias são inventadas, mesmo as reais, quando são contadas. Entre o acontecimento e a narração do fato, há um espaço em profundidade, é ali que explode a invenção. (Conceição Evaristo, Becos da Memória, 2017)

O rio ficou distante, a vida estreitara-se

Ela fechou o livro e abriu-se, num instante de intensidade, a um leque de lembranças da infância que a levou às terras distantes, lá para a parte mais estreita e profunda do rio Amazonas. Óbidos, estreitando as imagens de uns lembrares, como as margens do rio-mar que a alimentou com sua farta diversidade de peixes de água doce: pirarucu, pacu, surubim, acari, tucunaré, pescada amarela, pescada branca, acari... Rio

que a viu nascer e levar para outras paragens. Lembrava-se dessa estreiteza das margens com certa tristeza porque foi também estreito o tempo dessa infância, de tempos largos e fartos de vida, como é a vida rodeada pela natureza. Em noites de brincar nas ruas estreitas as histórias de visagens disputavam com as lendas amazônicas - povoavam, inquietavam e enriqueciam seu imaginário com os seres encantados: a cobra-grande, Matinta Perera, padre-sem-cabeça, a mulher de branco, curupira, botos, sereias e outras tantas narrativas orais que davam vida à cidade, e que mais tarde iam também povoar o imaginário da turma durante suas aulas de literatura em rodas de leitura para estudantes do ensino fundamental e médio. Era o momento que aproveitava para não esquecer de onde viera e o que a identificava como ribeirinha e possuidora de narrativas que a construíram também – o encantado a encantava, o texto literário também.

Um exercício de memória feito com certo esforço nas suas memórias de cunhã (menina), interrompida aos nove anos, quando a família precisou ir para capital em busca da cura do pai, mecânico, que quase ficou paraplégico durante uma cirurgia que fez na coluna, já muito gasta pelo trabalho pesado que fazia na pequena oficina de carros de onde tirava o sustento da família de quatro filhos, três mulheres e um homem. Tempos difíceis de adaptação na grande Belém, de muitos carros, prédios e poucas janelas para o rio, de tempos estreitos... O mesmo que a trouxe, tão íntimo, tão familiar, mas que só podia ser visto quando a mãe a levava para o centro da cidade, na beira da feira do Ver-o-Peso. Lá matava um pouco a saudade de rio. Depois de grande, já ia sozinha ou em grupo de amigas curtir a baía do Guajará. O rio ficou distante, a vida estreitara-se. A modernidade engarrafara o rio das

memórias, mas que em goles de lembranças resiste à memória seca que o capital impõe para distanciar das experiências partilhadas, alimento, este, para as rememorações do tempo vivido.

Emancipação

Em tempos de atravessamentos, depois do mundo das palavras faladas, cantadas, veio o tempo das leituras dela, impressas em livros, panfletos e manifestos políticos. Ela mergulhara em águas do movimento estudantil, se encharcava de rua, muitas vezes driblando os cuidados exagerados dos pais. Como secundarista experienciou a militância política no grêmio estudantil durante as séries do ensino médio na escola pública, sendo ela uma das caras-pintadas, chamando a galera para a rua que gritava pelo impeachment do então presidente do Brasil em 1992, Fernando Collor de Melo. Aprendia que estar no mundo é saber de que lado está, e por quem se briga. O livro de cabeceira era Olga Benário.

Mais tarde, entrara na universidade, já participando na chapa “Doces bárbaros” para o Centro Acadêmico do curso de Letras em 1993. A militância a fez não priorizar as aulas da graduação e, portanto, não conseguiu ser a aluna ideal que a universidade exigia. As bandeiras eram muito mais importantes que o estruturalismo de Saussure e a Literatura dos colonizadores do além-mar. Preferia dançar brega e carimbó com as/os companheiras/os de luta depois das longas reuniões do diretório central dos estudantes da UFPA. A vida era de festas e de lutas. Mas precisava terminar a graduação, a luta agora era pela sobrevivência da família que construía com seu antigo namorado dos tempos de

estudante secundarista. O primeiro filho nascera no descuido do tempo eufórico de querer viver intensamente a universidade, a juventude, com o ex-companheiro que também militava num partido de esquerda trotskista. A maternidade atravessou a vida e freou os passos largos da juventude dela, que teve que cancelar o semestre para parir e cuidar do filho Mateus.

O “quem pariu Mateus que o embale” era a frase que mais ela ouvia nos seus vinte e dois anos, e nos restantes também. Quando o rebento completou cinco anos, tornou-se mãe solo. Terminou a graduação e partiu para Marabá, cidade que lhe deu experiência na docência e na vida e a fez conhecer outro amor. Viajou com o diploma de um lado e o filho do outro. Precisava se emancipar. Conseguiu. Foi ser professora.

Influência boa da mãe

Da cidade natal para a capital foram três dias atravessando de navio. Ela, com nove anos, com a mãe e os irmãos pelas águas do rio-mar, paisagens em imagens guardadas e rememoradas muitas vezes pela mãe que, como Ela, morre de medo de água, mais ainda das águas turvas do rio Amazonas; mas que fascinavam também.

Foram muitas histórias de naufrágios, de barcos e canoas carregadas de gente que os entes queridos não puderam sepultar em terra. Dizem que no cais do porto se ouviu muito choro e grito, quando a cidade dorme e as visagens movimentam em vultos brancos a orla da cidade. O rio é a rua de muitas comunidades ribeirinhas. Os caminhos de água nem sempre são de águas mansas. Durante os dias de viagem,

principalmente à noite, quando as lonas fechavam o olhar para o rio, só restava esperar o sono, escutando as histórias de sua mãe. As luzes do barco iluminavam somente o caminho desenhado pelas tantas redes entrelaçadas nos dois andares do grande barco, um colorido que alegrava os dias de chuvas e das incertezas da nova vida na capital que os esperava. Mal sabia Ela que essa travessia alargaria suas experiências e seu gosto por lugares desconhecidos.

Naqueles dias de água e céu conheceu, olhou e escutou mais sua mãe, suas narrativas, tendo como testemunha o rio Amazonas. O tempo, como o rio-mar, era largo fazendo a mãe contar em detalhes como foi parar na cidade que agora se despedia com tanta alegria, pois suas experiências não foram tão boas nas terras de Óbidos, tão distante de sua terra natal Capanema, interior também do Pará. Só levava a alegria de ter parido os quatro filhos. A única que deu para os estudos foi Ela, puxando à mãe, que a incentivava lendo os jornais diários; até os classificados eram devorados pela mãe leitora. Bem diferente do pai, que desde menino teve que entender a leitura da sobrevivência, trabalhando pesado para ajudar os pais.

A mãe foi vocalista de uma banda musical, “Eles e Ela”, cantando e tocando, com seu acordeon, música popular brasileira. Era a única mulher na sua cidade que tocava com homens numa banda. Nascera em berço de ouro, como falam. Foi uma mulher à frente de seu tempo. Sempre incentivada e muito paparicada pelos pais. Fez todo o curso de normalista, o Normal Regional, que hoje equivale aos três anos do Ensino Médio. Estudou para alfabetizar crianças e adultos, em Capanema, nos anos 1960, até a véspera do casamento que ia levá-la a se mudar e morar em Óbidos. Deixaria para trás um caminho que mais

tarde a filha do meio, Ela, iria entrar, experimentar e gostar de fazer-se professora (PAIM, 2005), que já somam muitas luas, 16 anos. A mãe deixara nela o gosto por gente, de leituras – tanto de livros como de mundos.

Retorno à academia

Como viajante, surgiu nela o desejo de outras paragens. Os 16 anos de sala de aula diziam para Ela que já era tempo de rememorar suas práticas pedagógicas para um presente reflexivo; de se afastar de sua ilha e buscar outras para, também, ouvir e ser afetada por outras narrativas de outras cirandas. Voou para Florianópolis. Nunca pensara que sairia do Norte para morar nas terras do Sul. Conseguiu passar no concorrido mestrado em Educação na linha da Sociologia e História da Educação, da conceituada Universidade Federal de Santa Catarina, que abriu mais ainda o leque de conhecimentos proporcionado por disciplinas e seminários especiais; participando do grupo de estudos, o Grupo de Pesquisa Patrimônio, Memória e Educação (PAMEDUC), conhecendo teóricos/as decoloniais, aprendendo mais sobre questões caras para o seu fazer pedagógico. Lembrara que sua primeira tentativa para ingressar à Universidade Federal do Pará foi para fazer o curso de História, mas não conseguiu passar. Esta pós-graduação, portanto, foi um sonho realizado, uma vitória conseguida graças a uma mana que a incentivou bastante, por isso Ela será sempre grata à esta mana, que com um triste pesar o tempo tempestuoso congelou as conversas na cozinha desta comadre, em dias felizes que dividiam o copo, o grude e os sonhos

de cirandeiras que são. Duas bruxas fortes com caldeirões sempre em brasa, porque estão sempre temperando a vida para não ficar insípida.

Chegara em Florianópolis trazendo seu filho mais novo, João, de dez anos, seu companheirinho e também incentivador nas horas mornas da vida. Os dois combatiam a solidão e a distância da família deixada em Belém, mas também se fortaleciam e construíam narrativas de experiências, ricas de poder conhecer outras culturas, outros modos de estar no mundo – intercambiavam e também estranhavam os jeitos da cidade e das muitas gentes de olhos e peles claras. Os estranhamentos eram constantes, como também eram dos “anfitriões” da cidade com a nossa presença. Certa vez, quando foi comprar o uniforme do filho no centro comercial, foi indagada pelo seu sotaque que a denunciava que era mais uma que viera aventurar a vida na cidade. Como diz a amiga moçambicana e linguista Ezra: “o sotaque é a vingança da língua materna”. Sentiu certo ranço durante um interrogatório feito pelo vendedor. Este, depois de ouvi-la dizer que estava de muda para a capital “Floripa”, quis saber se não havia emprego na cidade de origem, já colando com outra pergunta: se não existia universidade em Belém. Ela respirou fundo e calmamente explicou-lhe que o mais rico da vida é o deslocamento, é o sair da sua ilha para ouvir e ver e aprender saberes em outras. Esclarecia sobre gentes que, como Ela, gostavam de viajar para ter depois o que contar, o que rememorar. O cidadão a olhou num esforço para entender aquelas palavras. Mas, no fundo, Ela queria mesmo era pegar um tambor e cantar um carimbó para ele que diz assim: “viemos da nossa terra fazer barulho na terra alheia”. Saiu da loja cantarolando baixinho, rindo, para não esquecer do lugar de onde veio, e para que veio.

Sempre trabalhara na escola pública em dois turnos, para garantir um ganho que desse para sobreviver e educar os dois filhos junto com seu segundo companheiro, então quase não sobrava tempo para as leituras, que não faziam parte do seu campo de saber, mas que a colocariam na linha de pesquisa Sociologia e História da Educação, que se propunha a conhecer no mestrado.

Fizera em 2011 a especialização “Saberes africanos e afro-brasileiro na Amazônia: Implantação da lei 10.639/03⁹” que lhe rendeu uma produção de um vídeo documentário de 15 minutos feito com a colega de curso, a pedagoga Mara, intitulado “Com ciência negra a gente descortina o olhar”, uma ferramenta para valer a lei, discutindo preconceito e discriminação racial na escola. Esse vídeo está também disponível também no *YouTube*¹⁰, com muitas cópias presenteadas a colegas que também são afetados pela luta contra o racismo. Ela não é negra, mas é ativista no movimento antirracista por reconhecer sua responsabilidade por mais justiça e igualdade racial. Essa formação dava um gás para que Ela buscasse mais textos e quisesse uma saída para uma pesquisa no campo dos estudos culturais com recortes nos estudos sobre as relações étnico-raciais, porque também é uma temática muito presente nas suas aulas.

Ela, sem dúvida, sabe que a lei que torna obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares,

⁹ BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: www.dodf.df.gov.br/. Acessado em 10 nov. 2017.

¹⁰ https://www.youtube.com/channel/UC4TbnY_1Kku8liMkFRM0WWg. Acesso em 22 nov. 2017.

o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, conquistada pelos movimentos sociais negros, abriu caminhos para que escolas, que ainda seguem um tempo fracionado em espaços moldados e homogeneizadores, buscassem rever/refletir sobre uma história fragmentada e alimentada por uma cultura do silenciamento e de apropriações em relação às africanidades. Culturas tão presentes nos corredores e nas salas de aula de muitas escolas, principalmente, das públicas – Ela bem sabe que a escola pública tem uma cor que predomina na pele de quem a frequenta. E isso sempre a fez refletir sobre as histórias do seu país, quase sempre marcada por desigualdades, por injustiças sociais. Mas Ela também carrega consigo a esperança, e não é numa espera vã, porque aprendeu com o educador Paulo Freire (1999) que ser esperançosa é por imperativo existencial e histórico. Ela acredita, piamente, que onde tem opressão tem resistência, e que as mudanças acontecem.

Somos quem somos pelo que se aprende e pelo que se rememora...

A temática sobre as relações etnicorraciais já a acompanhara desde 2003, quando organizou com a direção da escola e suas turmas do Ensino Médio uma programação cultural, com mesa redonda composta por professoras do campus da UFPA, para a discussão da recente lei 10.639, na cidade de Marabá, sudeste do Pará, com parceria da direção da escola e suas turmas. Época de afirmação como educadora e militante da escola pública com qualidade, ética e responsabilidade. Ela é uma professora que acredita que os campos de saberes podem e devem cirandar, dar mãos na produção de conhecimento; por isso, nas suas

práticas educativas, sempre chamou colegas para entrar na roda em busca de um saber que não fosse fragmentado, mas dialógico. Desenvolveu projetos interdisciplinares que a afetaram muito: roda de leitura, sarau lítero-musical, exposições de arte, jornais, *fanzine*, aula-passeio e tantos outros sonhos reais que alimentavam seu cotidiano escolar.

Mas o projeto mais recente que fez antes de estar, agora, como professora-pesquisadora, que a sensibilizou e lhe construiu outra consciência para a importância de trabalhar a memória em sala de aula foi “O brinquedo de infância que minhas mãos fizeram”; atividade feita com o 6º ano do ensino fundamental. Convidou a professora de Artes Eliane e juntou duas turmas para mexer com as memórias, ainda frescas, de meninos e meninas que se encontravam num hiato, entre a infância e a pré-adolescência. Foram narrativas construídas, oralmente e depois literariamente transcritas no exercício da escrita criativa a partir do brinquedo rememorado e refeito por mãos que não queriam esquecer como fazia, como era o brinquedo da fábrica das mãos. Foi feita uma exposição no pátio da escola dos brinquedos, devidamente nomeados por quem construiu e sua respectiva história.

Ela viu uma escola emprenhada de narrativas querendo ser paridas, querendo uma escuta. Nunca esquecer de uma narrativa de um menino de 11 anos que, através de um carrinho-pipa feito com tubo de talco barla, tampinhas de refrigerante como pneus, fazia o bem à sua comunidade distribuindo água em cada casa, resolvendo o problema do lugar que morava, brincando de fazer valer o bem comum. Ter contato com essas experiências, narradas por crianças que conseguiram dar sentido às atividades, alargou mais seu campo de metodologias para o

aprendizado da língua, da literatura, dos processos narrativos. A memória é um campo fértil no processo de ensino aprendizagem que pode, sim, ser abraçada por todas as áreas de conhecimento. Ela não duvidou mais de que somos quem somos pelo que se aprende e pelo que se rememora...

Hoje, tendo acesso a outras leituras sobre memória e experiência em Walter Benjamin, consegue compreender a feitura das narrativas das mulheres do carimbó, suas rememorações e a importância das fontes orais. O cotidiano escolar a trouxe à linha da Sociologia e História da Educação, ampliando mais ainda o olhar para tantas outras temáticas que muito irão contribuir para o retorno à sala de aula, à escola pública. Sim, Ela é também militante por uma Educação pública e com qualidade para filhas/os de trabalhadores/as que buscam, ainda, na escola uma oportunidade para dias melhores. Uma brecha de dignidade para resistir à lógica do capitalismo excludente que muito tem ceifado sonhos (WALSH, 2014).

Para os acordes dessa ciranda-texto se pensou em estruturá-la em três momentos narrativos: o primeiro quer mostrar a presença do carimbó em espaços e tempos significativos para seu reconhecimento como uma das práticas identitárias da cultura paraense; contextualizar o carimbó histórica e socialmente, com narrativas do século XIX como batuque africano segundo as obras de Vicente Salles, estudioso da cultura africana na Amazônia brasileira e, em especial, no Pará; e depois, passando pelas leis proibitivas do período da *Belle Époque* da Amazônia, final do século XIX e início do XX, em que Belém estava sob o Código de posturas que garantia os novos comportamentos moldados na cultura europeia francesa do então governo de Antônio

Lemos (FERRANTI, 2013); dialogar com a tese de doutorado do professor Luíz Augusto Leal, “Nossos Intelectuais e os chefes de mandinga” (2011) que nos conta a respeito da perseguição à cultura do batuque, no início do século XX, e as resistências dos perseguidos. Quer, também, chamar atenção para os conceitos de história maior e história menor, segundo o historiador Nilton Pereira (2017), saber da história maior, hegemônica, eurocentrada que insiste em emudecer a história menor que, no caminho das resistências à história maior, se refaz; pensar com a feminista María Lugones sobre a modernidade capitalista colonial moderna que atravessa a questão do gênero.

No segundo momento, partilhamos as narrativas da dissertação de mestrado da pesquisadora Lorena Alves (2015) sobre o processo de patrimonialização que tornou em 2014 o carimbó Patrimônio Cultural - ela fez um estudo sobre os caminhos que o IPHAN percorreu para a construção do dossiê e algumas tensões com as narrativas do blog oficial da Campanha Carimbó Patrimônio, organizado por mestres/as do carimbó que hoje, depois de três anos dessa conquista, estão ainda no movimento que se alargou para a construção de uma rede cultural e social. As narrativas transcritas de dona Claudete carimbozeira e também ativista cultural, participante de todo o processo da campanha do carimbó para se tornar patrimônio cultural brasileiro, mostra que suas memórias ecoam para uma escuta atenta acerca de narrativas outras sobre o carimbó que não estão no texto do IPHAN. Para dialogar e compreender a tessitura dessas narrativas em disputas trazemos Michael Pollak (1989), Stuart Hall (2006) e outras.

No terceiro capítulo, elas se apresentam, cantam e contam em narrativas transcritas para um palco bem receptivo, um chão para uma

escrita de si. Alargando o espaço para essa ciranda-texto para narrarem e rememorarem suas experiências como amazônidas, tecendo narrativas no espaço/tempo para falarem sobre carimbó feminino, resistências, pertencimentos, marcas identitárias, patriarcalismo, processos educativos – reverberadas, também, em algumas das letras autorais dos carimbós tocados e cantados por elas.

Vamos abrir um parêntese, antes, para esclarecer sobre a escolha por carimbó feminino e não feminista. Serão análises do modo de viver e fazer carimbó da/na Vila Silva, a construção e socialização dos saberes e fazeres presentes na arte manifestada nas rodas das mulheres do grupo Sereia do Mar, assim como seus processos educativos sobre o aprendizado da tradição do carimbó passado de geração a geração, e subversivamente, contado e cantado por Dona Mimi, carimbozeira de 92 anos de idade, a matriarca da Vila Silva. Para essa ciranda, chamamos mais uma vez a feminista Maria Lugones (2014) para saber e entender a imposição colonial do gênero atravessada por questões sobre ecologia, economia, governo, mundo espiritual e conhecimento; além de Catherine Walsh (2013, p. 32) sobre a urgência da interculturalidade e as *grietas* que, segundo ela, é de onde “brotam e crescem os modos-outros, as esperanças pequenas para aprender a desaprender e reaprender a pensar, atuar, sentir e caminhar decolonialmente”, a nível individual e coletivamente.

Outras narrativas abrirão para outras, porque a roda está aberta e não pretende fechar. Nesse contexto, buscamos perceber as características sociais, históricas, geográficas que geram a união das pessoas da Vila Silva em torno de valores comuns e suas resistências à

lógica da modernidade, do progresso a qualquer custo à custa de vidas desumanizadas.

CAPÍTULO I: POR MAIS HISTÓRIAS MENORES

Eu fiz um carimbó pra mamãe, dona Mimi, hoje ela já tá com 92 anos. Tem que cantar nossos amores, né?! Eu ainda não gravei, é assim:

“Eu canto meu carimbó, eu canto com muito amor

Se eu canto o carimbó foi mamãe que me ensinou

Balança pra lá, balança pra cá, sacudindo a saia

Fazendo a saia girar

Mamãe hoje já velhinha ainda guarda na memória

Esse ritmo gostoso que faz parte da nossa história”

(Letra de dona Bigica)¹¹

Sim, o carimbó faz parte da história porque é guardado na memória de dona Bigica, de sua mãe dona Mimi, da comunidade da Vila Silva e de muitas localidades do Pará, uma cultura identitária de muitos mestres e mestras que vivem o/do carimbó no seu cotidiano, seja ele na cidade, campo, na beira de rio ou do mar. E é cantado com muito amor, como diz o carimbó de dona Bigica.

Esta narrativa chama atenção para os conceitos de história maior e história menor, segundo o historiador Nilton Pereira (2017), em que aquela representa a história hegemônica, única, racializada e eurocentrada, e tudo que está fora dessa narrativa parece não ter história, não ter memória - esta, denominada de história menor, de resistência.

¹¹ Raimunda Vieira Freire Carvalho. Entrevistadora: Sil-Lena Ribeiro Calderaro Oliveira. Marapará (PA), julho de 2017. 1 arquivo .mp3 (120 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no acervo da autora.)

Nessa perspectiva, o carimbó é da história menor porque resiste ao processo de colonização europeia desde a sua chegada, trazido pelos africanos escravizados ao Pará, e ainda hoje em alguns lugares, como a escola, que mostra resistências à essa manifestação de trabalho e lazer - marca identitária da cultura paraense e patrimônio cultural brasileiro.

1.1 Por mais histórias menores

Caríssima/o leitora/or, a poesia pede licença para cantar, cirandar neste texto querendo chamar para uma possível melodia de entendimento a respeito de uma racionalidade deste eu lírico que expressa uma subjetividade sobre a qual o mundo exterior se converte em vivências interiores, numa eterna insatisfação e uma constância em colonizar paisagens e gentes – desejo demasiadamente do humano moderno. Um ser insatisfeito com seu estar-no-mundo. Carlos Drummond de Andrade, poeta modernista, canta em versos sua percepção em tempos de disputa do cosmos pelos Estados Unidos e a antiga União Soviética, nos anos 1960 e 1970. Era a corrida espacial para a chegada à Lua – satélite natural da Terra e inspiração das/os poetas e amantes da noite. Drummond, com sua alma poética e inquieta, canta a urgência de se resolver os problemas da fome, da desigualdade, das injustiças, mais que a urgência de se chegar a Marte. Então nos propõe fazermos a viagem de si para si mesmo, provocando-nos a questionar sobre nossa existência enquanto humanidade, moradores desse planeta Terra tão maltratado por quem a habita, nós mesmos:

[...]

O homem, bicho da terra tão pequeno
 Chateia-se na terra
 Lugar de muita miséria e pouca diversão,
 Faz um foguete, uma cápsula, um módulo
 Toca para a lua
 Desce cauteloso na lua
 Pisa na lua
 Planta bandeira na lua
 Experimenta a lua
 Coloniza a lua
 Civiliza a lua
 Humaniza a lua.

Lua humanizada: tão igual à terra.
 O homem chateia-se na lua.
 Vamos para marte - ordena a suas máquinas.
 Elas obedecem, o homem desce em marte
 Pisa em marte
 Experimenta
 Coloniza
 Civiliza
 Humaniza marte com engenho e arte.

Marte humanizado, que lugar quadrado.
 Vamos a outra parte?
 Claro - diz o engenho
 Sofisticado e dócil.
 Vamos a vênus.
 O homem põe o pé em vênus,
 Vê o visto - é isto?
 Idem
 Idem
 Idem.

O homem funde a cuca se não for a júpiter
 Proclamar justiça junto com injustiça
 Repetir a fossa
 Repetir o inquieto
 Repetitório.

Outros planetas restam para outras colônias.
 O espaço todo vira terra-a-terra.
 O homem chega ao sol ou dá uma volta
 Só para terer?
 Não-vê que ele inventa

Roupa insidervel de viver no sol.
 Põe o pé e:
 Mas que chato é o sol, falso touro
 Espanhol domado.

Restam outros sistemas fora
 Do solar a col-
 Onizar.
 Ao acabarem todos
 Só resta ao homem
 (estará equipado?)
 A difícilima dangerousíssima viagem
 De si a si mesmo:
 Pôr o pé no chão
 Do seu coração
 Experimentar
 Colonizar
 Civilizar
 Humanizar
 O homem
 Descobrimo em suas próprias inexploradas entranhas
 A perene, insuspeitada alegria
 De con-viver.
 (Carlos Drummond de Andrade, em “O homem, as viagens”)

O que ou quem mais queremos colonizar? Por que nos querem colonizadas/os? “Experimentar, colonizar, civilizar, humanizar”. Humanizar?! Queremos construir um canto maior para uma história menor, esta que “esteja na contramão de uma narrativa eurocêntrica e sem corpo” (PEREIRA, 2017, p. 236), uma história colonizada e colonizadora que é a história maior – tão propagada em livros didáticos que, ainda, emudecem as histórias menores, às vezes tendo a escola, principalmente a pública, participantes diretos e vivos dessa história menor silenciada como se não estivesse história, passado e muito menos memória. Como nos esclarece Nilton Pereira (2017):

A história maior é sempre contada como se fosse toda a História que permite ao estudante concluir que há identificação entre o passado e a História. Esta identificação esvazia a potencialidade do passado e limita o que dele se pode pensar ao que está escrito na forma narrativa histórica, seja na sala de aula, seja no livro didático. Assim, tudo o que está fora dessa narrativa parece não ter história, nem passado, nem memória. (PEREIRA, 2017, p. 230).

Assim é a história do carimbó, expressão artística cultural de matriz africana, com forte influência indígena, que dá identidade ao povo paraense, e tem o município de Marapanim como a cidade do carimbó por abrigar muitos grupos que, anualmente, se unem para fazer o festival do carimbó na cidade. Constituiu-se história menor porque é “um ato de resistir [...] ao discurso do colonizador” (PEREIRA, 2017, p. 237). Resistindo à história maior que muito silenciou e silencia a história dessa manifestação de dança, religiosidade, de lazer e trabalho que é uma das marcas identitárias da cultura amazônica, mais marcadamente do Pará. O conceito de história menor, tecida por Nilton Pereira (2017), levou à reflexão da história e da memória do carimbó, que resiste já uns duzentos anos aos discursos de uma cultura elitista, hegemônica, racializada e eurocêntrica.

História europeizada que podemos encontrar em livros didáticos de história porque conta a história maior “a partir do espelho do eurocentrismo, que nos apresenta sua versão de nós mesmos” (PEREIRA, 2017, p. 233). Só que o carimbó, as gentes que o faz acontecer, está fora desse espelho porque não é desprovido de corpo, um ideal puro universal; ao contrário, é antes uma prática. Porque sendo o carimbó da história menor, das resistências, das sensações, das

sensibilidades, dos batuques, das narrativas orais transmissoras de experiências, sabedorias, ensinamentos e mantenedoras de memórias, é, de fato, o corpo o seu protagonista. Isso é uma marca das culturas tradicionais.

No final do século XIX, pautado por um pensamento homogeneizante, característico do pensamento colonizador, o carimbó foi proibido em espaços públicos e privados, através da Lei municipal de Belém nº 1.028, de 5 de maio de 1880, presente no código de Posturas, conforme Costa (2011) e em Vicente Salles e Marena Isdebski Salles (1969) que também se remetem ao Código de Posturas de Belém, da Coleção de Leis da Província do Grão Pará, Tomo XLII, Parte I, com título “Das Bulhas e Vozerias”, para falar da proibição e perseguição ao carimbó:

Artigo 107. É proibido, sob pena de 30.000 réis de multa.

Parágrafo 1º. Fazer bulhas, vozerias e dar altos gritos sem necessidade. Parágrafo 2º. Fazer batuques ou samba. Parágrafo 3º. Tocar tambor, carimbó, ou qualquer instrumento que perturbe o sossego durante a noite, etc. (1969, p. 260).

Vicente Salles, paraense, foi um estudioso sobre o negro na Amazônia, cuja obra clássica é “O Negro no Pará, sob o regime da escravidão”. Mergulhou nas manifestações culturais afro-brasileiras como o batuque, o carimbó e o boi-bumbá, por exemplo. Na sua outra obra, “O Negro na formação da sociedade paraense”, livro que reúne material de palestra e artigos no período de 1976/2002, falou também sobre a Sociedade de mulheres negras do Grão-Pará, uma associação que tinha também “sentido de organização e proteção de trabalho, em especial na defesa de seus salários” (2004, p. 154) em que coleta dados

sobre cantos de trabalho. Esse partilhado com músicos eruditos, “os temas do carimbó, por exemplo, cantados por Tia Pê, na Vigia, e anotados em pauta por Marena Isdebski Salles, deram azo à produção de duas “suítes” corais” (SALLES, 2004, p. 143). Salles cita também as “talheiras” paraenses que foram cantadas pelo “poeta Eustachio de Azevedo no poema “Festa de Reis” que se encontra no livro “Duas musas” com a nota explicativa” (2004, p. 145):

Talheiras, espécie de confraria de mulheres, em geral lavadeiras, que tomavam parte em festas populares, especialmente a princípios de ano. No carnaval, organizavam-se em forma de “rancho”. Aderiam também, com seus cantos tradicionais. (...) As lavadeiras, em geral pretas, habitavam preferencialmente no bairro do Umarizal e exerciam seu humilde ofício no igarapé das Almas, limite do bairro negro com o bairro da Campina, onde habitavam as famílias abastadas para as quais trabalhavam (SALLES, 2004, p.145)

Em Vicente Salles, também, o professor-pesquisador e militante da cultura afro-brasileira Luiz Augusto Pinheiro Leal (2011) se debruça para a construção de sua tese de doutorado “Nossos intelectuais e os chefes de mandinga: repressão, engajamento e liberdade de culto na Amazônia”, registrando a perseguição ao batuque nas práticas culturais de origem africana, mais precisamente às práticas religiosas no período autoritário do Estado Novo, dos anos de 1937 a 1958. Segundo Leal:

Do ponto de vista cultural, as manifestações afro-brasileiras, que desde o final do século XIX, com a implantação da República, estariam sendo reprimidas por motivos políticos ou de reformulação dos parâmetros da identidade nacional, experimentariam uma relativa

valorização a partir da ação de intelectuais envolvidos com os estudos folclóricos ou com o modernismo. De modo paradoxal, a repressão policial a muitas destas práticas continuava ocorrendo de modo bastante acentuado. Em alguns casos, a proposta era de regulamentação da prática (carnaval e boi bumbá). Em outros, contudo, a proibição efetiva era o principal objetivo da ação jurídico-policial (batuque e carimbó). Cabe então compreender o modo como repressão, cultura negra e engajamento intelectual se articularam no Pará daquele período. (LEAL, 2011, p. 23)

Além dessas perseguições, ainda havia a proibição das práticas da medicina tradicional, o silenciamento das curandeiras e curandeiros emudecidas pelos Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil (LEAL, 2011, p. 76):

(...) o artigo 156 proibia o exercício da —medicina em qualquer de seus ramos sem a devida habilitação e o artigo 158 proibia diretamente as ações de curandeirismo (ministrar ou simplesmente prescrever, como meio curativo [...] substância [...] exercendo assim, o ofício denominado de curandeiro). (LEAL, 2011, p. 76)

Essas proibições e perseguições lembram outras histórias de mulheres interrompidas, do período do medievo, quando a fogueira da santa inquisição era o destino das mulheres curandeiras, das erveiras, das subversivas. Dona Mimi é uma dessas sábias, confirmando o que diz na mônada “Eu tô pra aprender mais com a senhora que a senhora comigo, que sou uma dotôra”, confirmando o ser curandeira e parteira que é, da comunidade da Vila Silva. Ficou até os seus 80 anos colocando gente no mundo aos cuidados de chás, banhos de ervas,

banho de asseio, remédios da floresta. Com sua voz mansa e firme fez com que seus saberes fossem repassados às filhas, porque sua mãe era parteira também. Aprendeu e ensinou a exercer o cuidado com a outra: sororidade.

**Eu tô pra aprender mais com a senhora
que a senhora comigo, que sou uma dotôra**

Tinha uma sobrinha minha que trabalhava lá em Curuçá, num hospital de lá. Lá ela me levou pra fazer um teste. Mas já tinha pegado uns quantos. Foi e fiz o teste. Éramos onze parteiras pra fazer o teste. Aí fomo pra lá fizemo o teste, até que umas ficaram aborrecidas comigo. Mas eu sou culpada?! Eu falo o que sei, né? Porque, eu disse pra dôtora, dôtora eu quero fazer, ser a última a fazer o teste com a senhora. Aí ela ia chamando aquelas mulher, ia perguntando, umas ia dizendo certo outras diziam errado. Contanto, que quando chegou pela minha vez, aí ela foi fazer a pergunta pra mim, o que ela perguntava dum livro grande assim, aí eu falava tava certo alí. Aí foi, foi, foi até que ela disse: dona Julia, eu estou pra aprender mais com a senhora do que a senhora comigo, tá acabado a reunião (risos). Ela falou, né? Ela disse, sim, eu tô pra aprender mais com a senhora que a senhora comigo, que sou uma dôtora. A minha mãe era parteira. Eu puxei parece da minha mãe, ela era parteira. Apreciei muita parteira, depois que casei, fazendo parto. Aprendi assim, olhando, pegando. A primeira que eu fiz o parto foi dessa que tô contando. De lá pra frente, tinham um senhor com a mulher, agora não vou pegar parteira longe, é a senhora que vai pegar o filho da minha

mulher. Ai meu deus, mas já peguei o primeiro, o segundo eu pego o terceiro, né? Das minhas filhas eu fiz tudinho. Eu tive onze filhos. O primeiro veio logo duas crianças, uma nasceu vivo e outro nasceu morto, por conta da parteira porque eu falei uma coisa pra ela e falou outra. Ela que era a parteira, né? Não ajeitou a criança pra nascer. Porque se ajeitasse nascia todos os dois vivos. Mas deixou a criança encostar a cabeça pra cá não tinha jeito pra tirar. Não demorou, não demorou aí me deu um tremor, me deu tremor me deu um tremor, aí pronto, aí desfaleci. Fiquei. Não tinha mais força, já tinha feito muito pro primeiro. Ela me botou antes da hora da criança nascer, aí ela me botou no lugar. Aí faz a força, bota força, dá dor, faz a força. Não é como no hospital que a gente espera o médico, né? Aqui no interior a gente tem é mais a força da mãe da criança, né? Das minhas filhas fiz todo parto. Desde a primeira filha, da Martinha, depois da Bigica e da Creuza. Fiz todos os partos delas. Da Martinha fiz o parto de dois. Ela engravidou, ela disse: mamãe eu tô grávida mas eu tô com quatro meses, mamãe. Aí eu disse: deixa eu ver, Creuza, essa criança é de 5 meses e não é criança de quatro meses. Aí ela disse: mas mamãe mas eu ainda menstruei nesse mês, aí disse mas minha filha tu menstruou mas tu já tava grávida, minha filha. Aí foi crescendo, crescendo. Aí ela foi no médico, queria ter o filho lá no médico. Ela teve em setembro. Aí eu disse pra ela, olha tu vai ter em setembro, não mamãe vai ser em outubro. Olha Bigica... Tá bom. Ficou, ficou, quando foi um dia ela chegou: mamãe eu fui no médico, ele disse que essa semana que vem é pra mim passar mais a outra - que era sete de setembro. Tu vai ter esse filho teu aqui tu não vai pro médico, tu

tá teimando. Aí, deixa eu puxar essa tua barriga, aí puxei. Olha Bigica tu não duvida que tu vai ter essa semana essa criança. Não mamãe, o médico disse que vai ser pra outra semana. Aí ainda fomos apreciar o sete de setembro que brincavam pra li, né? Ainda fomo ver o pau de sebo que subiram nesse dia. Teve uma festinha ali na escola. Mamãe a senhora vai na festa? Não minha filha. Eu cismando nela. Quando acordei, a Bigica por cima da janela: mamãe, mamãe. Essa é a Bigica, a Bigica deve tá com dor. Que é Bigica? Mamãe eu acho que já vou ter meu filho. Não te disse que tu ia ter agora no mês de setembro?! Mas tu disseste que o médico disse que era mais pra frente, né? Aí fiz o toque nela. Aí eu disse: minha filha tu vai ter de manhã, já tava à noite. Aí quando foi umas sete pra oito horas começou a dor, e quando foi oito horas ela se desocupou. Graças a Deus. Veio o primeiro, e logo disse te ajeta que já vem o outro. Aí veio a dor e veio dentro do saco a menina, aí a gente rasga e a criança sai. Assim é um parto mais custoso, mais difícil. Peguei umas quantas assim. Quando o Pedro olhou na menina viu a menina ele disse assim, ah minha velha, essa neta não é pra nós. Ela era muito pequenininha. Mas graças a Deus ela tá aí, mora em Belém, tem uma filha também. Então, tinha uma sobrinha que trabalhava de enfermeira em Curuçá, toda criança que eu pegava aqui ela sentava, ela ia tomando nota. Até 80 crianças ainda me lembro, que eu ainda peguei. Eu ganhava a tesoura, ganhava luva mas nunca me acostumei pegar criança com luva. Aí o doutor me disse assim: dona Julia, a mulher do interior quando não morre aleijada morre cega. E eu fiquei cega deste lado. Porque, lavando a roupa suja da

parteira, da doente, aquela água sanitária, fui afogar a roupa aquela água espirrou aqui. Lavei logo na água limpa, mas queimou. Fiquei cega, só enxergo desse aqui. Então é assim, peguei muita criança. (Dona Mimi)

Se o Estado repressor chegasse até à Vila Silva, dona Mimi e todas as outras mulheres curandeiras e parteiras não seriam poupadas, a mão patriarcal do Estado não cessa em oprimir saberes femininos, da sororidade alimentada nas práticas de resistências nas culturas tradicionais afro-indígenas na lida com a vida prática e urgente. Ainda, segundo Leal (2011) que reforça os ditos do estudioso Vicente Salles, sobre o carimbo:

No Pará, como na Bahia e em Pernambuco, a violência policial expressava uma espécie de projeto nacional de disciplinamento da população pobre, de origem negra e/ou indígena, existente desde o século XIX. [...] Localmente a associação das práticas religiosas afro-paraenses aos artigos do código penal se repete. Em Belém, por exemplo, o samba, o batuque e o carimbó estiveram na mira da legislação municipal desde 1880. [...] Tal código, renovado ao longo dos anos, atingia não apenas o carimbó e o boi-bumbá, mas toda prática cultural negra, especialmente aquelas que ocorressem no período noturno. (LEAL, 2011, p.79)

Ou na realidade pode ser também um racismo institucional escondido atrás de um colonialismo do tempo presente. O que também percebi no cancelamento da apresentação do grupo de carimbó, de última hora e sem justificativa, numa programação da OAB-PA, fato narrado e protestado pela pesquisadora Eliana Bogéa, exposto em uma carta aberta que cito algumas linhas à frente.

Por isso, a urgência para fazer valer a Lei 10.639/03 para combater e buscar extinguir todos os tipos de racismo na escola, uma ética ainda em processo na desconstrução de um racismo “que é matriz sobre a qual se organizou o poder e a desigualdade no Brasil”, segundo a ativista Átila Roque numa reportagem sobre a “I Jornada sobre o racismo institucional”, deste ano, divulgada pela revista Geledés¹², uma das tantas ferramentas para saber mais sobre cultura afro-brasileira. Munanga nos relembra, principalmente a quem está na escola ou academia que:

[...] a memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Além disso, essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional. (MUNANGA, 2005, p. 16).

O carimbó, sendo de matriz africana, re-existe no tempo das histórias maiores, por isso é uma prática de resistências. Hoje sabemos que sua prática é reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial

¹² Acessado em: 2 de junho 2018: <https://www.geledes.org.br/segundo-dia-de-jornada-contra-o-racismo-institucional>.

Brasileiro, desde 11 de setembro de 2014 - reconhecimento esse que não foi dado, mas sim conquistado por quem vive e faz acontecer o carimbó.

Queremos, portanto, aqui neste texto, um canto que não pode ser em dó menor, uma dor menor, mas uma maior – que mobilize e chegue às/aos leitores/as que possam estar atentos a outras melodias de cantos maiores de histórias menores – maior no sentido de importância para se perceber através do vivido as experiências cantadas e repassadas na busca de fortalecer os saberes plurais constituídos e construídos no cotidiano, e em rede de partilhas numa lógica aquém dos ponteiros do relógio da modernidade e do capitalismo. Experiências, por exemplo, que são tecidas no tempo marcado pela maré, pela ventania da floresta, pelo sol com suas horas determinadas pelo olhar de quem aprendeu, com a magia da transmissão oral, saberes repassados de boca a ouvido – práticas geracionais que a mais velha passou para a mais nova, das mães para as filhas e assim propagando, preservando e recriando memórias formadoras de processos identitários, de culturas e aculturações e de histórias que não foram só explicadas, mas foram experienciadas.

Na África, tudo é “História”. A grande História da vida compreende a História das Terras e das Águas (geografia), a História dos vegetais (botânica e farmacopéia), a História dos “Filhos do seio da Terra” (mineralogia, metais), a História dos astros (astronomia, astrologia), a História das águas, e assim por diante. (KI ZERBO, 2010, p. 38)

Processos educativos em que a vida é quem educa, e a terra é o chão que escreve história com mãos que operam com o corpo; que re-aprende e sente no dizer-fazer em cânticos de trabalho e lazer reverberados nas letras do carimbó.

Falamos com e sobre o grupo de carimbó Sereias do Mar, que ecoa seus tambores matriarcais desde 1994, formado por mulheres que são mães, avós, agricultoras e mestras carimbozeiras amazônidas da Vila Silva, região da Água Doce do município de Marapanim, no Pará – mulheres que têm seus saberes guardados e repassados por muitas gerações, cultivando e preservando a cultura alimentar das tradições ancestrais, como o cultivo da mandioca que gera muitos alimentos para a subsistência. Acreditamos que elas, como protagonistas a partir das suas experiências vividas, partilhadas e rememoradas, experenciam também um feminino de resistência no movimento na teia das relações sociais, como também do saber con-viver como diz o poema de Drummond.

Perceber as resistências de uma história menor à história maior “com memórias subterrâneas que vivem como rumores a incomodar a memória coletiva e majoritária” (PEREIRA, 2017, p. 243), como aconteceu com a perseguição aos carimbozeiros no final do século XIX, dito anteriormente. Até hoje, em alguns lugares mais elitizados de Belém, o carimbó não é bem vindo. Aconteceu, por exemplo, num evento organizado pelos advogados na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – Pará; na última hora, impediram um grupo de carimbó de se apresentar. Apresentamos a carta, divulgada pelas redes sociais, feita pela pesquisadora e militante da cultura popular Eliana Bógea (2016)¹³, que na ocasião escreveu repudiando tal ato:

¹³ A carta está publicada na rede social Facebook, disponível em: https://www.facebook.com/events/1567575416880426/?active_tab=discussion. Acesso em 22 mar. 2018.

CARTA ABERTA A OAB PARÁ

Ao agradecer acolhida da OAB PA na pessoa de seu vice-presidente Jader Khawage no evento de 10 de agosto último, ao sediar o I Encontro de Advogadas/Advogados Contra o Golpe, não poderia silenciar sobre a proibição de o carimbó tocar na casa naquela ocasião. No dia 10 mesmo, a coordenação do evento me pediu para tentarmos um grupo de carimbó que tocasse ao final quando do lançamento do livro "A Classe Trabalhadora e a Resistência ao Golpe de 2016". Através do Luizinho Lins, fechamos participação do carimbó de Icoaraci. No contato com a OAB PA para tratar sobre a participação do carimbó em nossa programação, a despeito de toda sorte de dificuldade de ordem técnica apresentada, ao final conseguimos, "mas se vocês quiserem e se responsabilizam". Dificuldades técnicas para o carimbó?! Não arriscaria uma resposta. Tudo confirmado fui me organizar para ir a Belém para o evento. Ao sair de casa, vi ligações e mensagens de voz de coordenadores. Retornei, quando soube que existia uma ordem que proibia o carimbó de tocar na sede da OAB PA com recomendações de que não insistíssemos a respeito. Afinal, como contrariar os donos da casa à uma hora de começar o evento?! O carimbó não está à altura de entrar e tocar na sede da OAB PA?! E o que é essa proibição senão um golpe num evento contra o golpe ao hierarquizar culturas, comportamentos, expressões artísticas, pessoas?! Não é essa nossa luta de todo dia?! Costumo dizer que carimbó é sinônimo de generosidade e foi assim que Luizinho Lins recebeu o golpe. Mais do que isso, contemporizava sobre a importância do evento para nossa causa comum, contra o golpe e pela democracia. Mas o golpe contra o carimbó é um golpe contra a democracia. Não acredito no maior e no menor, no mais e no menos. Eu acredito no carimbó! E com o carimbó, acredito na diversidade daS culturaS brasileiraS! E com o carimbó, acredito no Brasil que esse golpe sórdido e perverso quer tanto apagar!

O carimbó teve resistências até mesmo como projeto pedagógico na perspectiva da educação patrimonial, quando os tambores do carimbó, ao ecoarem no pátio da escola Estadual Palmira Gabriel¹⁴, chamado pelo projeto interdisciplinar de letramento “Carimboletrando” – projeto realizado em 2011 pelo programa do Ministério da Educação (MEC), no âmbito do Ensino Médio Inovador, de encontros e trocas de saberes construídos para as/os estudantes do primeiro ano do Ensino Médio que muito disseram de si, de seus sonhos, dos seus saberes e, principalmente, de se reconhecerem pertencentes à cultura do carimbó - que incomodou a direção escolar. Provocamos a história maior, a voz predominante na escola, a voz ainda colonizadora e hegemônica porque é uma história da razão de

[...] uma racionalidade que exclui o corpo, que supõe, desde a moderna filosofia, uma cisão entre corpo e espírito, entre razão e vida prática. Relegando o corpo e a vida prática a um plano inferior, donde a inconsciência e a desrazão seriam a norma, repete uma fórmula de racionalidade eurocêntrica que destrói os sentidos das formas diversas de conhecimento e de experiência de sujeitos e agentes não europeus, não brancos (PEREIRA, 2017, p. 233).

Lembro-me da fala da gestora indagando se ia ter “macumba” na escola, expressando no sentido pejorativo da palavra encharcada de preconceito. Transpareceu, assim, certa resistência e falta de conhecimento sobre o carimbó e, portanto, falta de respeito com essa manifestação de cultura e também, sim, de religiosidade, como veremos

¹⁴ Escola Estadual de Ensino Médio, localizada na periferia do município de Belém, capital do Pará.

no capítulo dois; principalmente na narrativa de dona Claudete, tocadora de maraca do grupo Sereias do Mar, essa religiosidade de matriz africana aparece.

As mudanças acontecem, as culturas se misturam e as certezas são incertas; todo esse movimento alimenta os processos identitários, como nos mostra o intelectual jamaicano Stuart Hall (2004), e o carimbó entra nessa roda também porque faz parte da cultura amazônica, de povos tradicionais que resistiram e resistem para que seus saberes, valores, práticas sociais e educativas reexistam nos modos de vida que acontecem nas margens dos rios e à beira do asfalto; nas escolas ribeirinhas e nas escolas urbanas, seja do centro ou da periferia. O movimento acontece.

Portanto, ouvir as narrativas orais das mulheres do carimbó, a partir do universo que as abrigam, suas particularidades de constituírem-se mulheres, mestras carimbozeiras, amazônidas, bem como sua singularidade por ser um grupo de carimbó formado apenas por mulheres, que além de serem agricultoras compõem, tocam e cantam – num universo eminentemente masculino, nos faz repensar sobre um mundo histórico e hegemonicamente representado a partir das retinas centradas em valores patriarcais.

O diálogo com as memórias, experiências com o vivido das mulheres que compõem o grupo de carimbó em questão tem também provocado reflexões sobre um feminino que não se quer colonizado (nunca quis) e que resiste às muitas violências, simbólicas ou não, num mundo ainda predominantemente masculino. Mas, onde há opressão há resistências.

Ter acesso aos teóricos decoloniais que defendem, segundo Ballestrin (2013, p. 68), a “opção decolonial epistêmica, teórica e política para compreender e atuar no mundo marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva” é poder desembacar mais o espelho do eurocentrismo por onde querem que nos enxerguemos. Para Mota Neto (2016, p. 44), a despeito de sua diversidade, o conceito de decolonialidade pode ser entendido como:

[...] um questionamento radical e uma busca de superação das mais distintas formas de opressão perpetradas pela modernidade/colonialidade contra as classes e os grupos sociais subalternos, sobretudo das regiões colonizadas e neocolonizadas pelas metrópoles euro-norte-americanas, nos planos do existir humano, das relações sociais e econômicas, do pensamento e da educação.

A teórica decolonial e feminista Maria Lugones (2014) abriu o caminho para desvelar melhor o projeto europeu de civilização, que desumanizou e desumaniza homens e mulheres e brutalmente invadiu e invade corpos e mentes, nos fazendo acreditar que éramos/somos bestiais em nome de um Deus único e punidor – nos mutilando o ser e o estar no mundo. Mas era esse o objetivo do projeto civilizatório europeu para os povos latinos: mutilar nossos saberes, as nossas civilizações, nossas relações intersubjetivas, nossa organização social, nossas identidades. Quiseram e querem homogeneizar nosso olhar para o mundo, numa única fé – a da fé cristã. E assim satanizaram nós mulheres, violentando nossa sexualidade, nossa carne, nosso espírito.

Na escrita de Lugones (2014, p. 937) sabemos que quando disseram que já éramos humanas, mulheres e não mais fêmeas, foi

somente para nos colocar na lógica do pecado e na divisão maniqueísta entre o bem e o mal, marcando nossa sexualidade como maligna. E mais: “colocar os/as colonizados/as contra si próprios/as estava incluído nesse repertório de justificações dos abusos da missão civilizatória”.

Estão, portanto, entranhadas as questões de gênero no processo civilizatório eurocêntrico. Pensar, questionar e conceituar o gênero como uma das violências da opressão colonial para questionar os padrões eurocêtricos tão bem ensinados por instituições moldadas à cultura europeia é o que Lugones (2014, p. 940) nos convida a refletir, pensando “as tensões criadas pela imposição brutal do sistema colonial de gênero”, ou seja, o momento da conquista. E nessa lógica da conquista a qualquer preço, brutalmente silenciaram saberes, fazeres e cosmologias tão diversas como as memórias ativas que alimentam e propagam experiências vividas e compartilhadas. Mas os saberes e fazeres das mulheres do carimbó, do grupo Sereias do Mar, re-existem e resistem porque suas narrativas são de uma história menor, pois “transforma a história narrada em história viva” (PEREIRA, 2017, p. 237).

Essas histórias das mulheres carimbozeiras, narradas e coletadas algumas vezes na casa de farinha, lugar onde se rala e se torra a mandioca ou durante o café da tarde com tapioquinha – produto da cultura alimentar amazônica – identificam falas que fundamentam e reforçam os sentimentos de pertencimento à cultura do carimbó a partir do seu lugar que é também protagonista nas narrativas de experiências rememoradas por elas. Como exemplo, trazemos a fala de Dona Maria Cristina, de 65 anos, agricultora aposentada, poeta, uma das integrantes do grupo Sereias do Mar, que é reconhecida como guardiã de sementes.

Aprendeu com a mãe, com o pai, com seus pares na lida com a terra. Ao rememorar sua história percebe-se guardiã:

A gente sabe

É, eu guardo a semente de um ano para o outro. A gente sabe. Guardo semente de quiabo, de cabaça, tudo que é semente pra sempre plantar no outro ano. Quando vamos a eventos sempre me pedem pra falar, me deram esse nome de guardiã das sementes. Não trabalho mais na terra como antes, hoje limpo meu quintal, guardo ainda semente, faço cuia, tiro óleo da andiroba. Mas eu nasci em Marapanim, depois fui estudar pra Belém e no ano de 1969 voltei pra trabalhar com meus pais, aí foi quando aprendi mesmo como trabalhar com a semente, como guardar, cuidar. Eu lembro ainda como aprendi. Na época não tinha garrafa pet, garrafa descartável, guardava-se tudo dentro das cabaças. E vendíamos também as sementes. Não éramos ricos, éramos pobres, mas vivíamos bem. A gente comia galinha do quintal sem os venenos de hoje, bebia água da cacimba, da gruta. Quanto mais a gente tira mais se limpa o olho d'água, porque se movimenta se limpa o olho. E até hoje tá lá ainda, a nascente que nos dá água boa.¹⁵

Percebe-se na narrativa de dona Maria Cristina, no seu momento de rememorar suas experiências, que o aprendizado foi no coletivo com sua família, na tradição oral, no movimento do trabalho

15 MONTEIRO, Maria Cristina Ramos [dona Maria Cristina]. [julho 2017]. Entrevistadora: Sil-Lena Ribeiro Calderaro Oliveira. Marapanim (PA), 2017. 1 arquivo .mp3 (130 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no acervo da autora.

artesanal com a terra e a relação de subsistência; tal acúmulo de experiência nos ajuda a refletir com o filósofo alemão Walter Benjamin (2012), quando ele questiona sobre nossa pobreza de experiências. Por estarmos na correria pela sobrevivência, imersos numa modernidade que subtrai memórias, são impedidas as narrativas do tempo vivido e produzem-se, assim, barbáries, esquecimentos. Mas essa barbárie também recebe um conceito novo e positivo para Benjamin, ou seja, ela pode nos fazer “partir para frente, começar de novo, a contentar-se com pouco, a construir com pouco, sem olhar nem para a direita e nem para esquerda” (2012, p. 125). Talvez esteja aí essa sabedoria, na narrativa de dona Maria Cristina, a guardiã de sementes.

Essa expressão de dona Maria Cristina: “me deram esse nome de guardiã das sementes”, e o termo história menor cabem ao contexto escolar também, produzindo reflexões, mais precisamente sobre os cursos de formação continuada para professores nos quais pouco se escuta e mais se fala, com pouca ou nenhuma interlocução e interação. As muitas histórias menores de professores/as silenciadas, as rememorações negadas, as experiências não compartilhadas são esquecidas; práticas essas que empobrecem esses momentos que poderiam ser muito mais ricos e significativos pela possibilidade de ouvir e aprender com as/os docentes mais velhas/os, de anos de docência com atravessamentos e transmutações, e que podem, sim, ser reconhecidas como guardiãs/guardiões de experiências educativas valiosas para a escuta de quem está chegando à escola, chão de erros e acertos, de sonhos e desilusões, de encontros e desencontros, mas antes de tudo, um chão-caderno onde são escritas histórias construídas por experiências partilhadas entre quem ensina e de repente aprende e o que

aprende e de repente ensina – tecendo, assim, memórias de escola. E de todas as gentes que fazem o movimento da escola – principalmente do movimento que está fora da sala de aula, aquele que está no refeitório, entre as panelas e mãos ágeis das merendeiras. Porque “existe um fazer-se professora, em que estes são sujeitos de suas ações e não estão à mercê de determinações externas” (PAIM, 2005, p. 21), costurando suas metodologias na tessitura de suas práticas educativas e fazendo, também, uma auto-história. Somos todos/as aprendizes. Paulo Freire que o diga:

Comecemos por estudar, que envolvendo o ensinar do ensinante, envolve também de um lado, a aprendizagem anterior e concomitante de quem ensina e a aprendizagem do aprendiz que se prepara para ensinar amanhã ou refaz seu saber para melhor ensinar hoje ou, de outro lado, aprendizagem de quem, criança ainda, se acha nos começos de sua escolarização. (1993, p. 27)

Abro um parêntese aqui para narrar uma formação em que participei, das poucas que a Secretaria de Educação do Pará proporciona aos profissionais em educação que estão em sala de aula, excluindo e invisibilizando, assim, outras/os trabalhadoras/es que também fazem a escola.

Era um sábado ensolarado do mês de junho. O café da manhã, o tal do *coffee break* (colonialismo linguístico), em letras garrafais no pôster da programação da semana pedagógica da escola, estava repleto de guloseimas típicas do mês junino: tapioquinhas enroladinhas amanteigadas, bolo de milho com castanha-do-pará, bolo “podre” (bolo de farinha tapioca em bolinhas), mugunzá (mingau de milho branco) e

canjicas. A mesa estava farta, cada professor/a levou algo para a abertura da formação com um tema caro à escola: Educação Inclusiva. Comemos e depois entramos para a sala que nos aguardava com a presença do palestrante, um professor doutor universitário que trabalhava inclusão e educação em suas pesquisas. Bom, depois do dito e lido sobre inclusão, voltei para casa relembrando os *slides* explicadinhos e arrumadinhos daquele professor que foi uma única vez na escola para falar sobre inclusão sem dar uma única volta pelos corredores, salas de aula, pátio de recreação, quadra, refeitório, biblioteca. Nem ao menos ouviu a escola que sempre tem muito a falar, a contar, mostrar, relembrar. Como falar de inclusão sem pensar os lugares que excluem? Entramos caladas/os na formação e saímos mudos. Infelizmente, nos meus quinze anos de sala de aula em escola pública, ainda não tive uma formação em que professoras e professores fossem escutados; tivessem suas narrativas vistas como construtoras de experiência, autoformação e produtora de conhecimento; histórias menores que dizem muito dos processos educativos, abrindo brechas na história maior.

Como constata a professora Cyntia Simioni França (2015, p. 200) em sua tese de doutorado:

Infelizmente, momentos como esse de partilha das experiências estão em declínio nos cursos de formação continuada, pois não se abrem espaços para os professores mais “velhos” (experientes) rememorarem, nem reconhecerem, no professor com maior tempo de docência, os guardiões da experiência, da tradição. Ao contrário: muitas vezes são vistos como ultrapassados, “desatualizados” e um “peso” dentro do sistema escolar.

Portanto, entender o carimbó como história menor e estender para outras histórias menores que nos cercam serve para refletir sobre a história maior (ou histórias maiores), que urge ser questionada para não ter mais que: “Proclamar justiça junto com injustiça/ Repetir a fossa/ Repetir o inquieto/ Repetitório”, lembrando os versos de Drummond, do início dessa narrativa. Ter o entendimento e o contato com esses outros saberes e memórias podem, de repente, nos levar a mundos possíveis e sensíveis alimentados por resistências às truculências da modernidade. Segundo Michael Pollak (1989), são rememorações em zonas de sombras, silêncios, “não-ditos”, sempre em perpétuo deslocamento.

Ao ouvir nossas carimbozeiras narradoras também podemos nos deslocar para essa oralidade confessional que visibiliza histórias, antes silenciadas e excluídas pela história maior. E, é na história oral que se podem analisar as contribuições e importâncias das memórias subterrâneas – das memórias dos excluídos, marginalizados, das minorias – que, muitas vezes, são maiorias numéricas - que se opõem à memória oficial, nacional que, silenciosamente, subvertem a verdade imposta por esta. A pesquisa histórica, como salienta a historiadora Clarícia Otto “precisa considerar toda e qualquer informação, seja ela provinda de fonte oral e/ou de documentos escritos, interconectada ao contexto em que foi produzida” (2012, p. 43) - nessa perspectiva do saber quem disse, quando e por que disse que exercitamos uma escuta sensível das memórias narradas, rememoradas.

Que possamos mobilizar nossos cantos e de outras/os para ações questionadoras, provocadoras e transformadoras de realidades. Pode ser também cantos de esperança, mas “sem sermos esperançosas

por pura teimosia, mas por imperativo existencial e histórico”, para lembrar Paulo Freire (1999, p. 38).

A história do carimbó é permeada de opressão, mas também de resistência e de muitas memórias que precisam ser rememoradas, contadas e escutadas. E junto com a rememoração vem o sentimento de pertencimento de uma comunidade, do seu grupo social; “a memória é sempre uma construção onde a lembrança é parte constitutiva de nossa identidade, do nosso sentimento de pertencimento” (ARAÚJO, 2012, p. 34).

Dona Bigica, de Vila Silva, deixa bem claro esse sentimento de comunidade. Comunidade, palavra feminina, traz a força do que é comum, paridade, comunhão, identidade, pertencimento. Nesse sentido, através da sua narrativa sobre os festivais de carimbó, da região da Água Doce, onde se localiza a Vila Silva, é que conseguimos visualizar a encarnação, em carne e ação, da palavra comunidade:

Um grupo ajudando o outro

A gente começou a fazer festival do carimbó. Um grupo ajudando o outro. Tem aqui na vila Silva, e já tem em Itacuã, Arsênio, Fazendinha, Marãozinho, Remanço. Tudo daqui da região da Água Doce. Aonde tem grupo de carimbó já tão fazendo isso. Como se faz?! A gente faz a festa à noite, a festa como o pessoal fala do toca tudo, e quando é no domingo, o dia todo, começa os grupos a se apresentarem. O dia todo. Cada grupo toca cinco músicas. A gente faz bingo também, aí pra cada grupo de carimbó a gente distribui dez bingos. Aí esses dez bingos eles vendem e trazem o dinheiro pra gente. Aí quando eles fazem é a mesma coisa. A gente faz uma

troca, entendeu? Cada comunidade faz seu festival. Cada uma faz na sua localidade. Começa em janeiro, aí vem maio, vem agosto, setembro, outubro e novembro. Em setembro é o mês onde tem mais festival. Aqui na vila Silva tem o Carimpechincha. Começou por aqui pela vila Silva pelo Carimpechincha os grupos se apresentando, promovido pela igreja, a católica. Era Carimbopechincha, carimbó com algumas coisas vendidas por preço de pechincha, aí fazia uma feirinha, roupas que doavam colocava pra vender só que agora o carimpechincha a gente já não tá tocando assim, muito. Tem uns grupos de carimbó que tá vindo, mas vem pouco. Como a igreja não tinha grupo de carimbó pra fazer essa troca eles deixaram de fazer. Aí ficou nós com o nosso grupo pra fazer o nosso festival em outubro. Então já vai fazer três anos que a gente tá fazendo o nosso festival de carimbó, já por conta do Sereia. Já vai ser O canto da Sereia, o nome do festival. Tem o carimpechincha aqui na vila, no Simpoteua tem o Carimbomolhado porque é na beira do igarapé, aí o pessoal vai tomar banho e vem molhado dançar o carimbó (risos). Tem no Maranhãozinho o Paramarimbó. Aí tem um outro, que não tô lembrada. Tem muito, mana. (Dona Bigica)

Percebemos, portanto, a solidariedade que cada lugar transpira entre os que constroem o local. Os grupos de carimbó dão, assim, coesão social e vida longa para a manifestação dessa cultura que desconstrói hegemonias e reconstrói pertencimentos, resistindo ao propagado individualismo das sociedades modernas e reexistindo no coletivo - uma questão de sobrevivência do carimbó nessas localidades.

Resistência de seus/suas brincantes que não deixam o carimbó morrer, porque já faziam e fazem a salvaguarda, intuitivamente, do carimbó há muito tempo.

Durante os encontros com o grupo de estudo, junto com o professor Elison, em manhãs frias de junho, chegaram à roda as narrativas do antropólogo colombiano Arturo Escobar (2005), um pensador também do movimento decolonial. Era uma narrativa que, naquele dia de frio no corpo e nas esperanças pós-golpe do atual presidente ilegítimo da república Michel Temer, me aqueciam a fé na re-criação de alternativas para “a atual ordem das coisas”; era isso que Escobar me dizia sobre outras racionalidades possíveis:

Em última instância- sugerida ao menos pela imaginação utópica como a crítica das atuais hegemonias a pergunta é: Pode o mundo ser reconcebido e reconstruído de acordo com as lógicas das práticas da cultura, da natureza e da economia? Quais mundos regionais, e quais formas do global podem ser imaginadas de outras perspectivas múltiplas, locais? Quais contra-estruturas podem ser colocadas em seu lugar para fazê-las viáveis e produtivas? Que noções de política, democracia, desenvolvimento e economia são necessárias para liberar a efetividade do local, em toda a sua multiplicidade e suas contradições? Que papel terão, que desempenhar os distintos atores sociais, incluindo as novas e velhas tecnologias, de maneira a criar redes sobre as quais as múltiplas formas do local possam depender em seu enfrentamento com as múltiplas manifestações do global? É necessário considerar seriamente algumas destas perguntas em nosso empenho para dar forma à imaginação de alternativas à ordem atual das coisas. (ESCOBAR, 2005, s/n.)

Diante das narrativas das carimbozeiras do grupo Sereia do Mar, e mais precisamente de dona Bigica, acima, essa racionalidade

alternativa que Escobar reflete torna-se visível na história do lugar da Vila Silva e das comunidades vizinhas da região da Água Doce, do município paraense de Marapanim, e todos os movimentos que as comunidades constroem - essas outras ordens sociais, em potencial de re-criação. Práticas de resistências culturais, ecológicas e econômicas, e principalmente resistência ao modelo de desenvolvimento pautado na lógica da globalização que fragmenta e dessignifica locais e culturas.

E no caminho, ainda em resistências no processo de Patrimonialização do carimbó, o grupo Sereia do Mar estava representado por dona Claudete nesse caminhar junto ao coletivo “Campanha Carimbó Patrimônio Cultural”, formado por vários grupos de carimbó com seus/suas respectivos/as mestres/as de vários municípios paraenses, onde os curimbós ecoam seus batuques e reafirmam a cultura do carimbó. Como veremos a seguir.

CAPÍTULO II - PATRIMONIALIZAÇÃO: NARRATIVAS EM DISPUTA

Como foi dito anteriormente a Patrimonialização do carimbó não foi dada, mas conquistada. E essa conquista como veremos nas narrativas da dissertação de mestrado da pesquisadora Lorena Alves (2015) e nas narrações transcritas de dona Claudete, do grupo de carimbó em questão, foi possível por conta do movimento cultural organizado por mestres e mestras da Campanha Carimbó Patrimônio. As pessoas desse coletivo são vindas dos municípios paraenses onde o carimbó tem seu batuque e movimento forte. São narrativas que ora somam, ora divergem do dossiê construído pelos pesquisadores do IPHAN. Portanto, consideramos que são narrativas em disputas.

Campanha Carimbó Patrimônio

Eu fui para o grupo Sereias do Mar porque comecei assim: comecei nas audiências públicas da Campanha Carimbó Patrimônio, inclusive na Vila Silva. Pra eu ser delegada, no primeiro congresso, tinha que ser de um grupo. Aí, entrei num grupo daqui Alegria da Água Doce, daqui da comunidade de Fazendinha, que é mais velho do que o do grupo Sereias do Mar. Só que é misturado, metade com mulheres e uns homens. Da tia Maria, que assume o grupo quando o pai morreu, tio Feliciano que era carimbozeiro. Ela é vocalista. Aí, a Bigica me chamou pra aprender a tocar o carimbó, mas não conseguia tocar além de uma música. Porque as meninas têm uma batida e eu tenho outra. Eu vou direto na batida. (Dona Claudete)

A gente faz a salvaguarda do carimbó já muito tempo

Muitos carimbozeiros, os mestres, há muito tempo, eles tão vivendo doentes, eles não têm dinheiro, não são aposentados, a maioria. Dona Mimi com 92 anos não é aposentada, quer dizer trabalhou tanto na roça, com saúde fragilizada. Então, no primeiro congresso do carimbó foram tiradas as demandas, e as demandas que foram retiradas nas audiências públicas todas direcionavam pra isso, da carência de não ter roupa pro carimbó, de não ter instrumentos, da pobreza de muitos mestres. E aí formamos o comitê, sou suplente do seu Manoel, é o comitê Estadual do Carimbó e o movimento de salvaguarda do carimbó. E aí, quando a gente começou a trazer o IPHAN com a gente pra lá, fomos questionando, chamando. Fomos reunindo mensalmente, a gente vai por conta e risco. Eu vou por conta porque sou suplente do seu Manoel, tinha passagem só pra ele, mas não tinha pra mim, mas eu ia pelo compromisso. E aí nós chegamos nos editais. Um que é da cultura popular que poucas pessoas se inscrevem do Pará, ele é nacional, por conta que não tem conhecimento, parece que já é a 7ª edição e o do carimbó é o primeiro que nós construímos. Nós tínhamos um recurso pra esse edital que era, tinha sido acenado positivamente, por seiscentos mil, mas por conta da crise caiu pra cento e vinte nove mil e tal. Então, o edital do carimbó é cinco mil reais, premiando dez mestres, dez grupos e cinco memórias. Agora, desses cinco mil vai ter descontado do imposto de renda, vai ficar três mil e setecentos e quarenta reais. O Ciro Lins do IPHAN tem sido parceiro da gente, e estamos fazendo nossa parte. Então,

construímos o edital, o comitê. Tentando colocar o mais simples possível. São muitas pessoas de todas as regiões que estão nesse comitê. E aí o coletivo sentou pra fazer simples possível o texto, porque tem gente, ainda, que não sabe ler. Às vezes, sabe ler o mínimo. E pode ser gravado em vídeo pra facilitar pra todos, foi facilitando. Vai até 21 de agosto, as inscrições. E aí como tinha só isso de recurso, e a gente decidiu que não íamos deixar voltar o recurso, até porque depois iam falar que os carimbozeiros não tão nem aí, que os grupos não querem nem saber, que os mestres não tão interessados e tal. Então, vamos mostrar maior interesse possível. Tanto é que tão acontecendo capacitações também, já teve em Belém dia 10. Tem a comissão municipal da região da Água Doce, que faço parte com o Eriverto, e lá do Salgado tem o seu Manoel Azuleide do grupo Raízes da Terra. Eu tenho dormido nas comunidades vizinhas, levando informações para os grupos pra dizer quem pode se inscrever, o maior número possível porque temos uns 17 grupos de carimbó na nossa região da Água Doce. E fazemos nosso encontro de carimbó, que todos esses grupos se reúnem. A gente reúne de dois em dois meses pra trocar informação, porque temos nossos festivais, organizar nossas atividades, nossos bingos. E nesses bingos somos nós que nos ajudamos, não tem ONG, nem apoio do poder municipal e nem estadual nem nada, só da parceria entre nossos grupos. A comida que a gente faz pra vender o bingo, e isso que traz recursos para dentro do grupo. Então, a gente já tá fazendo salvaguarda a muito tempo, não com essa palavra bonita da salvaguarda, mas a gente já faz a salvaguarda do carimbó já tem muito tempo. Então, todos

fazem, tem um calendário um cronograma anual pra todos participarem. Praticamente todo mês tem esses encontros com essas atividades em cada comunidade da Água Doce. (Dona Claudete)

A professora aposentada, carimbozeira e ativista cultural Claudete, nessas duas narrativas, narra com paixão sua militância no movimento cultural do carimbó, seu compromisso em fortalecer sua cultura diante de tantos desafios para o carimbó não morrer. Ela vem caminhando com o carimbó desde a sala de aula quando trabalhava nas escolas de Castanhal, município do Pará, com ensino fundamental maior que era da 5ª à 8ª série e na coordenação pedagógica, narrativa que veremos mais adiante, no terceiro capítulo. E não parou mais. Sempre chamada pelos curimbós, ela entrou no grupo Sereias do Mar a convite de dona Bigica, mas na luta pelo reconhecimento do carimbó como patrimônio cultural, sendo integrante do coletivo “Campanha Carimbó Patrimônio”, organizando-se em comissões com seus pares para conquistar políticas públicas para a salvaguarda do carimbó, na qual deixa claro, na sua narrativa, que o faz já bastante tempo: “Então a gente já tá fazendo salvaguarda a muito tempo, não com essa palavra bonita da salvaguarda mas a gente já faz a salvaguarda do carimbó já muito tempo”; e é nessa prática da coletividade, na solidariedade com os grupos de carimbó de sua região que o grupo Sereia do Mar constrói suas resistências com seu carimbó feminino, afirmando seus processos identitários. Apesar da presença na luta o grupo não está contemplado no texto do IPHAN, junto com os mestres, reforçando, assim, o universo masculino do carimbó.

E as narrativas de/em resistências continuam. É preciso, antes de tudo, garantir a salvaguarda do Carimbó, antes que o tempo passe tudo a raso...



Figura 6. Logotipo da campanha. Fonte: <http://campanhacarimbo.blogspot.com.br/>¹⁶

A Campanha Carimbó Patrimônio agregou grupos de carimbó e ativistas culturais de todos os municípios paraenses onde o carimbó ecoa e faz presente com os movimentos de mestres e mestras, fortalecendo movimentos culturais durante e depois da conquista do carimbó como

¹⁶ Texto informado pelo blog <http://campanhacarimbo.blogspot.com.br/>. A Campanha “Carimbó Patrimônio Cultural Brasileiro” é um movimento cultural e social que busca envolver e mobilizar a sociedade em torno da valorização e do reconhecimento do Carimbó e de suas tradições como parte importante da cultura de nosso país, sendo resultado das discussões e reflexões promovidas no Festival de Carimbó de Santarém Novo desde 2005. Hoje a campanha é uma rede cultural e social que envolve dezenas de mestres, grupos e comunidades de carimbó de vários municípios paraenses.

patrimônio cultural brasileiro, em 11 de setembro de 2014. Até hoje o coletivo está na ativa organizando encontros, construindo associações, fazendo formação, alargando a roda para agregar mais militantes da cultura popular, mais brincantes de carimbó. Hoje tem-se o ACEPA- Associação do carimbó do Estado do Pará. Para saber mais sobre a história, as atividades e o movimento do coletivo Campanha Carimbó Patrimônio é só acessar o blog oficial informado neste texto.

A narrativa abaixo, do blog oficial da Campanha, é do coordenador e ativista cultural Isaque Loureiro, que, num ato de solidariedade ao Espaço Alter do Chão, o espaço cultural do Borô, na Vila de Alter do Chão em Santarém, município paraense - conhecido como Caribe brasileiro -, após a suspensão pela Secretaria do Meio Ambiente (Sema) da licença desta casa de carimbó, noticiada no jornal on-line OEstadonet- representando o grupo Campanha Carimbó Patrimônio, assina e divulga nas redes sociais o manifesto, abaixo, repudiando o silêncio imposto aos curimbós dos santarenos.

Essa narrativa política, que denuncia também um progresso pensado para a região nos moldes colonialistas, com base na exploração dos recursos naturais e nas produções de desgraças às populações ribeirinhas do Tapajós e todo um rio de culturas. E nesse exato momento desta escrita acontece mais um crime ambiental nas águas amazônicas, o jornal local informa que a empresa Hydro Alunorte, situada em Barcarena, município paraense, produziu uma lama vermelha, resultante da lavagem química de bauxita para a produção de alumina inundou comunidades ribeirinhas e quilombolas, contaminando rios, igarapés e poços artesanais. Os dentes do progresso se arreganham... Mas, a resistência não cala.

MANIFESTO DE SOLIDARIEDADE AO
ESPAÇO ALTER DO CHÃO E AO
MOVIMENTO DO CARIMBÓ DO OESTE DO
PARÁ

2017 e seus absurdos inaceitáveis... O árbitro e muitos interesses obscuros fecharam o Espaço Alter do Chão lá nas margens do Tapajós, tentando calar as vozes e os tambores dos nossos irmãos e irmãs de Santarém e região.

É uma medida brutal e desnecessária contra um espaço cultural que só vem contribuindo com a valorização e o fortalecimento da cultura tapajoara e amazônica, em especial o Carimbó, que encontrou aí uma barricada firme e generosa para seus mestres e grupos. É um espaço que sempre somou forças com o Movimento Carimbozeiro do Oeste do Pará e com a Campanha do Carimbó, estabelecendo alianças e parcerias como na recente realização do Festival das Águas de Alter do Chão e no II Festival de Carimbó do Oeste do Pará, entre outras iniciativas.

Realmente é muito estranho e suspeito que esse ataque ao Espaço Alter aconteça assim de forma tão repentina, justamente após o amplo movimento gerado pelas lideranças locais em defesa do Rio Tapajós e contra os projetos de mineração e usinas hidrelétricas na região, catalisados no Festival das Águas de Alter do Chão em novembro de 2016. Soa como se fosse uma espécie de retaliação e tentativa de calar quem incomoda os poderosos interesses que querem barrar os rios da Amazônia e sugar suas riquezas para fora do país.

A Campanha do Carimbó manifesta total solidariedade aos manos e manas do Espaço Alter do Chão, em especial ao Borô, idealizador e responsável pelo local, e também aos grupos e mestres do Movimento do Carimbó do Oeste do Pará, que estão de pé firmes nessa luta pela preservação e valorização de suas tradições.

Em cada uma de nossas comunidades, do Salgado ao Marajó, saibam que estamos juntos para somar

força e coragem na defesa de nossos direitos e pela garantia da salvaguarda do nosso Carimbó.

Um salve e nosso máximo respeito aos artistas, lideranças e grupos carimbozeiros de Alter do Chão e Santarém que estão unidos nessa batalha: Mestre Chico Malta, Marcele e Capoeira (Cobra Grande), Paulinho Barreto (Tambor), Hermes (Kuatá), Mestre Osmarino (Cumarú de Carimbó), Everson e Andressa (Carimbatuques), Cristina Caetano e tod@s que mantém viva essa chama carimbozeira nas margens e águas do Tapajós.

Pedimos o apoio de tod@s para assinar e divulgar a petição online que está exigindo a reabertura do Espaço Alter do Chão. Pedimos a solidariedade para as ações que estão sendo feitas para denunciar e derrubar essa medida arbitrária e reacionária.

O Carimbó não é poluição sonora, é nosso Patrimônio Cultural!

Viva o Espaço Alter do Chão e tod@s que lutam por vida, arte e liberdade em qualquer lugar deste planeta.

#SomosPatrimônio

#SomosResistência¹⁷

Outras narrativas, em disputas, que consideramos importantes para o entendimento do processo de Patrimonialização do carimbó, antes e depois dele, são as narrativas da pesquisadora Lorena Alves (2015) na sua dissertação de mestrado “Nós Queremos: o Carimbó e sua Campanha pelo título de Patrimônio Cultural Brasileiro” que analisou as relações de negociação e de tensão entre o coletivo da Campanha, IPHAN e a equipe de pesquisa durante o acompanhamento das ações do inventário e registro do carimbó como patrimônio cultural. Segundo

¹⁷ Isaque Loureiro é pesquisador e ativista das culturas populares e tradicionais, membro da irmandade de Carimbó de São Benedito de Santarém Novo e coordenador desde o início da Campanha Carimbó Patrimônio Cultural Brasileiro – texto informado por Isaque, organizador também do blog: <http://campanhacarimbo.blogspot.com.br/> acessado em 20/03/2018). O manifesto está publicado neste mesmo blog.

Lorena Alves Mendes “tem-se o movimento organizado pela campanha do Carimbó, responsável por um trato muito peculiar na forma como o processo deste patrimônio cultural brasileiro foi conduzido” (2015, p. 42), que ela chamou de ação direta. O caminho percorrido pelos pesquisadores do inventário e do dossiê, e representantes da Campanha do Carimbó, foi pensado para passar pelo “Salgado Paraense”, onde se encontra o município de Marapanim em que a comunidade de Vila Silva se localiza, “Mesorregião Metropolitana de Belém e “Microrregião Cametá e entorno”, limitando os espaços por conta do suporte financeiro e à grande extensão territorial do Estado do Pará, segundo consta no texto da pesquisadora¹⁸. Isso gerou insatisfações, ofícios de pedidos ao IPHAN para rever resultados equivocados sobre levantamento preliminar feito no retorno a alguns lugares visitados pelos pesquisadores, como também reclamações a respeito de ausência de outros grupos de carimbó não contemplados no dossiê. Em resposta, o IPHAN esclarece que “não pretende esgotar o tema do carimbó e sua diversidade, isto inclusive seria impossível dada a dinâmica cultural da manifestação” (MENDES, 2015, p. 51). O clímax se deu quando os membros da Campanha solicitaram ao IPHAN a abertura para consulta pública ao dossiê de registro, fato este inédito no processo da instituição. “Nesse momento a Campanha iniciou um processo de organização para a montagem de comissões, objetivando leituras coletivas do dossiê, que

¹⁸ Lorena Alves: “Nós Queremos”: o Carimbó e sua Campanha pelo título de Patrimônio Cultural Brasileiro Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.)

ficou disponível para a consulta para todo o Brasil por 42 dias” (MENDES, 2015, p. 58).

Esse movimento liderado pelo coletivo da Campanha fez acionar outra narrativa para refletir sobre memórias em disputa de Michel Pollak (1989) sobre memória coletiva a partir da análise de Maurice Halbwachs, sociólogo francês, que “ênfatiza a força dos diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos” (1989). O que se percebeu, nessas narrativas, memórias acionadas em disputadas, que

Na memória coletiva funções positivas por reforçar a coesão social não pela coerção, mas pela adesão afetiva, dito “comunidade afetiva” – sendo maior expressão a memória nacional. Contudo essa memória, que é seletiva, também passa por um processo de negociação para conciliar memória coletiva e memórias individuais, sempre assentadas sobre uma base comum. (POLLAK, 1989, s/n.)

Apresentamos a esta ciranda-texto, as impressões finais da narrativa de Lorena Alves, na época, como pepista, termo usado para identificar os mestrandos do referido Programa de Especialização em Patrimônio (PeP) do IPHAN:

O acesso que tive aos documentos da superintendência do IPHAN Pará, relativos ao processo do carimbó, me proporcionaram um alcance da dimensão político-burocrática dos trâmites a serem percorridos, das limitações institucionais e das possibilidades de articulação entre modelos organizacionais diferenciados. Considero que o discurso da ação patrimonial, ainda que estabelecido do ponto de vista formal, atravessa algumas barreiras quando confrontado

com a prática cotidiana da relação entre instituição e grupos sociais de bens patrimonializáveis, o que não ocorre sem conflitos. Aliado a essa natureza conflituosa das relações entre Estado e sociedade civil há dentro do Estado e dentro da sociedade civil um emaranhado de teias de relações, performances políticas, protagonismos que ao se aflorar configuram-se como mais um componente de análise para a tentativa de um entendimento macro dos processos sociais. A Campanha do Carimbó e seu protagonismo político frente ao IPHAN exerceu um papel de, muitas vezes, proponente e fiscalizadora dos encaminhamentos do registro do carimbó. Anos de militância pela preservação e valorização da manifestação proporcionaram a conquista de espaços políticos privilegiados, para a proposição de ações acerca do plano de salvaguarda do carimbó, por exemplo. Considero que sim, existe uma parcela significativa da sociedade carimbozeira do Pará que se sente amplamente representada neste movimento, entretanto, há um grande desafio para o IPHAN frente à atuação da Campanha, que por toda sua trajetória de reivindicação política se mostrou várias vezes como a representação do carimbó. (MENDES, 2015, p. 97)

Ainda sobre o texto do IPHAN, algumas controvérsias que dona Claudete narra a respeito da origem do carimbó, segundo as memórias partilhadas pelas comunidades da região da Água doce, entre elas está a vila Silva.

Quem recebeu a fama foi o Maranhãozinho

Foram os negros que começaram por aqui, o carimbó, lá no Maranhãozinho. Numa outra localidade aqui perto. Lá, era uma negra que morava em Cristalândia. Há uma briga de

Cristalândia com Maranhãozinho, porque começa mesmo lá em Cristalândia não é em Maranhãozinho. Mas, no registro do IPHAN tá o Maranhãozinho. *(cantando e batucando na beira da mesa de madeira: “o carimbó começou em Maranhãozinho, cantado pelo mestre Santiago e o mestre caboquinho”)*. Essa negra marajoara, ela morava em Cristalândia e tinha um barracão que ela fazia o carimbó, batia tambor. Ela se amigou com uma pessoa, uma relação amorosa e tal, e ele era de Maranhãozinho, e ela vai junto com ele, pra Maranhãozinho. Lá, ela continua com o carimbó. E quem recebeu a fama, então, foi o Maranhãozinho, e foi com os negros. (Dona Claudete)

Essas memórias narradas por dona Claudete questionando o texto público do IPHAN, são “memórias subterrâneas invadindo o espaço público”, nos ditos de Pollak (1989), são lampejos de resistências nas brechas que conseguem abrir no discurso oficial – memórias também de sua comunidade, rememorações das histórias do carimbó, da região da Água doce, do lugar de histórias, da fala do grupo Sereia do Mar. Chamamos para uma reflexão sobre esse lugar de fala e sobre desestabilizar verdades, segundo o pensamento da ativista e filósofa Djamila Ribeiro que nos lembra para a “necessidade do reconhecimento de outros saberes e a importância de entendê-los como localizados e a importância de se romper com um postulado de silêncio” (RIBEIRO, 2017, p. 89). E já são mais de duzentos anos que as histórias do carimbó, construídas no tecido da oralidade, se re-fazem em narrativas de resistências para que sua cultura não seja passada a raso.

Assim, essa fala de dona Claudete que justifica a singularidade do local, podemos verificar na narrativa do Dossiê Descritivo do IPHAN

sobre o carimbó, em que nos lembra que “Existem diversas histórias sobre o carimbó que singularizam a trajetória de cada município e/ou localidade, ao mesmo tempo em que os interliga numa experiência comum cujo ponto de coesão é a própria tessitura da identidade.” (IPHAN, 2014, p. 76)

Nestas narrativas, de dona Claudete, além da observação, dela, sobre a primeira aparição do carimbó ser em Cristalândia e não no Maranhãozinho, ela faz também referência à matriz africana do carimbó e sua religiosidade manifestada nos terreiros nessa outra narrativa:

Égua! Tá igual a uma macumbeira

Até então, pra mim porque quando cita a questão europeia é alguns gestos das mãos da dança que lembra. Mas realmente pra mim foi a questão indígena e do negro. Da senzala, da nossa ancestralidade. Tanto é que hoje a gente sabe que tem algumas letras cantadas nos terreiros que são letras transformadas em carimbó. O mestre Capoeira de Alter do Chão, em Santarém, lembra muito isso. Que ele é o nosso vice-presidente da associação Estadual dos carimbozeiros do Pará. Com certeza, o carimbó, quando a gente se veste as pessoas já acham que a gente vai logo pra algum terreiro. Égua! Tá igual a uma macumbeira, dizem. Eu acho é graça. Sabe? E mais, quando a gente tá dançando o carimbó, a dança te leva, às vezes, te leva a imaginar que você tá num terreiro. E uma colega me disse assim: “égua, Claudete, parece que tu te transformas, não és tu que tá dançando, (*risos*) parece que nem é tu”. Eu acho é muito graça. Parece que baixa. Né? (*o santo*). Então tem muito a ver sim com terreiro. Essa força

espiritual que você carrega. Ela me diz sim, isso. E a gente sabe que nas nossas manifestações nossos rituais, na verdade, o tambor, sempre vai junto, o carimbó sempre vai junto, é a alma do carimbó. Não interessa o tamanho. Vai nas esmolações, ele vai junto. A esmolação de Vila Silva para Cruzador, São Tomé e de lá São Benedito sai pelas ruas. É um tipo de arrastão, cantando, batendo tocando, parando nas casas pedindo a esmola, fazendo esmolação e cantando as músicas das esmolações. E, São Benedito é o nosso padroeiro, santo negro, padroeiro do carimbó. É o santo preto. E tem ainda as histórias que os santos receberam nome de santo e tal para a igreja porque tiveram que se camuflar né? Nossa senhora da Conceição, dos orixás e tudo. Eu acredito piamente que quem toca, quem faz o carimbó tem mediunidade. Olha, a dona Mimi, ela reza criança, foi parteira, benzedeira, dando remédios, as ervas para a mulher que paria na mão dela e pra criança que nascia. Conhecimento empírico, né? Eu vejo isso, quem faz (*o carimbó*), geralmente, tem sim essa mediunidade. Quando fui para Santarém, eu vi no Capoeira. Ele pegou eu e a Bigica no aeroporto, pagaram tudo, dando apoio para divulgar fazer esse intercâmbio com nosso carimbó que é mais frenético que do deles que tem violão e banjo que tem o banjo que já foi de Marapanim que já influenciou o povo de lá. E os dois que pegaram a gente no aeroporto, ele e o Lobão, todos os dois médiuns. Quando a gente chegou na casa do Capoeira, quando entrei, meu Deus, era um centro, um terreiro. Ele tem um barracão que sai o carimbó com o Cobra Grande (*outro grupo de carimbó*) do Chico Malta. Por que, que, a gente tá num terreiro? Perguntei pra eles. Então eles me disseram: “Mas é aqui

que a gente ensaia, que a gente faz o carimbó também”. E antes de eu sair de lá uma entidade mandou me chamar. Mas disse que tinha medo e tal. E a dona Bigica recebeu uma letra do carimbó através de um sonho, todinha a letra. Ela ainda vai te falar. Ela também tem essa questão (*da mediunidade*) eu tenho também, mas é de ajudar os outros. Eu tenho uma amiga professora também que é espírita, ela transcreve, e veio pra mim através dela que disse que eu ia levar o carimbó a frente, que eu ia muito longe com o carimbó. Que o carimbó virou patrimônio e disse assim pra mim: “tu que tem que conduzir essas sereias do carimbó”, disse pra mim. Mas não sabia que minha ida pro Sereia era essa missão. Então, o carimbó vai além do que a gente vê! Né?

Segundo, ainda, o Dossiê Descritivo do IPHAN sobre a afroreligiosidade do carimbó,

A festividade de São Benedito no Estado do Pará pode ser classificada como uma festa de irmandade. As irmandades religiosas foram uma das principais formas de sociabilidade dos escravos urbanos durante todo o período colonial. Ao contrário do que se pensa, os negros africanos inseridos em território amazônico pelo sistema escravista não exercitaram sua cidadania religiosa através da fundação de terreiros ou outro tipo de templo onde se pratica religiões extáticas de ascendência africana. (...) De modo geral, estes festejos possuem itinerários e contornos coincidentes entre si, o que inclui alvoradas, a levantação e a derrubação do mastro do santo, o arraial, a esmolação, a doação de bebidas e alimentos, as novenas e ladainhas, o sorteio de juízes e festeiros e o uso de barracões como espaço festivo. Em meio a estas atividades ocorrem as festas de carimbó como elemento

constitutivo destas celebrações. São Benedito, muitas vezes reverenciado como o “santo do carimbó”. (IPHAN, 2014, p. 51)

Entendemos que é importante trazer essas narrativas à tona para que a matriz do carimbó, que é africana, não seja invisibilizada ou diminuída por outras narrativas que tendem a embranquecer a cultura do carimbó com o discurso da miscigenação, da fusão e representação das três raças: negros, índios e portugueses. No entanto, não negamos tais influências, pois sabemos que, segundo Hall (2006), nenhuma identidade é fixa e que somos constituídos/as por representações, que as mudanças acontecem, as culturas se misturam e que não há certezas. Mas, lembrar que essa cultura tem uma origem, que veio dos terreiros é “produzir uma contranarrativa, que precede às rupturas da colonização” (HALL, 2006, p. 55). Não esqueçamos que “As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre “a nação”, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades” (HALL, 2006, p. 51). E são nas rememorações, nessas narrativas partilhadas aqui, sobre o processo de patrimonialização do carimbó e o que gira entorno dele, que percebemos, com o historiador-pesquisador Pedro Mülbersted Pereira (2017):

[...] que a patrimonialidade é resultado de disputas de poder, que são, também, disputas que se dão em instâncias políticas, culturais, econômicas, sociais, entre outras. São disputas que envolvem ideias, concepções, perspectivas que são articuladas por sujeitos, grupos, entidades, sociedades. Tidas estas disputas se dão no e pelo bem cultural. (PEREIRA, 2017, p. 117)

Sigamos entendendo que todo discurso é imbuído de valores e, portanto, de disputa porque são construções sociais encharcada de subjetividades. E o discurso construído sobre o carimbó como patrimônio para o texto do IPHAN foi colhido, majoritariamente, das narrativas orais de mestres e mestras do carimbó. Foram memórias subterrâneas que vieram à tona para que as histórias dessa cultura paraense fossem sabidas e reconhecidas por mais gente, saber das resistências do passado e do presente. Pena que as narrativas das mestras do grupo Sereia do Mar não estão presentes no Dossiê do IPHAN, apesar de dona Claudete ter participado do coletivo “Campanha Carimbó Patrimônio” que acompanhou todo o processo dos pesquisadores do órgão. O que consta é o nome de dona Maria Nilce da Silva Freire no Anexo A da Relação dos produtores do bem/pessoas entrevistadas na pesquisa da zona atlântica paraense que se encontra o município de Marapanim, no texto do Dossiê. Isso sem aparecer o texto da entrevista e nenhuma imagem do grupo Sereias do Mar. Mas, esperamos que numa reavaliação do IPHAN sobre esse bem cultural, a roda se abra também às mestras, e assim suas histórias possam ser contadas e re-conhecidas por mais gente. São as memórias que dão sentido e vida a esse bem cultural, nelas e delas que são constituídas os processos identitários com seus deslocamentos próprios de uma cultura viva.

CAPÍTULO III: ELAS SE APRESENTAM, CONTAM E CANTAM: POR MAIS NARRATIVAS FEMININAS

*Entre-laços caminho
para construir meu traço
De si?
Das outras?
De si com
As outras.
- Sil-Lena*

Neste momento, elas se apresentam, cantam e contam, alargando mais essa ciranda-texto, batucando suas memórias, experiências, femininos, resistências, pertencimentos, patriarcalismo, processos educativos – tudo também reverberado nas letras autorais dos carimbós tocados e cantados por elas. Perceber os modos de viver no fazer do carimbó da/na Vila Silva; a construção e socialização dos saberes e fazeres presentes na arte manifestada na roda viva das mulheres do grupo Sereia do Mar.

Trazemos Walter Benjamin (2012) com os ensaios “Experiência e Pobreza” e “O Narrador” para pensar sobre a escassez do ato de narrar histórias e experiências na modernidade e as brechas que podem surgir nas resistências cotidianas, como veremos nas narrativas das mulheres do carimbó; a feminista Maria Lugones (2014) para saber e entender a imposição colonial do gênero; Catherine Walsh (2013, p. 32) sobre a urgência da interculturalidade e as *grietas* onde brotam e crescem os modos-outros. Nesse contexto, buscamos perceber as características sociais, históricas, geográficas que geram a união das pessoas da Vila Silva, em torno de valores comuns e suas resistências à lógica da modernidade.

O título da mônada de dona Mimi abaixo, “Batucando a memória vem”, já carrega um todo convidativo para percebermos a produção de ecos narrativos que a memória pode produzir rememorando experiências vividas; puxamos para a roda outra mônada que percebemos em Walter Benjamin quando ele nos provoca com indagações, em “Experiência e Pobreza”, sobre a produção inexistente, ou quase, de experiências narráveis na modernidade. Isso tendo escrito para uma geração dos anos iniciais do século XX, tempos de vislumbre diante da tecnologia, do progresso sem limites que aos olhos do filósofo era a própria destruição do significado que uma experiência pode produzir, dos rastros, vestígios de uma experiência vivida, da experiência que modifica valores. As coisas e gentes precisam de aura, de mistérios, de histórias. Pensando bem, o vidro não tem aura, como disse o filósofo Benjamin.

Benjamin refletiu, e nos faz refletir também, sobre a tradição, o que faz entrelaçar presente com passado, o que não produz o apagamento das experiências, mas reforçam saberes. Mas não vamos aprofundar sobre a filosofia deste pensador que foi místico também, no entanto vamos pensar com ele sobre experiência e nos questionar, a partir das lembranças, no espaço-tempo do carimbó do Sereia do Mar, sobre o valor do patrimônio cultural. “Pois qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não vincula a nós?” (BENJAMIN, 2012, p. 115).

Estamos mesmo vivendo uma extinção de narradoras/es? Como enxergamos nossas/os possíveis narradoras/es hoje? Se todo narrar carece de uma escuta, queremos escutar? E quem encontra quem saiba

contar histórias é porque procura? Por que ter o que lembrar/contar?
Como um bom provocador, Benjamin nos cutuca o pensar:

Quem encontra ainda pessoas que saibam contar histórias como elas devem ser contadas? Que moribundos dizem hoje palavras tão duráveis que possam ser transmitidas como um anel, de geração a geração? Quem é ajudado hoje, por um provérbio oportuno? Quem tentará, sequer, lidar com a juventude invocando sua experiência? (BENJAMIN, 2012, p. 116)

Chamamos de narrativas de resistência esse contar sobre as histórias do carimbó e de vida, das e pelas mulheres do Sereia do Mar, porque respondem o que Benjamin questiona, acima. Há nas mônadas que elas tecem pistas para que alimentemos as esperanças de seguirmos buscando brechas para continuarmos narrando nossas histórias e ouvindo outras, aprendendo e repassando aprendizagens geracionais como constatamos nas lembranças dessas mulheres. São produtoras de memórias, narradoras de suas experiências, driblando, assim, a pobreza de experiência que está em muitos sujeitos autômatos moldados pelo capital a qualquer custo. “Quem tentará lidar com a juventude invocando sua experiência”?! Nós respondemos: as carimbozeiras do grupo Sereia do Mar, que estão a passar o anel.

Nesse momento desse cortejo, deixamos que as leituras das mônadas deem conta por si só de expressar filosofia, no que se recorda e no que se conta. Diz Alessandro Portelli (1996, p. 2) sobre interpretar:

Pois, não só a filosofia vai implícita nos fatos, mas a motivação para narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos: recordar e contar já

é interpretar. A subjetividade, o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso.

Por isso, vamos tentar interferir pouco nas análises das transcrições, deixando para a leitora/leitor ler as memórias e suas expressões partilhadas aqui para perceber as subjetividades com suas construções sociais, num processo sempre dialógico da linguagem; sempre prestando atenção que no batuque do grupo Sereia do Mar há subversões femininas, há experiências rememoradas.

Elas se apresentam...

Batucando a memória vem



Figura 7: Dona Mimi. Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2018. Crédito: Marcia Gomes.

Ela queria fazer um carimbó no dia das mães, a Creuza. Ela disse assim: mamãe queria fazer um carimbozinho pras mães dançarem, né mamãe? É minha filha. Aí ela ia falar com o Caju pra fazer o carimbó. Mas ela disse: mamãe ele não me deu resposta, nem que vinha nem que não. Tá bom. Quando foi na véspera do dia das mães eu disse: Bigica, tu sabe cantar música de carimbó? Aí ela disse, eu sei mamãe. Então, bora ensaiar que eu vou bater o carimbó. Aí ela disse, mas a senhora vai saber mamãe bater? Vou sim, minha filha. O marido dela ainda era vivo, ele disse aproveitem que ela quer bater o carimbó pra vocês. Aí foi convidar a Cristina, veio a Creuza, a Martinha, a Bigica. Aí formaram o grupo. Daí ela agarrou, ensaiemos a primeira, a segunda noite na terceira veio até um senhor da vila Maú apreciando disse: eu tô nesta idade eu nunca tinha visto uma mulher bater carimbó. Aí quando foi o dia das mães eu fui pra lá bater o carimbó. Tinha um filho que não gostava que eu batesse o carimbó, ele não é mais vivo. Dizia: mas, mamãe deixa que eu bato pra senhora. Aí fizeram a festinha com carimbó. Eu que ensinei a minha filha a bater as maracas, eu dava a dica pra elas aprenderem, né? Daí pra frente continuou, e eu ia sempre. O Pedro era vivo ainda, sabia também bater o carimbó. Eu convidava pra ir no ensaio. Dizia, vai que vou ficar aqui escutando de longe pra ver se tá certo (*risos*). Quando chegava ele dizia que tava bom o baque. Aí foi, foi, foi aí desprezaram. Não tinha mais ensaio. Até que chegou um senhor de Marapanim que deu levante novamente. Aí continuemos, fomo pra Belém tocar. Fui umas três vezes. Quando chegava lá pra Marapanim tocar, queriam me carregar lá pra cima. Mas eu ia

andando. Tinha uma pessoa do Maranhãozinho que tocava muito tempo. E assim é. Batucando a memória vem, né? (Dona Mimi, 92 anos de idade-matriarca da família Silva)

Tenho peças escritas, sou guardiã das sementes, poeta. Não paro não.



Figura 8: Dona Maria Cristina. Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2018. Crédito: Marcia Gomes.

Essa criação aí, acho que já estava memoriado pra mim, porque já era promotora de eventos na comunidade. E tinha vontade de trabalhar, né? De chamar as pessoas pra cantar carimbó com a gente. E muitos se recusavam porque não tinham muito

dinheiro. Aí, em 1994, eu, nós queríamos fazer, eu e outras senhoras. Inclusive tem até uma senhora que já morreu, dona Lelé, dona Leotilde que gostava muito de cantar carimbó. Aí falei: vamos falar com o irmão da Bigica? Mas não tínhamos como pagar, né? Aí vamos fazer um grupo de carimbó?! Bora! Na verdade não tínhamos ainda a festa, era só festa dos dias das mães, dos pais. Eu trabalhava na escola com peças de teatro. Trabalhava na igreja, na comunidade. Sempre gostei de fazer peça teatral da semana santa, sempre gostei de fazer. Aí vamos fazer um grupo de carimbó de mulheres? Bora ver se sai? Né? Lá na vila Silva. Aí convidei não só mulher, mas quem quisesse me acompanhar. Alguns senhores acharam bom porque convidei. Aí convidei, fiz reunião com a comunidade, fui convidar não só as mulheres, mas os outros que gostavam de acompanhar, porque tem pessoa que gosta de acompanhar, outros não, né? Os senhores acharam bom, gostaram. Chegou lá na reunião, olha eu trouxe dois nomes: conjunto carimbó Sereia do Mar e conjunto de carimbó Andorinha. Aí, tá, escolheram o nome Sereia do Mar. Aí seu Hamilton me perguntou: por que Sereia do Mar, Cristina? Porque achei, pensando mulheres cantando, homenageando Marapanim, e sereia canta né? E Mar de Marapanim, tudo tem a ver, até com Iemanjá. E a gente ouve as histórias que tem sereia sim, lá em Marapanim. Lá tem a praia da sereia com as histórias dos pescadores, né? Aí aceitaram, fiz assinatura. Tem escrito. Aí ficou assim o grupo, algumas mulheres que batiam o tambor, e a primeira música foi minha que tirei. Foi nessa primeira formação, que eu tirei a primeira música da Sereia do Mar. Então nesse primeiro grupo era: a Lelé,

a Luzia, eu, Martinha, Bigica, Creuza. Éramos umas oito mulheres, a Raimunda Silva que já morreu, eram umas oito mulheres. E os homens ajudaram, seu Flávio tirou música, seu Hamilton tirou música, deram força pra gente. Graças a Deus. Aí depois como deu continuidade já entraram outras mulheres, depois da segunda reunião. (Dona Maria Cristina)

Os deles acabaram e ficou o das mulheres



Figura 9: Dona Bigica. Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2018. Crédito: Marcia Gomes.

Nós somos nascidos em Fazendinha, aí a gente mudou pra cá pra vila Silva. Ai depois os antigos daqui foram falecendo, aí foi acabando os grupos de carimbó. Ai meus pais com meus irmãos iniciaram de novo o

carimbó, aí já continuou com o grupo dos meus irmãos. Aí, o deles acabaram e, ficaram nós, das mulheres. Então nós não deixamos acabar o carimbó. E o que a gente faz pra não acabar é isso, continuar o grupo com as crianças. Quando a gente faz as nossas festas as crianças sempre dançam na abertura. Agora a minha vontade é organizar as crianças pra tocarem, pra gostarem, pra defenderem o nosso carimbó. Eu já falei pra Claudete pra organizar as crianças pra quando a gente não existir mais pra as crianças continuarem com o carimbó, né? Lá em Marapanim já tem uma escolinha pras crianças aprenderem o carimbó. A minha vontade é levar as crianças pra abrirem o nosso show, mas a nossa dificuldade é o transporte, é a condução, somos onze componentes, e tem mais os instrumentos. Às vezes, nem podemos levar os dançarinos. E o cachê nem dá, às vezes, pra pagar o transporte. Mas, nem temos mais o grupo de dança porque uns já casaram outros saíram. Mas tem a dificuldade né? O grupo é formado com várias idades. A menor idade de 35 anos que é a Cleonilda e o restante é de 40 anos pra cima até 55, 60, 75 que era a dona Francisca que tinha e que faleceu. Em 94 formamos o grupo. E já mudou um pouco porque umas já saíram, outras faleceram. As fundadoras tá eu a Creuza, a Martinha, Maria Cristina e a Feliz, seis fundadoras. As novatas têm a Cleonilda e a Claudete. (Dona Bigica)

Aprendi com minha mãe



Figura 10: Dona Creuza. Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2018. Crédito: Marcia Gomes.

Sou uma das fundadoras. O convite chegou assim: que foi pra gente festejar o dia das mães, a gente sempre gostava de fazer a festinha dos dias das mães. Comemorar, né? Aí a gente foi fazer a brincadeira e foi que aconteceu que só tinha o grupo dos homens, né? E a gente queria fazer com o carimbó. Aí ela agarrou foi falar com os meninos, que são até meus irmãos. E nesse dia não deu pra eles

irem, sempre tinha desculpas que não dava. Aí, tá. Aí depois que passou o dia das mães: bora formar um grupo de carimbó de mulheres? A Bigica falou. Bora! Aí todo mundo reuniu, e concordaram. Uma delas foi a Cristina, também foi fundadora. Aí ela falou assim: aquela que não souber tirar música, pergunta. Uma pessoa assim que saiba de uma música de carimbó pra apresentar lá. Marcaram o dia do ensaio. E no dia do ensaio cada uma apresentou a sua música. Eu perguntei pro meu pai, nessa época ele era vivo. Aí eu perguntei: Pai o senhor não sabe uma música de carimbó? Ele gostava também. Eu sei minha filha. Então o senhor tira aí pra mim que eu tenho que apresentar, a gente vai formar um grupo de carimbó. Ele me deu. Eu até esqueci. Um carimbó bem bonito que ele tirou. E agora pra bater?! Não tinha, né? Quem bate o curimbó? Mas a gente tinha que aprender, né? A cunhada Nice batia, mas só que não pegou muito a prática porque ela saiu também, né? Ela saiu porque ela foi ser ministra da igreja católica. Ela disse, assim, que ia ficar ruim pra ela, porque tinha compromisso com a igreja. Aí foi assim, a gente vai ter que aprender a bater o curimbó. Por que os homens já não querem, né? Vamos cantar, e quem vai bater? Aí fomos ainda pegar uma prima lá na Fazendinha, uma comunidade aqui de perto. Então, fomos experimentando pra ver quem dava conta. Aí, a mamãe aprendeu e eu já aprendi com a mamãe a bater o curimbó. A mamãe era da Sereia, vixe ela tem uma paixão. Ela chora porque ela não pode mais bater, ela já tá com 91 anos, né? Então aprendi com minha mãe. Antes do curimbó, eu tocava o reco-reco, o pandeiro e depois aprendi com a mamãe o

curimbó. Hoje sou tocadora do curimbó.
(Dona Creuza)

Eu rodo a saia mesmo



Figura 11: Dona Maria Feliz. Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2018. Crédito: Marcia Gomes.

Eu gosto do meu nome. E na festa o DJ gritava: quem tá feliz? Aí eu dizia, eu. (*risos*). O carimbó entrou na minha vida foi quando a Bigica começou com o carimbó e me convidou pra entrar no grupo de carimbó dela, em 1994. Aí eu aceitei. Mas quando era criança eu era danada pra dançar carimbó, até agora. Pra cantar é desde 94. Eu já dançava, eu gosto muito de dançar carimbó. E quando eu danço carimbó o pessoal pergunta logo, tu tá bêbada. Não, não tô bêbada não. Eu rodo a saia mesmo. Mudou muitas coisas. Quando entrei no grupo Sereia do Mar eu conheci muitos lugares que nunca tinha ido. Pra

Belém, já passei muito em Belém. Já passava dois três dias fora de casa, que nunca tinha acontecido isso comigo, né? Só era aqui dentro de casa cuidando dos filhos. Aí depois que entrei no Sereia comecei a passear. E até hoje é uma coisa q eu gosto. Eu tô no grupo de coração. Só posso sair, como aconteceu com a dona Francisca, quando papai do céu precisar de mim, né? Até agora o barco tá levando. No grupo eu canto, eu bato o reco-reco, a meia-lua, só esses dois. O curimbó ainda não consegui não. Não vai não, já tentei, mas não vai. (Dona Maria Feliz)

Sou agricultora



Figura 12: Dona Martinha. Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2018. Crédito: Marcia Gomes.

Sou agricultora. Nasci e me criei na agricultora né? Era arroz, feijão, mandioca pra fazer farinha- tudo isso a gente plantava. Tenho 7 filhos nascidos aqui, só a última que nasceu no hospital em Castanhal que foi cesárea. Foi minha mãe quem fez meus partos, dona Mimi. Minha mãe já fez nossos partos e já fez das nossas filhas. E como tem menino e menina pego pelas mãos dela, aqui da vila Silva. Ela amanhece cantando, é, parece uma passarinha. (Dona Martinha)

Gosto muito do Sereia do Mar



Figura 13: Maria Raimunda. Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2018. Crédito: Sil-Lena Oliveira.

Eu entrei com 59 anos na Sereia do Mar, tem 11 anos. E quem me convidou foi a comadre Bigica. Ela veio um dia me pegar lá na casa da minha irmã, ela me chamou e me disse assim: comadre, a senhora não quer entrar no conjunto das mulheres do carimbó Sereia do Mar? Aí eu fiquei assim pensando, né? Ah, mas eu quero. A senhora quer então? Então, eu me assinei lá, né? Aí quando cheguei em casa eu disse pro meu marido, ele disse entra

no carimbó. Aí eu disse assim pra ele, e se eu ir pra Belém, pro Rio de Janeiro pra São Paulo? Ele disse: não tem problema, tu voltando pros meus braços, isso que eu quero, né? Ah (*risos*) tudo resolvido. Aí eu disse pra ele que eu queria. Aí eu levei uns dois anos que eu me afastei, aí tornei a voltar. Eu nem lembro por que, esqueci porque que eu me afastei. Aí voltei que eu ainda tô na Sereia do Mar. Mas, agora tô com esse projeto de me afastar porque ele tá doente, tenho fé em Deus que ele vai ficar bom. Aí eu volto pra Sereia do Mar. Eu toco ficheiro. Ela queria me colocar pra maraca, mas não acertei. Logo que a gente começou a sair pra tocar carimbó, assim pra Belém, Marapanim eu batia três fichas num pedaço de pau desse tamanho. Aí eu toco ficheiro no grupo. Tudo por aí já andamos. Eu só vou me afastar, mas eu volto pra Sereia do Mar, eu gosto muito. Tenho um monte de roupa tudinho, tá guardado. Só que não vou entregar, porque eu só vou sair, só vou me afastar um tempo. Aí eu volto, eu gosto muito da Sereia do Mar. (Maria Raimunda)

Eu bato o curimbó



Figura 14: Dona Cleonilda. Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2018. Crédito: Marcia Gomes.

Foi assim: será que eu posso entrar no grupo? Porque era mais jovem, né? Mas se eu entrar eu quero é bater o curimbó, porque eu acho bonito. Aí vinha pra cá, ensaiava, tentava, tentava e nada. Bater igual o menino ali, né? Minha mão era dura de um lado, não conseguia mexer de um lado, e eu tentava, tentava. Daí o Tinhão dizia, amolece mais esse teu braço, amolece. E eu tentando, mas vou conseguir. Aí uma noite, elas ensaiando ali, o Tinhão disse assim, dá pra ti bater igual o homem? Bate igual a do homem. Quem sabe tu não consegues bater igual do homem, diferente do dela. Eu disse, como é? Aí ele pegou a minha mão da esquerda que era dura, e aí eu fui rapidinho. Nessa mesma noite eu aprendi. E eu não sei bater igual da menina, eu sei diferente, igual de homem mesmo. Bati igual do homem. Eu tenho já dez anos no grupo. Eu entrei no grupo, mas nunca imaginava que o grupo ia expandir, ia crescer né? Entrei como brincadeira, eu achava bonito, mas nunca pensei que o grupo ia lá em cima. Quando comecei eu tinha uma filha que era dançarina, ela era dançarina do Sereia. Quando a gente ia pra Belém ela ia, dançou no Hangar duas vezes, aquele lugar grande de show. Eram quatro casais, logo no início do grupo. Tinha minha filha, tinha filha da Bigica, tinha uma neta dessa daqui. Tinha umas quantas. Daí, só jovens, aqui não tem estudo né? Aí elas cedo vão pra Belém pegar emprego, terminar os estudos. Aí acabou. Agora só tem menininhas de menor. Aí tem que inventar de novo outro grupo de dançarinas, pra não morrer né? Eu bato o curimbó. Pra mim começar no curimbó, quando eu entrei no grupo foi com pé direito. Minha primeira apresentação foi lá na praça da República, em Belém, dia internacional da

mulher. Daí fizeram um ficheirozinho pra mim, feito com tampinhas de garrafa de cerveja, meu pai que fez a caixa de madeira, isso pela primeira vez na apresentação. Deu um nervosismo. Depois disso, eu sempre ensaiava no curimbó. Eu já saí em outros instrumentos, eu já bati meia-lua, eu já bati o milheiro. E daí eu ganhei outro instrumento, se chama o coquirítio feito de madeira leve, tá guardado, um som diferente. Já desprezei meus instrumentos só pra ficar no curimbó. (Dona Cleonilda)

Comecei nas audiências públicas da Campanha Carimbó Patrimônio



Figura 15: Dona Claudete. Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2018. Crédito: Sil Lena Oliveira.

Eu nasci na estrada de Cipoteua, quem vai pra Fazendinha. Só era a casa do meu avô e do meu pai. Sou filha de agricultores, e sempre fomos pra roça desde criança. Sempre comemos na casa de farinha sentados no chão, todos juntos que era melhor forma de tá junto e repassar valores. Eu fui para o grupo Sereia do Mar porque comecei assim: comecei nas audiências públicas da Campanha Carimbó Patrimônio. Esse quadro aqui, dessa foto, é da minha formatura, essa frase aqui é até minha, diz assim: “seja qual for seu sonho lute para conquistar, a vitória é o prêmio para quem tem coragem pra lutar”. Foi em 1999, já tinha 10 anos de trabalho, aí fiz o vestibular na UFPA. Sou pedagoga e especialização em gestão escolar pelo CESUPA. Tenho 32 anos de sala de aula, agora tô afastada para aposentar. Fiquei esperando os 50 anos quem espera Jesus Cristo (risos). Trabalhei 10 anos na Fazendinha, e mais toda região de Marapanim, em Castanhal, em Curuçá. E aí né, toda essa vida de 32 anos de escola. (Dona Claudete)

Chamamos dona Claudete para apresentar sua parceira no carimbó e na vida, dona Francisca, que virou encantada. Uma sereia que deixou saudades no grupo e na comunidade de vila Silva.

Foi sereia, Francisca mulher guerreira

Ela era bem vaidosa. Esse colar aqui foi ela que me deu. E esse anel foi herança dela. Ela foi quem abriu os braços quando cheguei no

grupo Sereia, uma amiga mesmo. Cheguei em 2014 no grupo. Eu colocava flor no cabelo dela, eu arrumo as meninas pra as apresentações. Todas as vezes que ia caminhar na vila eu sempre passava lá com ela. Eu fiz uns versos pra dona Francisca: “foi sereia, foi sereia, Francisca mulher guerreira, ao passar aqui na terra foi uma linda sereia”. Outra: “ a saudade é imensa e quando formos tocar sentiremos tua falta e as lágrima vão rolar”. Fizemos muitas homenagens pra ela. Ela foi sepultada lá em Cruzador e fui com a roupa do carimbó. Esses versos que fiz pra ela:

Certo dia em Vila Silva nasceu
 uma grande mulher, amiga e
 carimbozeira.
 Este foi o seu papel. Francisca ela
 era chamada. Não vamos lhe
 esquecer
 Nós cantamos um carimbó que
 fizemos pra você.
 Cantamos um carimbó pra você
 O conjunto das sereias agora de
 luto está com a perda dessa amiga
 Que saudades vai deixar
 Trabalhou lá no pesqueiro na
 missão de educar,
 mas era nas criancinhas que estava
 sempre a rezar
 Para o nosso carimbó que hoje no
 mundo está, ela é um grande
 exemplo da cultura popular
 O carimbó está de luto dos amigos
 que Deus levou, Camilo, Pidica e
 Francisca no céu vão fazer um
 show
 Na terra teve cargos tesoureira
 presidenta da comunidade

mas era tocando tambor das
 Sereias sua maior felicidade
 Ah, Ela era muito vaidosa tudo
 tinha que combinar,
 roupas, sandálias e colares e nos
 lábios um batom passar
 Francisca era chamada, não vamos
 esquecer, cantamos um carimbó
 que fiz para você
 Com Felipe foi casada 8 filhos a
 conceber foram 53 vivendo numa
 relação pra valer
 Amiga vai em paz exemplos você
 deixou, vá para o céu junto com o
 nosso Senhor
 Ficaremos por aqui cumprindo
 nossa missão, tocando o carimbó
 com você no coração

O desejo de formar o grupo de carimbó veio com o incentivo, permissão e orientação de uma matriarca, hoje com 92 anos de idade, a dona Mimi. Ela estava na primeira roda, subvertendo um território masculino, ensinando o carimbó: “Eu que ensinei a minha filha a bater as maracas, eu dava a dica pra elas aprenderem, né? Daí pra frente continuou, e eu ia sempre”. Dona M^a Cristina, a guardiã de semente, poeta, escritora, teatróloga e produtora cultural da comunidade da Vila Silva, foi quem sugeriu o nome Sereia do Mar, como ela mesma explica: “tudo tem a ver, até com Iemanjá. E a gente ouve as histórias que tem sereia sim, lá em Marapanim. Lá tem a praia da sereia com as histórias dos pescadores, né? Aí aceitaram”; nessa fala, percebemos a força da transmissão oral e a autoridade a quem narra. E como sereias, elas encantam as crianças também, porque dona Bigica traz a importância e preocupação pela continuação do carimbó na comunidade: “Então nós

não deixamos acabar o carimbó. E o que a gente faz pra não acabar é isso, continuar o grupo com as crianças”, e assim transparece uma ética do cuidado com a memória, um processo educativo com os que estão chegando: “o anel” precisa ser bem repassado - “pra quando a gente não existir mais pra as crianças continuarem com o carimbó, né?”, afinal, não se pode passar a raso as memórias que ensinam.

Elas narram...

Em cortejos narrativos elas encontram sentido na vida ao rememorar o que ficou e fica, experiência individual ou coletiva no contexto do carimbó e fora dele; saberes aprendidos e/ou herdados, intercambiados que as fazem responsáveis pela coesão social da comunidade da Vila Silva e apaixonadas pelo carimbó. São narrativas femininas e não feministas porque não se declaram/dizem feministas, mas se fazem porque suas práticas são feministas, ditas algumas vezes alegoricamente, *ale* (outro) *goria* (dizer), em histórias contadas, por exemplo, por dona Mimi, a matriarca de 92 anos que é uma contadora de história, que narra um feminicídio contado e cantado de quase dois séculos, que a mãe lhe contava na sua infância. Nas mônadas seguintes, as mulheres demarcam seu lugar de fala (RIBEIRO, 2017), de pertencimentos; dizem sobre um pedagógico brincante no contexto do carimbó e de tantos outros feminismos, em resistências.

Precisamos pontuar aqui, brevemente, o processo educativo que permeia no desejo de continuar o carimbó na Vila Silva, principalmente com as crianças; é uma experiência de pertencimento, uma memória ativa e produtiva de narrativas. Sabemos que a educação é uma prática

social e que a escola não é o único lugar para o seu processo; aliás, tem-se muitas críticas às formalidades e às formas que a escola, como instituição, produz sem considerar outros saberes, outras cosmologias e sem re-pensar criticamente os saberes repassados hierarquicamente em anos de colonização do saber, invisibilizando e inferiorizando saberes e os ditos que não estão inscritos, validados na grade (porque é prisão) curricular.

O que não é universal está fora do ensino-aprendizagem. Para a professora Catherine Walsh (2009), falando sobre educação intercultural, ela só terá sentido, valor, se for assumida como ato pedagógico-político para efetivamente surtir efeito na mudança social que se quer. Assim, ela explica:

La interculturalidad es un proyecto que por necesidad convoca a todos los preocupados por los patrones de poder que mantienen y siguen reproduciendo el racismo, la racialización, la deshumanización de algunos y la súper y sobrehumanización de otros, la subalternización de seres, saberes y formas de vivir. Su proyecto es la transformación social y política, la transformación de las estructuras de pensar, actuar, soñar, ser, estar, amar y vivir. (WALSH, 2009, p. 15)

Nas mônadas sobre memória de escola, ficamos sabendo que, das nove mulheres do grupo Sereia do Mar, uma conseguiu o diploma superior, a dona Claudete. A maioria não terminou o primeiro grau.



Figura 16. Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2018. Crédito: Marcia Gomes. Mãos de dona Maria Cristina, mostrando e lendo seus poemas.

Como na comunidade rural da Vila Silva, em tantas outras comunidades o Estado é ausente, ineficiente para fazer valer e cumprir os direitos sociais básicos das cidadãs, ceifando sonhos. Interrompendo vidas. O poder de escolha não é dado a essas mulheres, mestras, ficando a sobrevivência como a única opção. Mas elas resistem. E não é e nem foi a escola que deu o empoderamento social a elas, que ensinou que toda cultura é pedagógica, e que por isso hoje elas têm seus saberes, ensinam e continuam a aprender, pois “toda pedagogia está inserida num contexto histórico e cultural e [...] todo conhecimento se constrói,

portanto, num sistema de significados historicamente referenciados” (ARAÚJO, 2012, p. 92). Vamos ao cortejo das mulheres.

Porque carimbó é a história em nós, né?

Olha, eu fico arrepiada só em falar de carimbó, fico empolgada mesmo (*muitos risos*). Porque o carimbó é a história em nós, né? Carimbó, a minha mãe, acho que fez uma saia quando nasci, então não foi nem a fralda (*risos*) foi um saião mesmo. Eu quando me visto de carimbó me arrepia. Porque falar de carimbó é viver a própria história, sabe? É a história do negro. E a história da resistência. Falar de carimbó é resistência. Então, é o negro em mim com meus brincos, colares, minha saia rodada. É o índio no pé e o pouco do ibérico, do europeu nas mãos (*mostrando na dança do corpo*). E é também os movimentos dos pássaros da fauna, dos bichos, da borboleta, do galo, da conquista, sensualidade do vai e não vai. Então eu vivo a história. É quando vejo meu cavalheiro de calça branca, que era de calça branca de algodão por conta da senzala, enfim, essa história de resistência do carimbó, eu vivo isso. Quando eu me arrumo pra dançar carimbó, eu sei que não tô só dançando carimbó, mas mostrando além do eu Claudete. Eu me considero, assim, uma liderança, educadora, professora. Mas não é só a Claudete dançando carimbó, é a história em mim, e eu faço questão de dizer isso. A história do meu corpo, e o sentimento de pertencimento né? Da própria região, de uma cultura bonita que nasceu na região nordeste do Pará. E que a gente sabe que é uma manifestação nossa que eu sempre dancei. Quando tinha, na festa eu chegava logo

pedindo carimbó pro locutor, que na época não era DJ. Porque os carimbós só tocavam na madrugada quando todo mundo já tava porre (*risos*). E toda hora eu ia pedir carimbó. Meu pai foi locutor de festas de carimbó. E o povo já dizia, lá vem a mulher do carimbó. E também me chamam também de mãe natureza, mas é de forma criticando mesmo, tipo lá vem ela denunciar. Fui num festival de folclore em Curuçã , e sou abusada, porque vou logo subindo no palco, sou corajosa. Subi no palco com os homens, porque mulher é resistência no carimbó, como resistência em todos os seguimentos né? Então, também, a gente é resistência na cultura. E aí eu já subo no placo com minhas maracas e fico só eu, a única com os homens. Então já tô cantando também. (Dona Claudete)

Não vou deixar meu carimbó

Inclusive minhas filhas, minhas netas falam assim: olha vó a senhora tá ficando famosa. Elas gostam de dançar o carimbó, mas pra cantar nenhuma puxou pra mim. Eu tenho uma netinha de cinco anos que já canta nossos carimbó. Meus filhos me dão todo apoio. Meu companheiro me dá muito apoio. Meu esposo faleceu, mas me dava também apoio. Ele não me acompanhava, mas ficava em casa fazia a comida e quando chegava tava tudo pronto. E a mesma coisa é esse outro, o Valdeci, eu falei pra ele assim: você quer ficar comigo, ne? E eu tenho meu grupo de carimbó e vai ter vezes que você não vai poder ir, e quero que você não me proíba pra cantar o carimbó porque não vou deixar meu carimbó. Hoje ele ajuda também a carregar o curimbó, aceita, sai com a gente. Quando o

transporte dá pra ir junto ele vai. Ele não me proíbe não. (Dona Bigica)

Eu só saio depois que morrer, ela dizia

Ah, dona Francisca deixou muita saudade, muita saudade. Ninguém esperava. Eu choro quando lembro dela. E a gente não tocou ainda depois que ela se foi. Parceira nossa. Ela era apaixonada pelo carimbó. Ela dizia assim, eu só saio do Sereia do Mar depois que morrer, ela dizia. Sou apaixonada pelo Sereia do Mar. Era muito querida. Aqui na comunidade era muito querida. Ela era muito feliz no carimbó. Ela tava tão bem... (Dona Martinha)

Me identifico no curimbó, sim

Eu sou uma mulher realizada como carimbozeira, sabe? Porque era um sonho que eu queria. Queria tá num grupo tocando carimbó. Assim como minha mãe era, eu achava bonito. No meu sonho era bater o curimbó. E esse sonho se realizou. Pra mim começar no curimbó, quando eu entrei no grupo foi com pé direito. Minha primeira apresentação foi lá na praça da República, em Belém, dia internacional da mulher. E agora eu saio, bato curimbó, vou pra lugares, conheço gente. E meu marido diz assim: tu já conhecestes lugar que eu nem conheço. Ele não me acompanha porque disse que fica com filhos e a nossa casa não tem muita segurança. Ele não sai porque às vezes a gente sai e chega no outro dia aí ele não gosta de deixar a casa e os filhos sozinhos. Eu consegui um marido que me apoia mesmo. Ele não me impede, e também ajudo ele na roça também. A gente planta mandioca, maxixe, melancia. A gente planta feijão,

torramos farinha. Eu vendo pra pagar umas continhas, eu ganho da roça. Eu tenho que fazer farinha pra vender e pagar as continhas que eu devo. Disso que eu vivo. Sou agricultora. Eu trabalho na terra. Eu saí da casa dos meus pais com 16 anos e voltei com 19 anos. E não saí mais, só pra fazer show, só pra aparecer (*risos*), ser artista. É gostoso, mas também é muita responsabilidade pra não errar. Me identifico no curimbó, sim. (Dona Cleonilda)

Precisa mais é a gente ir até à escola

Como Sereia do Mar, eu acho que precisa mais é a gente ir até à escola porque a escola não vai nos procurar . Pode ser um professor ou um outro nos procure. Principalmente hoje, dessa questão de ir pra fora, que o carimbó tá na novela da Globo, com a personagem da Ritinha dançando o “curió do bico doce”, o “pitiu” da dona Onete. Mas eu prefiro o carimbó raiz, não tenho nada contra o carimbó estilizado. Porém, eu prefiro o pau e corda, porque pra mim ele retrata mais, o que me diz mais, o que é a minha história. Até a relação dos instrumentos com o meio ambiente. Voltando pra questão do carimbó na escola. Eu desde que fui trabalhar como educadora na escola formalmente eu sempre trabalhei o carimbó. Primeiro na leitura. Eu fui professora de 1ª a 4ª, de 5ª a 8ª e professora de ensino médio também. E fui coordenadora pedagógica. Então, eu nunca fiz leitura obrigando a criança a ir até a minha mesa. Então o que eu fazia, era assim, eu xerografava as letras das músicas, não só do carimbó, mas as letras críticas das questões sociais, do preconceito, da questão da mulher, do negro, do índio. Eu pegava

uma letra do carimbó tirava cópia, levava o carimbó para sala de aula no som. E aí eles iam cantar a letra da música de um carimbó comigo. Você tá fazendo a leitura com seus alunos, mas de outra forma que é mais estimulante que a maioria faz. Imagina, eu chamo o menino pra ler um livro que nem é nosso, que é produzido no sul e sudeste que não é nossa realidade, que não é a minha, então não fico interessada. Então quando faço essa leitura com uma música que é minha, falando das minhas coisas, dos meus igarapés, da minha fauna, da flora, da minha vida, porque o carimbó fala disso do cotidiano do pescador, do trabalhador da roça, né? Inclusive a música da Sereia que a gente foi numa oficina do Sesc, do Sesc Ler, tanto de Castanhal como de Inhangapi, mostrando os instrumentos mas também falando das nossas letras. Quando eu falo, por exemplo, uma letra da Sereia que a gente nem tava ensaiando que quando eu tive conhecimento da letra, por ser a mais nova no grupo, eu disse, não, esse é o nosso hino de resistência (canta com acompanhamento de suas maracas):

Vou roçar, vou roçar, vou da terra
 cuidar,
 não vou mais esperar, vou plantar e
 plantar
 na esperança do que tudo possa
 brotar,
 se brotar vou colher pra comer e
 vender, e até mesmo pra dar
 porque é da terra que tiro tudo que
 preciso pra me sustentar,
 trabalhar com amor eu vou, tenho
 orgulho de ser agricultora
 pra levar o progresso e ajudar meu
 país,

às vezes sou esquecida ou até
mesmo excluída,
mas eu não vou calar
e pra começar eu sou feliz
,lá,lá,lara,lará.

É emocionante né? Agora imagina trabalhar, levar uma letra dessa pra sala de aula?! Eu trabalhei sociologia no ensino médio. Ai os alunos diziam, “lá vem a professora da criança e do adolescente, do carimbó e da mulher”, mas era também da violência, é das drogas, enfim, então trabalhei muitos nesses temas. Levava tudo isso pra sala de aula. Hoje não tô na escola, mas tô no carimbó, com as letras, no processo educativo também, né? (Dona Claudete)

Mais força

Eu falei assim, que os professores podiam ajudar a gente pra chamar as crianças da escola e chamar a gente pra gente ensinar as crianças. Ter um momento do intervalo de uma hora, meia pra gente ir e incentivar as crianças a cantar, a tocar. Como nós fizemos no Sesc de Castanhal, que levaram a gente pra lá e as crianças de escolinhas foram pra lá. Aí a gente deu instrumento e elas começaram a tocar, ficaram tudo animadas pra tocar, pra cantar. Aqui não tem, na própria comunidade os professores não incentivam, só em final de semestre que fazem uma festinha que apresentam a dança do carimbó, e só isso. Podiam dar mais força pra gente, falando de carimbó na sala de aula, né? (Dona Bigica)

Era assim que era

Eu fiz até a 4ª série na Fazendinha. Eu não tive oportunidade de estudar mais porque meus pais não tinham condição de mandar nos educar. Era vontade de terminar meu segundo grau. Lembro da professora Aurora, uma excelente professora. Nesse tempo, eu digo pros meninos, que nessa época os professores eram rígidos mesmo, e a gente aprendia mesmo e era matéria decorativa. Fazia sabatina de matemática. Ela mandava decorar. Tinha uma régua grandona que ela usava. Fazia a roda e aquela que errava o colega dava-lhe, e se desse fraco ela dava mais forte. Era assim que era. Digo pros meninos, vocês tão numa época boa. E a gente aprendia mesmo é na decorativa. Comecei a escola aqui na vila Silva e terminei lá em Fazendinha. Nessa época não tinha transporte, não tinha merenda. No meu tempo não, eu saía nove da manhã e chegava três da tarde de volta pra casa, com fome, fome, fome. Aí o que a gente fazia, assava peixe e a farinha colocava num saco e levava pra escola. Escondia no caminho em viagem. Uma vez levamos e os meninos perceberam que a gente tinha levado merenda pra comer quando voltasse de lá, da escola. Aí eles saíram na frente, que a gente percebeu que eles iam comer nossa merenda escondida saímos correndo. Aí, corremos atrás, quando chegamos lá, no galho do pau que a gente tinha escondido, já era. Saímos correndo pro igarapé e vimos eles comendo nosso peixinho com farinha e umas bananas. Então falo com meus filhos que no nosso tempo era muito ruim. Mamãe trocava fibra da casca por rolo de papel. E com papel de embrulho fazia capa dos caderninhos que a gente fazia pra escrever. Todo mundo com o caderninho e o

lápiz com a borrachinha na ponta. Quem dera se eu pudesse ter oportunidade, quem sabe poderia ser uma grande cantora. Eu tenho vontade de fazer um curso de voz, de aprender a trabalhar mais com a voz, né? (Dona Bigica)

“caminho da morena”

Eu estudei até a quinta série em Fazendinha. Por falta de condição, né? Meu pai não conseguiu dar condição pra gente estudar, né? Como eu digo pros meus filhos, vocês não estudam porque não querem, porque têm condições. Vem ônibus na porta pra pegar. Nós não tivemos essa oportunidade pra estudar até se formar. Nossos pais não tinham condição de nos mandar nos ensinar. Às vezes eu digo pra eles, olha pra chegar na escola a gente ia andando pelo caminho que a gente chamava de “caminho da morena”. Era “paresqui”, uma hora andando. A gente levava às vezes merenda pra esconder no mato. Levava peixe assado, banana. A escola não dava nesse tempo. A gente levava escondia no mato. Aí quando a gente vinha de volta e procurava a merenda os colegas já tinham comido. E, às vezes, a gente chegava onze hora na nossa casa, trocava de roupa e já ia atrás dos nossos pais lá pro centro, que era o roçado. La pra casa de farinha. Que era que a gente fazia o roçado, looonge. Ia embora. Não ficava em casa não. E a gente já ia ajudando a fazer a farinha com a mamãe. Era contado os dias que a gente ficava em casa. E quando ficava era pra fazer os afazeres de casa, como eu digo: hoje tem água na torneira, e nesse tempo não tinha. A gente tinha que ir buscar no igarapé, na cacimba uma fonte que tinha, e enchia

tudinho as vasilhas. Quando a mamãe chegava tinha que tá tudo prontinho. Não tinha, não, tempo pra estudar não. Não tivemos aquela oportunidade como hoje elas têm. Chegam do colégio e as coisas já tão pronta. Eu falo isso pra elas. Então aproveitem, estudem porque vocês têm oportunidade sim. O que vocês têm hoje eu não tive, né? Era difícil a vida na época que nosso pai nos criou, hoje elas não sabem nem onde é a roça. Eu falo, pra elas, que tem que aprender como se planta, como se faz a farinha, né? Como se trabalha na roça, né? Tem que ensinar, né? A farinha é pro consumo, a gente vende porque a gente precisa pra comprar as coisas. Meu ganho é da farinha, do carimbó e da bolsa família, é só. Sou agricultora. Eu tô esperando a idade pra me aposentar, eu já tava até feliz que esse ano vou fazer 55, mas já aumentaram a idade, né? É pelo sindicato dos produtores de farinha que vou me aposentar. (Dona Creuza)

Não terminei meus estudos

Eu estudei em Belém até a sétima série. Fui trabalhar em casa de família em Belém e estudar. Umas dava pra estudar em outras casas não dava, né? Eu me sustentava com meu trabalho. Daí, como disse meu pai: tu quis namorar, não soube namorar engravidou, né? Engravidei lá em Belém com 19 anos e vim embora, sem o parceiro. Mas, é uma história que não gosto de contar, quero esquecer. Estudei até a sétima série. E eu não terminei meus estudos. Estudei a quinta série lá no “Paulinho de Brito”, morava na vileta na casa da minha tia. Eu estudei também lá na escola “Maria Luísa”, lá no Bengui a 6ª série, e estudei lá pra Cidade Nova. Aqui

estudei até a quarta série e depois fui pra Belém. Minha memória daqui é da quarta série, tinha um professor que também foi dos meus quatro filhos, um bom professor. Esse é um bom professor porque era um professor muito rígido. Não passa mão na cabeça de ninguém. Nele só passa quem tem média, não dá ponto, ele não dá nada. Quem estuda com ele sabe. Hoje, quem estudou com ele, é advogada, são professoras. E ele ainda dá aula aqui na vila Silva, o professor Edmilson, ele é de primeira à quarta série. Se ele foi rígido um dia é porque queria o bem da gente. (Cleonilda)

E a palmatória na mão

Eu não me lembro mais da escola. Antigamente nem tinha merenda. Tinha parada do dia 7 de setembro, a gente marchava, cantava o hino nacional e a palmatória na mão. Estudei até a 4ª série. Tinha assim o hino, a gente cantava, deixa ver se lembro...

Ó Pará, quanto orgulhas ser filho
De um colosso, tão belo e tão forte
Juncaremos de flores teu trilho
Do Brasil, sentinela do Norte
A deixar de manter esse brilho
Preferimos mil vezes a morte!
Salve, ó terra de rios gigantes
D'Amazônia, princesa louçã!
Tudo em ti são encantos vibrantes
Agora me esqueci... Ahhh!!!
Ó Pará, quanto orgulhas ser filho
De um colosso tão belo e tão forte
Juncaremos de flores teu trilho
Do Brasil, sentinela do Norte

E a deixar de manter esse brilho
Preferimos mil vezes a morte!

Cantava na marcha. Eu achava bonito aquilo.
(Dona Maria Raimunda)

**A gente só estudava até o quinto ano, aí
pronto, parava**

Martinha Freire de Carvalho, nasci na Fazendinha, de parteira, nesse tempo era difícil esse negócio de médico. Éramos 12 irmãos, todos nascidos aqui. Estudei até o quinto ano, não estudei mais porque meu pai não tinha mais condição, a gente era pobre. Nesse tempo não é como hoje que tem facilidade de estudar né? Nesse tempo não tinha essa facilidade de estudo, nosso pai não tinha mesmo condição, a gente só estudava até o quinto ano, aí pronto parava.

Minha lembrança de escola era lá de Fazendinha. Uma professora muito rígida ela. Ela era “federal”. A gente estudava era tudo decorado que a gente estudava. Se não decorava colocava de castigo, de joelho na sala de aula até decorar a lição. Era a professora Aurora, ela é viva ainda, mora pra Belém agora. (Dona Martinha)

Essa memória de escola que eu tenho

Nasci e me criei aqui na Vila Silva. Eu fiz até a quinta série na Fazendinha. O que eu me lembro é que eu era muito brigona, na época da merenda a gente levava a merenda e deixava escondida no mato. Quando era na hora do intervalo a professora deixava a gente pegar a merenda, todo mundo corria pra procurar e pegar a sua merenda. Aí, um dia fui procurar minha merenda e os meninos tinham tirado minha merenda, tavam na beira

do igarapé comendo a merenda . Aí eu cheguei lá: égua vocês roubaram minha merenda?! Aí dei um chute na merenda que tava na beira do igarapé. Aí quando chegamos na escola eles foram falar pra professora Aurora, ela era braba que só ela. Aí ela me chamou, eu contei, eu chutei mesmo, era minha a merenda e não deles. Eu sei que ela me colocou de castigo. Essa memória de escola que eu tenho. E sempre morei aqui. Nasci de parteira, que era da comunidade também. (Dona Maria Feliz)

Saí para estudar, mas não deu certo

Moro em Vila Silva, criei meus filhos trabalhando na lavoura. Depois da minha mocidade sai para estudar, mas não deu certo aí voltei pra vila. Estudei no Lar de Maria em Belém, morava com minha madrinha. Meu irmão que me sustentava, mas depois não deu mais pra ajudar, né? E estudei no Pinto Marques também. Sou muito feliz na vila Silva, e o que não me faz sair é o amor pela minha comunidade, implantada pelo meu nascimento. Dizem que o nosso umbigo fica plantado no lugar, né? Uma história toda antiga. Que me leva amar vila Silva e Marapanim também, né? E as comunidades por perto que precisarem de mim eu vou, se me chamarem. Já me chamaram muitas vezes. No mês de maio tem a coroação, aí eu empresto as roupas de peça teatral pra quem me pede. É a arte que Deus deixou comigo, né? (Dona Maria Cristina)

Vou abrindo caminho

Eu sei que vou onde o carimbó me chama, e até quando não me chama (*risos*). Fui pra

Santana, cantei com os homens. Vou abrindo caminho, vou empurrando. Lá no congresso eu disse, tá bom de homem tocar agora são as mulheres. Bora dona Bigica, bora dona Maria Cristina, então acabo abrindo, sou abusada mesmo. Eu não tenho medo. Eu tenho namorado, ele adora carimbó, mas não sai comigo. Não sai, não me atrapalha, não sai então fica pra lá. Não me ajuda mas não me atrapalha. Quando chegou um dia me viu arrumando a mala. Vai pra onde arrumando a mala? Vou pra Santarém, pro festival das Águas no Alter do Chão. É a minha vida. Eu não perco nada. Depois que a gente se aposenta, eu que não vou ter depressão. Nunca! Porque o carimbó não vai me deixar triste. Sempre tô reunindo com meu povo do carimbó. Não paro. (Dona Claudete)

Aí foi convidando a mulherada

Quando a gente fez o grupo de carimbó, foi no evento do dia das mães. Aí a gente sempre fazia brincadeira né, aí a gente queria fazer uma brincadeira com o carimbó. Aí só tinha o conjunto dos homens, né? Aí, a Bigica que foi a cabeça logo e começou a conversar com a gente. Aí fomos falar pra eles, mas não quiseram fazer. Aí quando foi um dia a Bigica falou: bora fazer um grupo de carimbó?! Aí dissemos um bora. Aí se reunimos, aí foi convidando a mulherada. Aí fomos ensaiar, pegamos os instrumentos dos homens e fomos ensaiar. Quem dava conta de bater o curimbó, quem dava conta de bater a maraca, o milheiro, aí a gente ia vendo qual era o instrumento que dava pra gente bater. Primeiro comecei a bater o pandeiro, bati um tempão o pandeiro, depois me botaram pro milheiro, depois pra maraca. Aí voltei pro milheiro, bato agora o milheiro. Só o

curimbó que eu ainda não acertei bater. Eu bato, mas não é bem não. Aí eu já fiquei no milheiro. (Dona Martinha)

Elas Cantam

*Nós somos de Vila Silva viemos para
cantar
Menina venha pra cá que a festa vai
começar
Menina sacode a saia, menina não
dança só
Menina venha comigo pra dançar o
carimbó*

(Sereias do Mar)



Figura 17 – Dona Bigica cantando. Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2018. Crédito: Marcia Gomes.

Todas têm voz, e quem tem voz é pra cantar, como diz um provérbio africano. Elas reverberam na música seu estar no mundo, se colocam, se mostram, refletem sobre meio ambiente, a condição da mulher agricultora; cantam as lendas que alimentam o imaginário e inspiram sua arte.

A autoria masculina de alguns carimbós, transcritos aqui, nesse primeiro CD delas - gravado com recursos próprios - são letras escritas por amigos, irmão, parceiros de outras comunidades, que deram para elas tocarem e cantarem. Outras são de autoria delas. Uma arte de resistências porque elas furam o cerco do universo masculino do carimbó. Falaremos também dos festivais de carimbó organizados por cada comunidade vizinha da Vila Silva da região da Água Doce que, juntos, desenvolvem práticas solidárias, buscando o bem comum e o respeito à natureza - uma prática do bem viver. Elas não mais só dançam, mas cantam, tocam e dão sentido às suas músicas inspiradas no que também é do encantado, do maravilhoso, mas antes de tudo cantam/dizem sobre suas cosmovisões, no que acreditam e vivem.

Acho que é um dom

Eu nem contei do sonho ainda né? Quando eu vim do Alter do Chão. Aí quando foi uma tarde, eu tava deitada, acabei de almoçar e deitei na sala lá de casa, aí eu tava numa sonolência. Eu não tava dormindo totalmente porque escutava as pessoas passando lá na rua. Aí veio uma mulher aí disse assim pra mim, “eu vou te ensinar uma música, tu canta?”. Aí eu disse, mas eu não sei. Ela era assim, tipo uma sereia ela, tenho pra mim que era nossa senhora da Conceição. Pra mim, no meu sonho era, de cabelo comprido tava tipo

com uma criança no colo. Aí, dizia assim, mas eu não sei. Aí ela dizia, mas escuta que eu vou te ensinar. Aí, aquela voz lá no fundo lentamente cantava assim:

“Maria foi na praia passear
eu tava esperando naquele lugar,
Maria era linda e faceira, cheirava
como flor de laranjeira ,
Maria foi na praia passear eu tava
esperando naquele lugar,
Maria era linda e faceira e cheirava
como flor de laranjeira,
Maria, linda Maria tu é tão bonita
como a estrela guia 2x
Na praia que Maria me encontrou
eu tava sorrindo com muito amor,
meus olhos me encheram de
alegria, ali meu sonho se realizou,
Maria, linda Maria, tu é tão bonita
como estrela guia 2x”

Aí eu me espantei. Aí eu disse, meu Deus! Eu vou escrever. Me levantei rapidinho. Aí disse, Valdeci uma mulher veio me ensinar uma música agorinha. Aí eu peguei o caderno e comecei a escrever. Aí esqueci umas partes, aí meu Deus me ajuda a lembrar. Aí fui lembrando, lembrando e escrevi todinha ela. Aí comecei a cantar. Aí depois esqueci a melodia, né? Aí fiquei uns dias tentando lembrar a música. Aí meu Deus me faz lembrar, aí minha Nossa Senhora se foi tu que me deste mesmo então me faz lembrar. Aí numa manhã cedinho, fazendo café, veio a música todinha na minha mente. Daí não esqueci mais. Já disse que quando gravar outro Cd a primeira música que vou colocar vai ser essa. Foi no mês de novembro ou dezembro. Eu acho que foi a praia lá do Alter

do Chão que a gente foi, uma inspiração mesmo. Aí tinha mais uma coisa, aquela voz dizia assim pra mim, e essa música vai ser teu futuro de amanhã, tu vai realizar teus sonhos. Abrindo caminhos, né? Acho que é um dom que eu tenho. Desde criança eu já gostava de cantar, era já apaixonada por música. Eu não sou de falar muito, mas de cantar eu gosto. (Dona Bigica)

Viram que a gente levava jeito

Os homens já ficaram dando força pra gente, assim né. Não quiseram mais ficar com o grupo deles, se desentenderam tudo. Aí davam força. Tiravam música pra gente, dava pra Bigica. Viram que a gente levava jeito, né? Já fomos no Centur, no Hangar, em Icoaraci, tudo a gente já tocou. E a gente já tocou em muitos lugares, lá pra Belém. Dá nervoso na hora e depois passa. Eu gosto de tocar, sim. (Dona Bigica)

São onze músicas do primeiro CD; como informado antes, uma produção custeada pelo grupo, sendo que quatro desses carimbós foram presentes deles, dos amigos e parentes. O segundo está sendo preparado, esperando outra oportunidade para chegar até as/os amantes do carimbó. Algumas músicas já estão no repertório dos shows que elas apresentam. A transcrição das letras aqui só foi possível a partir da audição das mesmas, repassadas por *pen drive* pela dona Claudete. Não há mais disponível para a venda o primeiro CD, foram poucas cópias. A memória também pode ser cantada.

Agricultora com muito amor

(letra de João Neves)

Vou mostrar, vou mostrar
 Vou da terra cuidar
 Já não vou mais esperar
 Vou plantar e cantar
 Na esperança no que tudo possa brotar
 Se brotar vou colher, pra comer ou vender até
 mesmo pra dar
 Porque é da terra que eu tiro tudo que eu
 preciso pra me assustentar **2x**

Trabalhar com amor eu vou
 Tenho orgulho de ser agricultora
refrão

Pra levar o progresso e ajudar o meu país
 Às vezes sou esquecida ou até mesmo
 excluída
 Mas eu não vou calar, pra começar eu sou
 feliz **2x**

Planto couve, quiabo , pimenta de cheiro,
 pepino e melão
 Jerimão, melancia, coentro, cebola, jambu e
 feijão
 Macaxeira, maxixe, mamão, mandioca,
 laranja e limão
 Tudo isso consome pra matar a fome dos
 nossos irmãos. **2x**

Nós trabalhamos na roça

(letra de Lourival

Freire)

Nós trabalhamos na roça com mandioca,
 milho e feijão **2x**
 A mulher paraense tem muita dedicação

É o valor feminino que queremos destacar
 refrão
 É a cultura brasileira do estado do Pará

A mulher tem seu valor em toda região
 2x
 Trabalhando noite e dia para o progresso da
 nação

**Vou fazer farinha d'água
 (letra de Lourival**

Freire)

Eu vou fazer farinha da agua, eu vou fazer
 tapioca 2x
 Vou fazer beijo de massa quando eu ralar
 mandioca

Baiana sacode a saia, baiana levanta o braço
 2x
 Baiana mexe com corpo, da cintura até
 embaixo

**Marapanim, minha cidade
 (letra de Lourival**

Freire)

Marapanim, minha cidade, tenho orgulho de
 falar 2x
 Tem água por todo lado
 É cercada de mangal

Hoje é teu aniversario, está tudo confirmado
 refrão
 Por isso é que te chamam princesinha do
 salgado

A beleza que tu tens, já tiveste muitas glorias
 2x

Aquele vento gostoso lá na praça das vitórias.

Foi em Maiandeuá

(letra de dona

Bigica)

Foi em Maiandeuá, me sentei na areia 2x

Quando vi um vulto, era uma sereia

Sereia, oh linda sereia 2x

Escrevi teu nome em cima da areia

Tava na beira da praia

(letra de Favaco)

Escrevi teu nome

Em cima da areia refrão

Escrevi teu nome

Em cima da areia

Tava na beira da praia 2x

Sentada naquela areia,

Vendo o boto passar

Eu me lembrei da sereia

Sereia, minha sereia 2x

Sereia eu quero falar

Sereia é uma moça bonita

Mora no fundo do mar

Na praia de Maiandeuá

(letra de dona Mimi)

Na praia de maiandeuá tem uma lagoa 2x

Quando a sereia senta quando ela vem nua

A sereia canta, passarinho voa

2x

Maçarico faz ninho lá na beira da lagoa

**Se essa canoa fosse minha
(letra de dona Mimi)**

Se esta canoa fosse minha mandava deixar no
mar 2x

Se esta canoa fosse minha sereia ia lá pegar

Olê, olê, olê, olá moça bonita 2x
Sereia do mar

**Mani era uma menina
(letra de dona Maria Cristina)**

Mani era uma menina que nascera numa tribo
Muito bela e inteligente, e não mostrava
perigo

Carimã e tapioca, broinha e tucupi
refrão

Farinha e beju cica são extraídos de Mani

Mani chamou atenção do chefe que era Tupã
2x

Todo dia visitava logo cedo de manhã

O dia adormeceu em paz está linda flor
2x

Deixando a sua lenda para todo lavrador

**Água fonte de vida
(letra de dona Maria Cristina)**

A água, fonte de vida do nosso meio
ambiente 2x

Está sendo maltratada pelas mãos de muita
gente

Este bem que foi Deus quem deu refrão
Vamos preservar meus irmãos

Lutando pela saúde da nossa população

Pra que tanto desperdício com a água que
usamos

Se jogarmos muito lixo

Nossa vida maltratamos

Este bem que foi Deus quem deu refrão

Vamos preservar meus irmãos

Lutando pela saúde da nossa população

A terra é desmatada, o mundo é poluído

2x

A água é maltratada e o povo é sofrido

**A mulher canta o carimbó
(letra de dona Geralmari Malcher)**

A mulher canta o carimbó com muita alegria

A Mulher se valoriza com o passar do dia

Vamos valorizar com educação refrão

A mulher de hoje sem discriminação

A mulher quando executa algo novo e
diferente 2x

Tem coragem, força e garra

E por isso tá na frente

A mulher está ajudando a cultura prosseguir

A mulher que acredita faz o povo sorrir.

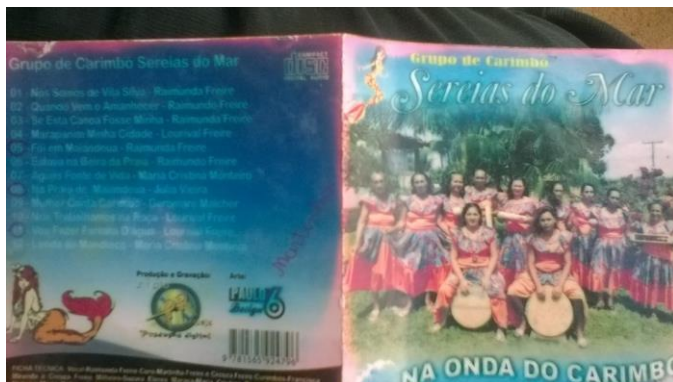


Figura 18. Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2018. Foto da capa do 1º CD.
Crédito: Sil-Lena Oliveira.

Todas estão convidadas a sentarem no curimbó, pegar o reco-reco, as maracas, o milheiro ou o banjo e soltar a voz, porque o carimbó é sim, também, de mulher. Que venham mais pesquisadoras, professoras, mulheres, amantes da arte-educação, do batuque, para colocar mais o carimbó na roda, produzindo memórias e reforçando histórias dos muitos femininos. Para encerrar essa ciranda narrativa, da roda que nunca fecha, apresentamos a mônada de dona Bigica, a vocalista do Sereias do Mar, que nos inspira a seguirmos juntas; pulando cercos, fazendo a voz ecoar (ou aos berros), produzindo re-existências e resistências. Num país como o Brasil, com alto índice de feminicídio e todo tipo de violência contra mulher, um projeto de educação que dificulta as discussões, por exemplo, sobre a importância da equidade de gênero, de raça e classe alimenta colonialismos do poder, do ser e saber.

Mas, onde há opressão há resistências. Por isso Maria Lugones (2014), conhecida como teórica da resistência, convoca-nos a um feminismo decolonial; superar a colonialidade do gênero. Ela analisa a opressão de gênero racializada capitalista e sua “intenção é revelar o que

se torna eclipsado” (2014, p. 941). Dessa forma, “Descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis. É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada, visando uma transformação vivida do social”. (LUGONES, 2014, p. 940)

É o que acreditamos que o grupo de carimbó Sereias do Mar vem fazendo; uma práxis coletiva com o carimbó feminino da Vila Silva. Essa experiência é um deslocamento, uma brecha, uma *grieta*. O batuque ressoa, ainda, em resistências – de um feminino que não se quer colonizado.



Figura 19. Mãos batendo no curimbó. Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2018. Crédito: Marcia Gomes.

Tem que ter as mulheres no meio

Porque é um grupo só de mulheres. E isso chama atenção, né? Não tem. Eu não conheço nenhum grupo. Agora, depois que o carimbó virou patrimônio cultural brasileiro já tão fazendo uns grupinhos por ali, mas não é de raiz. Tem um amigo que diz que tão formando lá em São João da Ponta, mas ele diz que não é como o Sereias do Mar. Mas, que venham outros grupos, né? Como falo, a vontade é que surjam outros grupos de mulheres pra que possa dar uma força a mais. Tem que ter as mulheres no meio, não mais só os homens. Tem que ter coisas diferentes. (Dona Bigica)

Como disse dona Bigica: “tem que ter coisas diferentes”, e essa diferença está na práxis da existência do vivido do grupo de carimbó Sereias do Mar. Elas, nós, como tantas, historicamente, descolonizamos o gênero continuamente desde quando a opressão se fez presente, pois a resistência é o que nos empodera e nos faz seguir como água, contornando as pedras pelo caminho, caçando jeitos. Precisamos conhecer a história das outras manas, das resistências delas para aprender com elas.

IV- CONSIDERAÇÕES: O CORTEJO SEGUE...

Talvez agora, neste final de escrita, esteja enxergando as imagens que as mônadas desenharam nesse cortejo e o que elas estão me mostrando. Eu gosto do que vejo, mas o tempo da pesquisa só nos dá um tira-gosto mirrado, e quando se começa a degustar, já acabou.

Mas sei que a pesquisa quando te provoca, te transforma, ela nunca cessa. A temática da memória parece que já estava “memoriada” para mim.

Vejo, por exemplo, mais nitidamente, hoje, a escola como um lugar onde passo tempo maior da minha existência, com todas as brechas para fazer dos encontros em sala de aula e fora dela um encontro de trocas de memórias, talvez querendo aprender a arte da escuta. Aprender com as experiências das outras pessoas. Essa pesquisa com as mulheres do grupo Sereias do Mar foi e está sendo um processo de rememoração das minhas práticas de ensino, a percepção de que na escola, ela toda e não somente na relação estudante/professora, muitas memórias subterrâneas estão prontas para uma escuta.

Tento, agora, soltar as mãos, afastar um pouco do cortejo para enxergá-lo como quem quer ver a aura. O que ficou dito e o não dito. Algumas temáticas caras para mim, como educadora, feminista e antirracista não foram abordadas, ditas, com mais desenvolvimento do pensamento como gostaria que fosse, mas penso que estão presentes nas narrativas orais das mulheres do Sereias do Mar, no reforço de lembrar sobre a matriz africana do carimbó, nos feminismos vividos pelo grupo, nos diálogos com os decoloniais, no exercício do olhar na perspectiva intercultural que abre caminho para continuar investindo em leituras

críticas, reflexivas para compreender melhor o estar-no-mundo e todos os saberes produtores de experiência e memória.

É preciso questionar sempre o progresso que destrói vidas, repensar nossas práticas do cotidiano nas relações sociais, se abrir para escutas que de repente nos transformam para transformarmos outras. Praticar essa escuta para que, de repente, a partir do que se ouve/aprende/conhece, se quebrem os estereótipos, preconceitos, estigmas, as muitas invenções sobre gentes e lugares.

No momento da entrevista, esclarecendo sobre a pesquisa e para onde ia ser apresentada, dona Claudete viu a possibilidade de desconstrução de uma Amazônia inventada, e nas tantas vividas.

O quanto conhecem a Amazônia

Que bom então. E tu levando nosso carimbó pro sul do Brasil é uma forma deles lá conhecer pra respeitar, né? Isso mesmo. Sabemos o quanto conhecem a Amazônia só por uma tela ou página de revista. (Dona Claudete)

Assim, em telas e revistas, como diz dona Claudete, a imagem da Amazônia se constrói como foram também os relatos de viajantes europeus na Amazônia com seus olhares eurocêntricos. Lembra, também, a obra de Edward Said (1990), “O Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente” lido e discutido durante o tempo dos encontros na pós-graduação. O autor analisou os discursos, as produções dos Estados Unidos e da Europa sobre os países do Oriente Médio, ou seja, como o ocidente inventou o oriente. Uma invenção por uma outra civilização para inventar uma outra na outra. Vale nos perguntar: de que

maneira estamos lendo a Amazônia? Em que grau está nosso olhar colonizador/colonizante? É Amazônia ou Amazônias?

Faço meus os questionamentos da professora Cynthia Simioni, durante uma oficina sobre mônadas: “Conseguiremos transformar nossas práticas de produção de conhecimento histórico como uma experiência que possa, durante o processo, nos transformar?”

E eu respondo que sim, porque toda formação é uma autoformação para uma possível transformação. Agora já tenho a memória desta pesquisa. O cortejo segue...



Figura 20: Curimbó do Grupo Sereia do Mar. **Fonte:** Arquivo da pesquisadora, 2018. Crédito: Marcia Gomes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. **Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível?** In: Desenvolvimento Meio Ambiente, Vol. 40, abril de 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/download/48566/32108>. Acesso em 24 de nov 2017.

ANTONACCI, Maria Antonieta. **Memórias ancoradas em corpos negros**. 2 ed. São Paulo: Educ, 2014.

ARAÚJO, Helena Maria Marques. **Museu da Maré: entre educação, memórias e identidades**. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 2012.

BAGNO, Marcos. **Sete erros aos quatro ventos: a variação linguística no ensino de português**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. In: Revista Brasileira de Ciência Política, nº 11. Brasília, maio – agosto de 2013, pp. 89-117.

BENJAMIN, Walter. **O Narrador**. In: Magia e técnica, arte e política. Trad. Paulo Sérgio Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2007, pp.. 213-240.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de História**. In: BENJAMIN, Walter. O anjo da História. Edição e tradução João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 9-20.

BOGÉA, Eliana. **A cultura no Brasil pós-2003, um norte: carimbó patrimônio cultural brasileiro**. In: Seminário Internacional – Políticas Culturais 5, 2014, Rio de Janeiro. Anais. Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014. v. 1, p. 1-16.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, 2005.

BRASIL. **Entenda a Violência**. Observatório da Mulher contra a Violência. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia.pdf>. Acesso em 04 dez. 2017.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Carimbó é agora patrimônio imaterial brasileiro**. 2014. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/id/1213103>. Acesso em: 8 de agosto 2017.

CASCO, Ana Carmen Amorim Jara. 2006. **Sociedade e educação patrimonial**. In: Patrimônio - Revista eletrônica do IPHAN. Disponível em: <<http://www.revista.IPHAN.gov.br>>. Acesso em: 4 de junho de 2016.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 8ª ed. São Paulo: Global, 1980.

COSTA, T. L. **Carimbó e Brega**: Indústria cultural e tradição na música popular do norte do Brasil. Revista Estudos Amazônicos. v. 6, n. 1, 2011, p. 149-177.

ESCOBAR, Arturo. **O lugar da natureza e a natureza do lugar**: globalização ou pós-desenvolvimento. In: LANDER, Edgardo. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latinoamericanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, Setembro 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>)

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FERRANTI, Tatiara Rodrigues. **Arte e Cultura na Belém da Belle Époque**. In: Revista Trias Ano III – nº 6 – janeiro a julho de 2013 Disponível em: <<http://www-revistrias.pro.br>. Acesso em: 20 de nov. 2017.

FRANÇA, Cyntia Simioni. **O canto da Odisseia e as narrativas docentes**: dois mundos que dialogam na produção de conhecimento

histórico-educacional. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, São Paulo, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª edição, 2011.

_____. **Professora sim, tia não**: Cartas a quem ousa ensinar. Editora Olho D'Água, 10ª ed., p. 27-38, 1993.

_____. **Pedagogia da esperança**., Rio de janeiro: Paz e Terra, 1999.

GUERREIRO DO AMARAL, Paulo. M. **O carimbó de Belém**: entre a tradição e a modernidade. 2003. 124f. Dissertação (Mestrado em Música) – UNESP.

GABBAY, Marcelo. M. **O Carimbó Marajoara**: por um conceito de comunicação poética na geração de valor comunitário. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação - ECO, 2012.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. **Memória e História em Walter Benjamin**. Disponível em: <
<https://www.youtube.com/watch?v=RfmXD6gMkK8>. Acesso em: 22 de set 2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro - 11ª ed. - Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IPHAN. **Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)**: Carimbó. Dossiê IPHAN Carimbó. Belém-PA, 2014.

IPHAN. **Solicitação de registro do Carimbó como Patrimônio Cultural Brasileiro**. Disponível em:
http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Parecer_DPI_CARIMB%C3%93.pdf. Acesso em 23 de abril de 2018.

KASHINDI, Kakosi. **Ubuntu como ética africana, humanista e inclusiva**. In: Cadernos IHU Ideias/Universidade do Vale do Rio dos

Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 15 • nº 254, vol. 15, 2017. Disponível em: < <http://www.ihu.unisinos.br> > Acesso em: 15 nov. 2017.

LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. **Nossos Intelectuais e Os Chefes de Mandinga**: repressão, engajamento e liberdade de culto na Amazônia (1937-1951). Tese de doutorado. Salvador - BA, 2011. Disponível: <<https://repositorio.ufba.br/TesesdeDoutorado> (PÓS-AFRO).>

LOUREIRO, Isaac. **A Campanha Carimbó Patrimônio Cultural Brasileiro**. Blog oficial da campanha, Belém, mai.2008, s/n. Disponível em: < www.campanhacarimbo.com.br >. Acesso em: 07 de junho de 2016.

LUGONES, Maria. **Rumo a um feminismo decolonial**. In: Revista Estudos Feministas, Florianópolis, n. 22, v. 3, 2014.

MENDES, Lorena Alves. **“Nós Queremos”**: o Carimbó e sua Campanha pelo título de Patrimônio Cultural Brasileiro. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2015. Disponível em: <<http://portal.IPHAN.gov.br/>>. Acesso em 10 de julho de 2017.

MOTA NETO, João Colares da. **Por uma pedagogia decolonial na América Latina**: reflexões em torno do pensamento de Paulo Freire e Orlando Fals Borda. Curitiba: CVR, 2016.

MUNANGA, Kabenguele. **Superando o racismo na escola**. 2.ed. MEC/Secad, 2005.

OLIVEIRA, Apoluceno de; SANTOS, Tânia Regina dos (Orgs.). **Cartografia de Saberes**: Representações sobre a cultura amazônica em práticas de educação popular. Belém: EDUEPA, 2007.

OTTO, Claricia. **Nos rastros da memória**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2012.

PAIM, Elison Antonio. **Memórias e Experiências do Fazer-se Professor**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005.

PEREIRA, Nilton Mullet. **Ensino de História e resistência**: notas sobre uma história menor. In: PAIM, Elison Antonio (org.). Patrimônio cultural e escola: entretecendo saberes. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2017.

POLLAK, Michel. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. **A filosofia e os fatos**. Trad. Ingeborg K. de Mendonça e Carlos Espejo Muriel. Tempo: Dossiê Teoria e Metodologia. Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, v. 1, n. 2, 1996.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento Justificando, 2017.

SANTANA, Tatiana Oliveira. **Narrativas Femininas Guajajara e Akratikatêjê no ensino superior**. Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha Sociologia e História da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

SALLES, V.; SALLES, M. I. **Carimbó: Trabalho e lazer do Caboclo**. In: Revista Brasileira de Folclore. Ministério da Educação e Cultura. Rio de Janeiro, v. 9, nº 25, set./dez., p. 257-282, 1969.

SALLES, Vicente. **Lundu: canto e dana do negro no Pará**. 1ª edição - Belém, PA: Paka-Tatu, 2016.

_____. **O Negro na Formação da Sociedade Paraense**. Belém, PA: Paka-Tatu, 2004.

SILVA, Marizete Fonseca da. **Histórias do feminino - Cirandeiros Lunáticos**: um exercício de autoria, autoralidade, autorização em educação. Tese (doutorado em educação). UFCE, 2013.

WALSH, Catherine. (2014). **Notas pedagógicas desde las grietas decoloniales**. In: E-misférica, vol. 11, nº 1, 2014. Disponível em: <<http://hemisphericinstitute.org/hemi/es/e-misferica-111-gesto-decolonial/walsh>> Acesso em: 30 outubro de 2017.

WALSH, Catherine. **¿Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras?** Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales. In: *Nómadas - Revista Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas*, Colômbia, n. 26, p. 102-113, abril 2007.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Estado, sociedade:** Luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar: Abya Yala, 2009.

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales:** Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo II. Ediciones Abya-Yala. Quito: Equador, 2013.

ZERBO, Joseph Ki. **História Geral da África I:** Metodologia e pré-história da África. 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

FONTES ORAIS

Entrevista concedida por Júlia Vieira à Sil Lena Ribeiro Calderaro Oliveira. Vila Silva, Marapanim-Pará. Dia 13 de julho de 2017.

Entrevista concedida por Raimunda Vieira Freire de Carvalho à Sil Lena Ribeiro C. Oliveira. Vila Silva, Marapanim-Pará. Dia 14 de julho de 2017.

Entrevista concedida por Maria Cristina Ramos Monteiro à Sil Lena Ribeiro C. Oliveira. Vila Silva, Marapanim-Pará. Dia 14 de julho de 2017.

Entrevista concedida por Creuza Vieira Freire à Sil Lena Ribeiro C. Oliveira. Vila Silva, Marapanim-Pará. Dia 15 de julho de 2017.

Entrevista concedida por Maria Feliz da Silva Freire à Sil Lena Ribeiro C. Oliveira. Vila Silva, Marapanim-Pará. Dia 15 de julho de 2017.

Entrevista concedida por Cleonilda Modesto Gonçalves à Sil Lena Ribeiro C. Oliveira. Vila Silva, Marapanim- Pará. Dia 15 de julho de 2017.


Entrevista concedida por Martinha Freire de Carvalho à Sil Lena Ribeiro C. Oliveira. Vila Silva, Marapanim- Pará. Dia 16 de julho de 2017.

Entrevista concedida por Maria Raimunda da Silva à Sil Lena Ribeiro C. Oliveira. Vila Silva, Marapanim- Pará. Dia 16 de julho de 2017.

Entrevista concedida por Claudete Freire Barroso à Sil Lena Ribeiro C. Oliveira. Vila Silva, Marapanim- Pará. Dia 16 de julho de 2017.

ANEXOS

Termos de Consentimento Livre e Esclarecido das mulheres do grupo Sereia do Mar


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: SOCIOLOGIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Cara integrante do grupo de carimbó Sereia do Mar,

Você está sendo convidada para participar, voluntariamente, da pesquisa intitulada **"TAMBORES Matriarcais do Grupo de Carimbó Sereia do Mar da Vila Silva em Marapaim, no Para: Resistências, Identidades e Pertencimento antes que o tempo passe tudo a raso"**, que tem como objetivo: analisar por meio das narrativas orais, das oito mulheres que compõem o grupo, os diferentes saberes, fazeres e experiências educativas não formais, identificando como se constitui as identidades e suas culturas. Ouvir as narrativas orais a partir do universo que a abriga, suas particularidades de ser mulher, carimbozeira e amazônica.

A pesquisa é integrada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder as perguntas a serem realizadas sob a forma de **entrevista**. A entrevista será gravada para posterior transcrição e análise para a produção do texto final da pesquisa.

O benefício relacionado à sua participação permitirá o registro e a divulgação do grupo de carimbó em questão, seus processos educativos não formais mostrando outras formas de conhecimento, aprendizagens e ensinagens tanto para a Educação Básica, em forma de palestras socializantes da pesquisa realizada e finalizada, como também para a Educação Superior. Além de possibilitar, a partir dos registros da pesquisa, junto com a comunidade da Vila Silva, a construção do museu comunitário do grupo Sereia do Mar, um museu que guarde objetos, memórias de histórias experienciadas no cotidiano da Vila Silva. Uma contrapartida que esta pesquisa quer proporcionar à comunidade.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o contato/e-mail do pesquisador responsável, e demais membros da equipe, podendo tirar as suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Os pesquisadores responsáveis se comprometem a cumprir todas as exigências contidas na Resolução CNS 466/12. Desde já agradecemos!

Endereço de Contato do Comitê de Ética: Prédio Reitoria II (Edifício Santa Clara), Rua Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401, Trindade, Florianópolis/SC, CEP 88.040-400. E-mail: cep.propesi@contato.ufsc.br. Telefone: +55 48 3721-6094. **CEPES** - SC

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que concordo voluntariamente em participar do estudo "TAMBORES Matriarcais DO GRUPO DE CARIMBÓ Sereia DO MAR DA VILA SILVA EM MARAPAIM, NO PARÁ: RESISTÊNCIAS, IDENTIDADES E PERTENCIMENTO ANTES QUE O TEMPO PASSE TUDO A RASO e que estou ciente do inteiro teor deste TERMO DE CONSENTIMENTO, sabendo sobre todos os procedimentos e benefícios da pesquisa. As informações que recebi foram suficientes para entender a pesquisa, que poderei deixar a pesquisa a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento, e que não receberei nenhum tipo de benefício financeiro como também não terei despesa financeira ou material por minha participação.

Participante da Pesquisa: _____

RG: 2500043 CPF: 254.436.052-34

Local: _____ Data: ____/____/____.

Maíra Telz da Silva Krieger
(Assinatura)

Endereço de Contato do Comitê de Ética: Prédio Reitoria II (Edifício Santa Clara), 1
Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401, Trindade, Florianópolis/SC, CEP 88.040-400, E-mail:
cep.propesq@contato.ufsc.br. Telefone: +55 48 3721-6094. CEPSES -

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que concordo voluntariamente em participar do estudo "TAMBORES MATRIARCAIS DO GRUPO DE CARIMBÓ SEREIA DO MAR DA VILA SILVA EM MARAPAIM, NO PARÁ: RESISTÊNCIAS, IDENTIDADES E PERTENCIMENTO ANTES QUE O TEMPO PASSE TUDO A RASO e que estou ciente do inteiro teor deste TERMO DE CONSENTIMENTO, sabendo sobre todos os procedimentos e benefícios da pesquisa. As informações que recebi foram suficientes para entender a pesquisa, que poderei deixar a pesquisa a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento, e que não receberei nenhum tipo de benefício financeiro como também não terei despesa financeira ou material por minha participação.

Participante da Pesquisa:

Claudia Juiv BarrosoRG: 2519549CPF: 498.269.582-04Local: JogadeiraData: 22 / 07 / 18Claudia Juiv Barroso

(Assinatura)

Endereço de Contato do Comitê de Ética: Prédio Reitoria II (Edifício Santa Clara). Rua Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401, Trindade, Florianópolis/SC, CEP 88.040-400. E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br. Telefone: +55 48 3721-6094. CEPSES - SC

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que concordo voluntariamente em participar do estudo "TAMBORES MATRIARCAIS DO GRUPO DE CARIMBÓ SÉRIA DO MAR DA VILA SILVA EM MARAPAIM, NO PARÁ: RESISTÊNCIAS, IDENTIDADES E PERTENCIMENTO ANTES QUE O TEMPO PASSE TUDO A RASO e que estou cliente do interior teor desse TERMO DE CONSENTIMENTO, sabendo sobre todos os procedimentos e benefícios da pesquisa. As informações que recebi foram suficientes para entender a pesquisa, que poderei deixar a pesquisa a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento, e que não receberei nenhum tipo de benefício financeiro como também não terei despesa financeira ou material por minha participação.

Participante da Pesquisa:

RG: 2831436

CPF: 578 066 152 00

Local: _____

Data: ____/____/____.

Martinho Freire de Carvalho
(Assinatura)

Endereço de Contato do Comitê de Ética: Prédio Retoria II (Edifício Santa Clara), Rua Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401, Trindade, Florianópolis/SC, CEP 88.040-400. E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br. Telefone: +55 48 3721-6094. CEPSES - SC

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que concordo voluntariamente em participar do estudo "TAMBORES Matriarcais DO GRUPO DE CARIMBÓ SEREIA DO MAR DA VILA SILVA EM MARAPAIM, NO PARÁ: RESISTÊNCIAS, IDENTIDADES E PERTENCIMENTO ANTES QUE O TEMPO PASSE TUDO A RASO e que estou ciente do inteiro teor deste TERMO DE CONSENTIMENTO, sabendo sobre todos os procedimentos e benefícios da pesquisa. As informações que recebi foram suficientes para entender a pesquisa, que poderei deixar a pesquisa a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento, e que não receberei nenhum tipo de benefício financeiro como também não terei despesa financeira ou material por minha participação.

Participante da Pesquisa:

RG: 3036455 CPF: 821.676.138-53

Local: _____ Data: ____/____/____.

Clonilda Hilde Gonçalves

(Assinatura)

Endereço de Contato do Comitê de Ética: Prédio Reitoria II (Edifício Santa Clara), Rua Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401, Trindade, Florianópolis/SC, CEP 88.040-400. E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br. Telefone: +55 48 3721-6094. CEPSES - SC

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que concordo voluntariamente em participar do estudo "TAMBORES MATRIARCAIS DO GRUPO DE CARIMBÓ SEREIA DO MAR DA VILA SILVA EM MARAPAIM, NO PARÁ: RESISTÊNCIAS, IDENTIDADES E PERTENCIMENTO ANTES QUE O TEMPO PASSE TUDO A RASO e que estou ciente do inteiro teor deste TERMO DE CONSENTIMENTO, sabendo sobre todos os procedimentos e benefícios da pesquisa. As informações que recebi foram suficientes para entender a pesquisa, que poderei deixar a pesquisa a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento, e que não receberei nenhum tipo de benefício financeiro como também não terei despesa financeira ou material por minha participação.

Participante da Pesquisa:

CPF: 682.017.612-00

RG: 3154256

Data: / /

Local:

+ Maria Raemunda da Silva Sereia
(Assinatura)

Endereço de Contato do Comitê de Ética: Prédio Reitoria II (Edifício Santa Clara). Rua Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401, Trindade, Florianópolis/SC. CEP 88.040-400. E-mail: Telefone: +55 48 3721-6094 CEPSES - SC

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que concordo voluntariamente em participar do estudo "TAMBORES MATRIARCAIS DO GRUPO DE CARIMBÓ SEREIA DO MAR DA VILA SILVA EM MARAPAIM, NO PARÁ: RESISTÊNCIAS, IDENTIDADES E PERTENCIMENTO ANTES QUE O TEMPO PASSE TUDO A RASO e que estou ciente do inteiro teor deste TERMO DE CONSENTIMENTO, sabendo sobre todos os procedimentos e benefícios da pesquisa. As informações que recebi foram suficientes para entender a pesquisa, que poderei deixar a pesquisa a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento, e que não receberei nenhum tipo de benefício financeiro como também não terei despesa financeira ou material por minha participação.

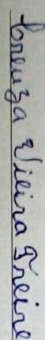
Participante da Pesquisa:

RG: 3792159

CPF: 991.399.462-00

Local: Vila Silva

Data: 20/07/2017



(Assinatura)

Endereço de Contato do Comitê de Ética: Prédio Reitoria II (Edifício Santa Clara), Rua Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401, Trindade, Florianópolis/SC, CEP 88.040-400. E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br. Telefone: +55 48 3721-6094. CEPSES _ SC

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que concordo voluntariamente em participar do estudo "TAMBORES Matriarcais do Grupo de Carimbo Sereia do Mar da Vila Silva em Marapaim, no Pará: Resistências, Identidades e Pertencimento antes que o tempo passe tudo a raso e que estou ciente do inteiro teor deste TERMO DE CONSENTIMENTO, sabendo sobre todos os procedimentos e benefícios da pesquisa. As informações que recebi foram suficientes para entender a pesquisa, que poderei deixar a pesquisa a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento, e que não receberei nenhum tipo de benefício financeiro como também não terei despesa financeira ou material por minha participação.

Participante da Pesquisa: _____

RG: 11915616 CPF: 486.702.432.53Local: Vila Silva Data: 20/07/2017Raimunda S. Freire de Carvalho

(Assinatura)

Endereço de Contato do Comitê de Ética: Prédio Reitoria II (Edifício Santa Clara). Rua Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401, Trindade, Florianópolis/SC, CEP 88.040-400. E-mail: comite.etica@ufsc.br Telefone: +55 48 3721-6004 CEPSES - SC

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que concordo voluntariamente em participar do estudo "TAMBORES MARIÁRCAS DO GRUPO DE CARIMBO SÉRIA DO MAR DA VILA SILVA EM MARAPAIM, NO PARÁ: RESISTÊNCIAS, IDENTIDADES E PERTENCIMENTO ANTES QUE O TEMPO PASSE TUDO A RASO e que estou ciente do inteiro teor deste TERMO DE CONSENTIMENTO, sabendo sobre todos os procedimentos e benefícios da pesquisa. As informações que recebi foram suficientes para entender a pesquisa, que poderei deixar a pesquisa a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento, e que não receberei nenhum tipo de benefício financeiro como também não terei despesa financeira ou material por minha participação.

Participante da Pesquisa:

RG: 368832CPF: 33035458200Local: Vila SilvaData: 21/07/27

Marcia Brito Lima Gomes Aboultire
(Assinatura)

Endereço de Contato do Comitê de Ética: Prédio Reitoria II (Edifício Santa Clara) Rua Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401, Trindade, Florianópolis/SC, CEP 88.040-400. E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br. Telefone: +55 48 3721-6094. CEPSES - SC